



**Jorge Alberto Reyes Sánchez**

**Como se constrói o capital social:** A ótica do capital social e processo de organização comunitária numa favela da Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro

**Dissertação de Mestrado**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Ricardo Emmanuel Ismael de Carvalho

Rio de Janeiro  
Setembro de 2018



**Jorge Alberto Reyes Sánchez**

**Como se constrói o capital social:** A ótica do capital social e processo de organização comunitária numa favela da Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Departamento de Ciências Sociais do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

**Prof. Ricardo Emmanuel Ismael de Carvalho**  
Orientador  
Departamento de Ciências Sociais – PUC-Rio

**Prof. Geraldo Tadeu Moreira Monteiro**  
IUPERJ-Tec

**Prof. Antonio Carlos Alkmim dos Reis**  
Departamento de Ciências Sociais – PUC-Rio

**Prof. Fernando Cardoso Lima Neto**  
Departamento de Ciências Sociais – PUC-Rio

**Prof. Augusto César Pinheiro da Silva**  
Coordenador Setorial do Centro de Ciências Sociais – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 26 de setembro de 2018

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e do orientador.

## **Jorge Alberto Reyes Sánchez**

Graduado em Ciências Políticas e Administração Pública pela Universidade Iberoamericana no México, em 2010. Tem experiência nos setores público, privado e social. Seu trabalho foca-se principalmente em mecanismos de construção e recuperação de comunidade.

### Ficha Catalográfica

Reyes Sánchez, Jorge Alberto

Como se constrói o capital social: A ótica do capital social e processo de organização comunitária numa favela da Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro / Jorge Alberto Reyes Sánchez ; orientador: Ricardo Emmanuel Ismael de Carvalho. – 2018.

156 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)—Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Ciências Sociais, 2018.

Inclui bibliografia

1. Ciências Sociais – Teses. 2. Capital social. 3. Favela. 4. Organização comunitária. 5. Confiança. 6. Integração social. I. Ismael, Ricardo. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Ciências Sociais. III. Título.

CDD: 300

*A mis abuelos Don Tomás y Doña Elvia, por ser mi gran inspiración.  
Por enseñarme con el ejemplo, que nos debemos a los otros; que en  
ello radica nuestra suprema virtud y uno de los mayores placeres.*

*A mi madre y a mis hermanos, por hacerme fuerte cuando quise  
flaquear, por creer en mí cuando yo tuve dificultad de hacerlo. Por  
ser mi lugar seguro en la distancia y mi felicidad en la cercanía.*

## Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

À Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, por ter me dado a oportunidade de ser um filho da PUC, com todas as nuances e complexidade que isso traz consigo; por acreditar no meu projeto e fazer possível de eu ter vindo pro Rio, para crescer pessoal e profissionalmente.

Meu orientador, o Professor Ricardo Ismael, pela paciência e diligência com que acompanhou o meu processo; por ser um guia receptivo e respeitoso com os meus objetivos e a minha pesquisa.

Aos meus professores, por terem compartilhado com a gente não só seus conhecimentos, mas por terem nos mostrado uma atitude incansável e uma inspiradora vocação, me ensinaram muito mais do que podem imaginar.

À turma do Mestrado 2016.1 pela força e apoio; são amigos que levarei sempre no coração. Às meninas que provavelmente nem saibam, mas delas aprendi muito sobre feminismo e inclusão.

Aos meus amigos de cá e de lá, por me acompanhar nesse percurso todo, por me ouvir nos momentos de crise, e estar sempre para mim; sem eles não teria sido possível conservar a cordura até o final.

Meus parceiros da Vila Parque, por ter me ensinado que existe uma imarcescível vontade de resgatar as comunidades; por me ajudar a tornar melhor pessoa e estar comigo, no que para mim foram dificuldades, mas para eles infelizmente é o cotidiano.

À Cidade Maravilhosa, o Rio de Janeiro por ter se convertido em meu lugar; onde aprendi a dar nome ao que habita no meu coração, uma grande saudade pela vida. Valeu Rio, valeu Brasil.

## Resumo

Reyes Sánchez, Jorge Alberto; Carvalho, Ricardo Emmanuel Ismael de. **Como se constrói o capital social: A ótica do capital social e processo de organização comunitária numa favela da Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, 2018. 156p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O presente trabalho apresenta uma revisão da abordagem do Robert Putnam sobre o conceito de Capital Social à luz da análise da obra do autor posterior à clássica *Comunidade e democracia*. Visa-se aplicar um modelo que considere novos elementos que permitam analisar a construção de capital social, especificamente de integração social, na realidade concreta de comunidades urbanas em contextos de desigualdade social, a partir do estudo das atividades que possam estar encaminhadas a esse objetivo das figuras associativas presentes nelas, especificamente a associação de moradores de uma favela da Zona Sul do Rio de Janeiro.

## Palavras-Chave

Capital social; favela; organização comunitária; confiança; integração social; Rio de Janeiro.

## Abstract

Reyes Sánchez, Jorge Alberto; Carvalho, Ricardo Emmanuel Ismael de. (Advisor) **How is social capital built: Social capital lense and community organization process in a Favela in the Zona Sul of the city of Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, 2018. 156p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

How social capital is built? is a study on Social Capital building in a Favela of the Zona Sul of Rio de Janeiro. Based on the application of Social capital lens as main analysis model, framed within the revision of Robert Putnam updated approach on the concept, track on an leisure activity promoted by the neighbors association and an organization of a nearby neighborhood was kept for a few months, seeking to identify dynamics of community organization, and the potential constitution of bridging social capital.

## Keywords

Social capital; favela; community organization, trust; social integration; Rio de Janeiro.

## Sumário

|   |     |
|---|-----|
| Introdução .....  | 13  |
| 1. Do capital social. Uma abordagem teórica .....                                 | 19  |
| 1.1. Sobre o Capital Social. ....   | 19  |
| 1.2. Capital Social. Referenciais teóricos. ....                                  | 21  |
| 1.2.1. Do contrato social como referente conceptual. ....                         | 22  |
| 1.2.2. Primeiro antecedente do conceito. ....                                     | 24  |
| 1.2.3. Pierre Bourdieu. As redes de relações. ....                                | 25  |
| 1.2.4. James Coleman. Relação ator – estrutura. Normas e expectativas. ...        | 27  |
| 1.2.5. Francis Fukuyama. O raio de confiança. ....                                | 30  |
| 1.2.6. Robert Putnam. Associativismo e a Comunidade cívica. ....                  | 33  |
| 1.2.7. Definição base de Capital Social em Putnam. ....                           | 36  |
| 1.3. A Ótica do Capital Social. ....  | 42  |
| 1.3.1. A importância da reconexão e interação social. ....                        | 42  |
| 1.3.2 Capital social e as interações informais. ....                              | 47  |
| 1.4. Construção de capital social como processo. ....                             | 52  |
| 1.4.1. Agente e condições estruturais ....  | 56  |
| 1.4.2. Tamanho e escopo. ....   | 58  |
| 1.4.3. Coesão e diversidade. ....   | 59  |
| 1.4.4. As figuras do Capitalista Social e Organizador Comunitário. ....           | 62  |
| 2. A favela. Vila Parque da cidade e a AMPDC. ....                                | 66  |
| 2.1. A questão da Favela. ....  | 66  |
| 2.2. A favela na evolução urbana do Rio de Janeiro ....                           | 68  |
| 2.3. A Favela. Pacto Social alterado. ....  | 70  |
| 2.3.1. Tipos de favelas cariocas. ....  | 73  |
| 2.4. Vila Parque da Cidade. Uma favela peculiar. ....                             | 74  |
| 2.4.1. Descrição da Vila Parque. ....   | 76  |
| 2.5. Uma favela com potencial ....  | 81  |
| 2.5.1. Infraestrutura e acesso a serviços públicos ....                           | 81  |
| 2.5.2. Associativismo: A Associação de Moradores. ....                            | 85  |
| 2.6. Sobre o associativismo no Rio de Janeiro. ....                               | 86  |
| 2.6.1. Entre a defesa de direitos e a construção de comunidade. ....              | 92  |
| 2.7. Aproximação com a associação de moradores. ....                              | 97  |
| 2.7.1. O “por acaso” e a confusão. ....   | 98  |
| 2.7.2. A AMPCD. ....  | 99  |
| 3. Como se constrói o Capital Social? Curso de horta na laje. ....                | 104 |
| 3.1. Organização comunitária na Vila Parque da Cidade. ....                       | 104 |
| 3.1.1. O que tem um curso de horta na laje a dizer sobre Capital Social? ...      | 105 |
| 3.2. O curso de Horta sob a ótica do Capital Social. ....                         | 109 |
| 3.2.1. Sobre o tamanho e o escopo. ....   | 110 |
| 3.2.2. A relação com a coesão e a diversidade. ....                               | 111 |
| 3.2.3. Sobre os atores. ....  | 112 |
| 3.2.4. Sobre as condições estruturais. ....                                       | 129 |
| 3.3. O processo de organização comunitária e a construção de Capital Social. .... | 133 |



|                                     |     |
|-------------------------------------|-----|
| 4. Conclusões.....                  | 146 |
| 5. Referências bibliográficas ..... | 152 |
| 6. Anexos .....                     | 155 |

## Lista de figuras

|  |     |
|--|-----|
| Figura 1: Capital Social. Esquema Contexto Conceptual.....         | 21  |
| Figura 2: A quadra. Único espaço coletivo dentro da quadra.....    | 76  |
| Figura 3: Frequência com que realiza atividades de lazer (%)...... | 96  |
| Figura 4: Gasto em atividades de lazer em reais (%)......          | 101 |
| Figura 5: Esq. Recomendação Associação segurança. ....             | 137 |
| Figura 6: Dir Polícia na Estrada da Gávea. ....                    | 137 |
| Figura 7: Esq. Suspensão atividades PUC-Rio. ....                  | 138 |
| Figura 8: Dir. Policia Militar dentro da Vila Parque. ....         | 138 |

## Lista de tabelas

Tabela 1: Análise do uso de termos na bibliografia..... 63

Tabela 2: Principais problemas no Parque da Cidade (%) ..... 85

## Lista de siglas

**AMPDC** - Associação de Moradores Parque da Cidade.

**CEDAE** - Companhia Estadual de Água e Esgoto.

**CEMASI** - Centro Municipal de Assistência Social Integrada.

**FAFERJ** - Federação de Favelas do Estado de Rio de Janeiro.

**IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

**IPP** - Instituto Pereira Passos. Prefeitura de Rio de Janeiro.

**OCDE** - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico.

**PNMDC** - Parque Natural e Municipal da Cidade.

**PROFACE** - Programa de Favelas da CEDAE.

**PUC-Rio** - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

**RESVPDC** - Relatório Estudo Socioeconômico Vila Parque da Cidade

**SABREN** - Sistema de Assentamentos de Baixa Renda.

**WJP** - World Justice Project.

## Introdução

O presente trabalho é uma tentativa de explorar o conceito de Capital Social baseado numa perspectiva que não está focada só na sua relação com o desempenho institucional como normalmente se vem realizando. Considera-se, que existem outras questões pelas quais o conceito é relevante, que merecem ser exploradas.

É possível estabelecer que sob a visão da Ciência Política, seja o desempenho institucional a principal causa de análise e razão pela qual o Capital Social cobrou importância há algumas décadas. Este pode ajudar a explicar como e porque as instituições podem funcionar de maneira mais eficiente e como isso tem um impacto na qualidade das democracias, o que pode se considerar como um objetivo valorizado no campo das Ciências Sociais.

Reconhece-se, como expõe Maria Celina D'Araujo na obra Capital Social da coleção Passo a Passo de Ciências Sociais, que na maioria dos casos este conceito está vinculado ao desenvolvimento econômico e a democracia, consideradas as suas grandes agendas.

Uma definição apresentada pela autora é a adotada pelo Banco Mundial “a capacidade de uma sociedade de estabelecer laços de confiança interpessoal e redes de cooperação com vistas à produção de bens coletivos” (ARAUJO, 2003). Essa visão está vinculada à agenda do desenvolvimento, principalmente o econômico; coloca ênfase na produção de bens coletivos a baseado na utilização eficiente de recursos fundado na cooperação.

Existe também a visão estendida de que a variável “desempenho institucional” renovou a relevância do Capital Social, com base no estudo da experiência Italiana realizado por Robert Putnam (1993) na década de 1990<sup>1</sup>, o que está mais vinculado com a agenda da democracia. Contudo, considera-se que existem outros processos e elementos na abordagem do autor que resultam interessantes e de grande relevância.

---

<sup>1</sup> Comunidade e Democracia foi traduzido ao português e publicado no ano de 1996.

A definição operativa do conceito utilizada para efeitos do presente trabalho, e que será desenvolvida com maior detalhe no Capítulo I é a que Putnam expõe nos seguintes termos: “o Capital Social se refere às redes sociais, normas de reciprocidade, ajuda mutua e confiança social” (PUTNAM, 2004:2).

Considera-se que a questão chave e comum denominador nos elementos dessa definição operativa e o principal aporte de Putnam refere-se a reconexão social e os processos a partir dos quais é possível atingi-la. Estes merecem ser estudados, pois têm repercussões em outros aspectos na dinâmica social e a vida das pessoas e comunidades humanas, que incidem na qualidade da democracia e na prosperidade e desenvolvimento não só económico, mas social e humano.

Com essa visão como ponto de partida, se apresentam algumas hipóteses de trabalho que serão desenvolvidas no decorrer dos seguintes capítulos e que serão revisadas no apartado final das conclusões:

1. Existem novos elementos na abordagem teórica de Putnam sobre Capital Social. Estes elementos permitem a integração de um referencial analítico sobre a construção de capital social.
2. Este referencial analítico pode ser aplicado à realidade concreta; particularmente a das comunidades pobres em contextos de desigualdade como as favelas cariocas.
3. A Vila Parque da Cidade, como favela da Zona Sul, por possuir as características apontadas por Putnam propicia um contexto em que a construção de Capital Social de integração é mais facilmente.

Baseado na revisão da teoria e experiências recentes da aplicação empírica do conceito, considera-se pertinente realizar uma atualização na noção do conceito de Capital Social. A primeira das hipóteses principais está ancorada nessa ideia, mesma que será explorada com maior detalhe. A atenção se focou naqueles processos e elementos constitutivos que considera a construção de Capital Social, e sob que condições torna-se mais provável sua reprodução.

O anterior, com a finalidade de estabelecer, com base na revisão da teoria, um referencial analítico aplicável a uma realidade concreta relevante para o

desenvolvimento do conceito: as comunidades urbanas em entornos de desigualdade social, particularmente as de renda baixa próximas de zonas abastadas, como as favelas da Zona Sul do Rio de Janeiro, e as cada vez mais comuns e numerosos assentamentos pobres nas grandes urbes da América Latina. A segunda hipótese está vinculada a essa questão.

Baseado no reexame do conceito, apresenta-se a proposta da “Ótica do capital social”. Sob esta lógica pretende-se analisar as dinâmicas, elementos e processos, em que o Capital Social – em suas diferentes formas e tipos – pode estar sendo construído ou inibido, na Vila Parque da Cidade, na Zona Sul do Rio de Janeiro.

A proposta considera como elemento central o processo de organização e a função de mediação exercida por um ou vários atores, na geração de condições que facilitem a comunicação, a identificação e a criação de empatia, no processo de organização comunitária, considerando também a conjuntura; especificamente: um contexto social inteiramente latino, de alta desigualdade como o carioca, para contrastar com as experiências norte-americanas até agora estudadas por Putnam (2004).

O trabalho toma como bases principal o estudo de caso da Associação de Moradores da Vila Parque, considerando-a como um “estoque” base de Capital Social formal. Baseado em entrevistas individuais a atores chave, para conhecer sua visão e trajetória; e o trabalho etnográfico que considera outros aspectos como o contexto e características da favela, análise que permite explorar a terceira hipótese de trabalho. Se procura estabelecer precedentes para determinar a proximidade do ali existente, com os casos de sucesso revisados por Putnam, nos Estados Unidos.

A pesquisa centrou-se então, nos processos de construção de capital social, baseada na proposta mencionada com base na revisão de textos de Robert Putnam posteriores a “Comunidade e Democracia” (1996) (*Making Democracy Work*, [1993]), e toma como referente empírico principal, o trabalho realizado pela Associação de Moradores, considerando os antecedentes de evolução social de associativismo no Rio de Janeiro.

Considera-se a Associação como uma rede formal de relações, com dinâmicas estabelecidas para dentro e fora da comunidade, que pode fornecer informação relevante sobre as formas e tipos de Capital Social ali existentes. Assim como a maneira em que estas podem estar a ser criadas e reproduzidas – ou destruídas ou inibidas – a partir de ações específicas ali realizadas.

O trabalho tem o intuito de contribuir a delimitar o alcance e potencial de atuação que a associação tem, para o desenho de estratégias de articulação com outras organizações sociais e instituições do Estado, para o estabelecimento de formas de Capital Social, especialmente de tipo integração, enquadrado nas duas grandes agendas do desenvolvimento e a democracia.

Este estudo se divide em três capítulos, em que se desenvolvem as questões até aqui colocadas. Cada capítulo abarca de forma detalhada ao menos um tema específico. O trabalho é encerrado com um apartado de conclusões. A seguir uma breve síntese dos capítulos.

No capítulo 1, o leitor encontrará os referenciais teóricos e conceituais que serão utilizados. É examinado o percurso da integração do conceito de Capital Social; alguns dos fundamentos encontrados na teoria clássica, e de autores contemporâneos que influenciaram a abordagem a utilizar, mesmos que permitem trabalhar sobre a primeira hipótese.

Neste capítulo, também se exploram conceitos como o *storytelling* como instrumento metodológico do processo de organização comunitária; e como contribui à geração de condições para a construção de Capital Social. Putnam tem usado este recurso de forma recorrente em sua bibliografia mais recente.

Este referencial será útil para o desenvolvimento dos capítulos subsequentes, que estarão atrelados à experiência específica de uma atividade realizada pela Associação de Moradores da Vila Parque da Cidade, uma favela com características peculiares da Zona Sul do Rio.

No desenvolvimento do capítulo 2 para contextualizar o trabalho, resulta imprescindível fazer um sucinto relato da evolução urbana do Rio de Janeiro, numa tentativa de compreender a realidade atual das favelas da Zona Sul da



cidade. Considera-se importante entender como foi que se esses enclaves de população carente chegaram ao ponto em que se encontram hoje. Vale mencionar que estar no meio de zonas abastadas muda ou transforma a percepção sobre a condição de pobreza, e a natureza e tratamento de algumas de suas principais problemáticas.

Se contextualiza o cenário em que o trabalho é realizado, atendendo descrevem-se as condições e características da comunidade: físicas, geográficas, de infraestrutura de serviços, mas também as que têm a ver com questões intangíveis como as organizativas e simbólicas.

Considerou-se relevante examinar a trajetória histórica do associativismo no Rio de Janeiro, tomando como base a análise das associações de moradores de favelas e alguns de bairros da Zona Sul da cidade encontrados em “A arte da Associação” de Renato Raul Boschi (1987) e um acervo de textos, que inclui vários de autores do Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio sobre favelas cariocas com características similares à selecionada para este estudo.

Conclui com a introdução ao trabalho que realiza a Associação de Moradores, para depois estabelecer concretamente a dinâmica específica que será analisada: o Curso de Horta na Laje, uma atividade que coincidentemente iniciou ao mesmo tempo que o trabalho de campo.

O Capítulo 3 descreve a dinâmica, condições e situações que se apresentaram no Curso de Horta na Laje. Identificando nelas, elementos estabelecidos no capítulo I; e considerando o contexto colocado no capítulo II. É examinada a evolução do curso, na tentativa de traçar a trajetória e determinar se Capital Social foi construído ou não.

Neste capítulo, são integradas as histórias da comunidade, da associação e do curso, numa história mais abrangente que expõe em diferentes níveis, o processo de construção de Capital Social nessa conjuntura específica. Com apoio da narrativa, vão se colocando as características dos atores, as ações que desenvolvem e o contexto em que o fazem.

O objetivo do capítulo III de utilizar o recurso de *storytelling*, foi o de estabelecer um referente de construção de formas de Capital Social; uma experiência latino-americana analisada sob a ótica proposta, que potencialmente permita entender alguns dos processos para a implementação de ações encaminhadas à organização e cooperação comunitária nesses contextos.

Finalmente, no apartado das conclusões são colocados argumentos que resultaram da informação analisada, considerando o conteúdo dos três capítulos, assim como as deduções e elementos mais relevantes a ser salientados sobre o processo.

Incluem-se premissas sobre o estado que guarda o associativismo na favela a despeito do estudo revisado na bibliografia. Outra questão importante é sobre percepção da violência e o tráfico na Vila Parque, uma condição que influencia vários aspectos da vida da comunidade.

Por último, nas considerações finais são expostas questões sobre a realização deste estudo: as limitações de tempo, oportunidade e pertinência para a realização de algumas atividades a despeito da pesquisa e o trabalho de campo. É colocada uma reflexão sobre se uma única experiência é útil ou representativa para a Zona Sul no que se refere à construção de Capital Social.

# 1.

## Do capital social. Uma abordagem teórica

*“Uma sociedade de indivíduos virtuosos, mas isolados não é necessariamente rica em capital social”*

*Robert Putnam, Jogando boliche sozinho (2015:14).*

### 1.1.

#### Sobre o Capital Social

Este conceito tem sido vinculado nas últimas décadas com o desenvolvimento econômico, em várias perspectivas. O seu uso, ficou de uso comum em várias áreas do conhecimento, gerando a impressão de que era uma solução para muitas questões, de políticas públicas ao crescimento econômico. Uma das críticas ou preocupações presentes na literatura sobre o conceito é a falta de consenso sobre o mesmo, sobre o que é; como é gerado e medido.

Contudo, vinculado a questões mais abrangentes como a democracia e o desenvolvimento, o Capital Social é um conceito cuja análise é potencialmente útil para a consolidação do primeiro e a consecução do segundo:

Temos um conceito para dois mundos, quando se trata de examinar capital social e democracia, as sociedades estudadas são as desenvolvidas, pois ali estão as democracias estáveis, cujo futuro parece abalado em função de um esvaziamento de capital social, que estaria sendo verificado em quase todas elas. Quando a meta é pensar capital social e desenvolvimento... o foco recai nas regiões mais pobres (ARAUJO, 2003: 28).

Existem várias perspectivas ou abordagens sobre este conceito, que descrevem em diferentes formas e níveis de complexidade. Dentro dos seus principais expoentes, considera-se que Robert Putnam, a partir da sua vinculação inicial com o a variável desempenho institucional (PUTNAM, 1993) é quem tem gerando – do meu ponto de vista – a proposta mais apurada sobre seus usos práticos, o anterior tentará de ser mostrado no decorrer deste primeiro apartado.

É pertinente estabelecer que o presente trabalho visa, não tanto a análise da construção teórica do conceito, quanto explorar mais sobre suas aplicações práticas. Colocando assim, maior ênfase no que se refere à existência de esse componente na realidade social, e a sua construção, conservação ou recuperação.

Para começar, se considera pertinente explorar, a bagagem do conceito e estabelecer alguns dos seus principais elementos. Com esse objetivo foram revisadas as abordagens de três autores considerados seminais e referentes teóricos: Pierre Bourdieu, James Coleman e Francis Fukuyama. Essa revisão e também considerou autores clássicos cuja obra é fundamental no desenvolvimento do conceito.

Uma vez desenvolvidos esses referentes, se procedeu a fazer uma análise detalhada da abordagem de Robert Putnam, com o intuito de apontar alguns elementos e representações sobre a construção de Capital Social, que se considera contribuem a constituir uma noção mais ampla do uso corrente do conceito.

Nesse sentido foi considerada a revisão de vários textos – livros e artigos – principais de Putnam, dentre os quais se destacam os seguintes<sup>2</sup>: Making Democracy Work. Civic traditions in Modern Italy (1993); The Prosperous community (1993); Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community (2000); Better Together. Restoring the American Community (2004); Health by Association: some comments (2004a) e Our Kids: The American Dream in Crisis (2015)<sup>3</sup>.

Embora existem várias outras obras do autor, se considera que são essas em que a análise está mais focada ao estudo do Capital Social de forma geral, e especificamente à sua construção.

A *Figura 1. Esquema do Contexto Conceptual*, mostra a forma em que se ordenaram e processaram os referentes conceptuais revisados na pesquisa bibliográfica para a integração do marco teórico do presente trabalho. Define-se uma lógica circular entre as dimensões comunitária e institucional do Capital Social, numa relação de mutua influência.

Propõe-se também uma linha de estruturação dos textos que ajuda a explicar o esquema e ordenar os conceitos, para entender o panorama geral da integração do conceito, com a possibilidade isolar os elementos for preciso.

---

<sup>2</sup> As obras são mencionadas baseado no critério: data de publicação.

<sup>3</sup> Se coloca especial atenção nas duas últimas já que na revisão da bibliografia disponível se encontrou que não eram consideradas na maioria dos casos.

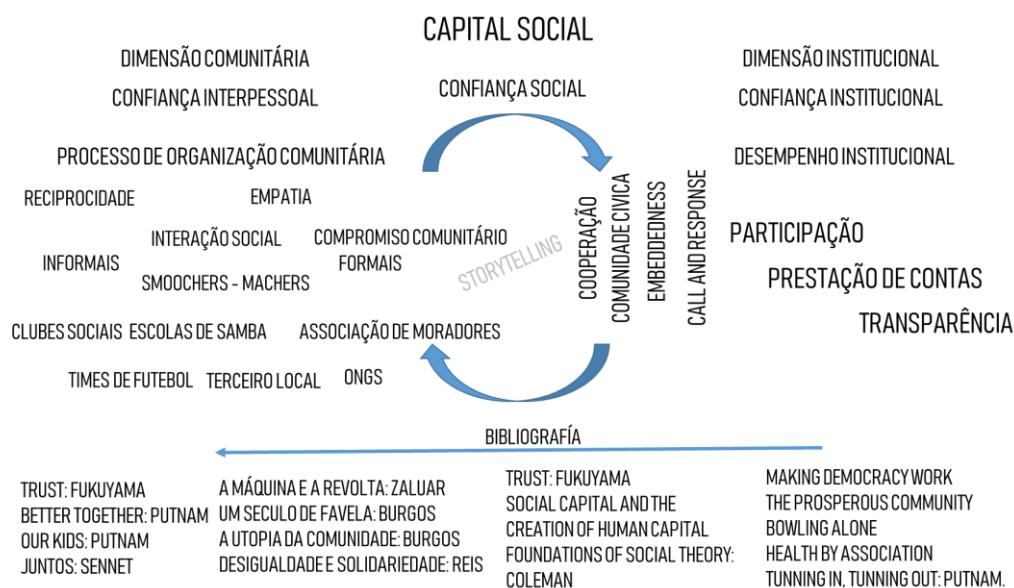


Figura 1: Capital Social. Esquema do Contexto Conceptual.  
Fonte: Elaboração Própria.

Procurou-se integrar com fundamento nessa revisão, uma proposta de argumentação que sirva como instrumento de referência para a análise e elaboração de estratégias para a construção de Capital Social com base no seu entendimento como um processo de construção de comunidade, que obedece a uma lógica específica e considera certas mudanças de paradigmas e dinâmicas sociais.

Se apresenta a análise de Capital Social em termos práticos, como uma ferramenta útil para gerar um inventário das características dentro de uma comunidade, que possam ser utilizadas para elaborar estratégias para sua construção. Considera como requisito fundamental a participação efetiva dos membros da comunidade, assim como o respeito pelas questões que por eles são valorizadas e reconhecidas, gerando incentivos para que sejam eles os executores.

## 1.2. Capital Social. Referenciais teóricos

A revisão de referentes teóricos relevantes sobre o conceito é importante para ter um entendimento maior sobre vários dos elementos constitutivos do conceito presentes na abordagem de Putnam. Assim também para estabelecer

aproximações e distinções nas diferentes perspectivas considerando o lugar de donde estas são colocadas.

Os autores se ordenaram com base na cronologia das obras revisadas. Como mencionado anteriormente, pode ser observado que existem aproximações e semelhanças entre os autores, mas também existem marcadas e transcendentais diferenças. A abordagem de Putnam é reservada até o final com o objetivo de analisá-la com maior detalhe na procura de novos elementos.

### 1.2.1.

#### **Do contrato social como referente conceptual**

Porém, antes de realizar essa revisão, considera-se pertinente colocar que existe na teoria clássica, um referente conceptual que abrange as colocações dos autores a revisar: o contratualismo. Assim tem a ver com a associação e a conciliação dos objetivos individuais e coletivos.

Vale então, analisar a noção do Contrato Social de Rousseau (2010), segundo a qual, o homem se associa com outros homens para a consecução de objetivos que por si só não poderia atingir; dando origem à organização política e à sociedade.

Para Rousseau os homens nascem livres e bons, mas esse estado de natureza do homem é influenciado pelas condições e relações desiguais nas quais eles tem de viver em sociedade (estado social) de injustiça, com a falta de uma autentica liberdade, e que fazem dele um ser egoísta.

Propõe então o Contrato Social como uma conciliação da liberdade natural do homem com a vida em sociedade, no capítulo VI do livro I, Rousseau estabelece que o trânsito do estado natural para o estado social requeria de:

Encontrar uma forma de associação que defenda e proteja contra toda força comum a pessoa e os bens de cada associado e pela qual cada um, unindo-se a todos apenas desde que obedeça a si próprio e se conserve tão livre quanto antes (Rousseau, 2010:27).

A propriedade faz perder a liberdade natural porque faz o homem ficar acorrentado a ela, precisa de trabalho para mantê-la, sob um novo arranjo, o

contrato social, o homem abre mão da sua liberdade individual, mas conquista em volta a liberdade civil e a propriedade de tudo o que possui. Nesse sentido estabelece que: “O governo baseado no Contrato Social não exclui a liberdade, pelo contrário, a garante no nível mais elevado ao assegurar os direitos civis (ROUSSEAU, 2010)”

Isto é importante porque o cumprimento do pacto social irá depender do respeito e garantias desses direitos civis, porque os homens abrem mão da sua liberdade individual mas ganham a liberdade civil, que garante a sua propriedade, condição fundamental para a sua reprodução.

Rousseau estabelece que o Contrato Social é um pacto de liberdade, em que os homens submetem-se aos próprios limites, por eles estabelecidos: as leis. Não é pois a volta a uma liberdade anárquica, mas que obedece ao seu cumprimento, sob uma ordem social gerada pela associação entre homens nascidos livres e iguais.

O contrato é um pacto que obedece a própria liberdade individual; o homem faz a escolha de se submeter à vontade coletiva, a vontade geral, sob uma lógica que o torna autônomo e livre, porém reconhecendo que precisa dos outros para sua realização.

Segundo Rousseau, a organização política surge das necessidades humanas, quando o homem vira ciente da sua capacidade de não obedecer à natureza e do trabalho que terá que opor a ela, a si mesmo e na relação com os outros. O nascimento da sociedade surge então pela união do pensamento reflexivo e da ação instrumental:

Na relação com os outros, o homem aprende as vantagens de formar pequenos grupos, conforme às necessidades do momento, o homem torna-se social por causa da sua fraqueza, se não tivesse necessidade do outro não pensaria em unir-se a ele... (Idem).

Contudo, é importante salientar que com fundamento no Contrato, um novo arranjo social é criado, o homem tem possibilidades de viver em liberdade e igualdade maiores, o que está garantido para todos os associados dada a

submissão às leis e ordem estabelecido, e pelo qual podem perseguir objetivos não só coletivos mas também individuais:

O homem ao ingressar na sociedade se priva de diversas vantagens que possui no Estado Natural, em contrapartida ele ganha um desenvolvimento das suas capacidades, um despertar de ideias e um enobrecimento de seus sentimentos (Ibidem).

A ideia do Contrato Social, ou da fundação do pacto social é relevante porque delimita a lógica em que é colocado o conceito de Capital Social, como poderá ser constatado na revisão teórica das diferentes abordagens, tanto dos autores complementários como do autor principal, cuja proximidade com esse conceito, é bem evidente.

### **1.2.2.**

#### **Primeiro antecedente do conceito**

Considero pertinente começar o percurso pelos principais referenciais teóricos com a primeira noção sobre o conceito, estabelecida por Lyda Judson Hanifan, um supervisor de escolas rurais no West Virginia que utilizou a expressão, segundo Putnam, para encorajar a empresários a investir em aspectos sociais e para salientar a importância do engajamento da comunidade na consecução de escolas de sucesso, citado por Putnam:

Aquelas substancias tangíveis (que) mais contam no cotidiano das pessoas: ou seja, a boa vontade, companheirismo, solidariedade e relações sociais entre indivíduos e famílias que compõem uma unidade social [...] o indivíduo é impotente socialmente, se entregue a si mesmo [...] Se ele entra em contato com seu próximo, e eles com outros vizinhos, haverá uma acumulação de capital social, o que pode imediatamente satisfazer suas necessidades sociais e que podem oportunizar uma potencialidade social suficiente para uma melhoria substancial das condições de vida em toda a comunidade. A comunidade como um todo será beneficiada pela cooperação de todas as suas partes, e o indivíduo vai encontrar em suas associações as vantagens da ajuda, da simpatia e da parceria de seus vizinhos (PUTNAM, 2015: 15).

Pode ser estabelecido que essa noção de Capital Social esboçada em 1916 – há mais de cem anos –, tem a mesma lógica dos autores posteriores a ele. Mas foi até a década de 1980 que o conceito retomou força e relevância, a partir de sua utilização por Pierre Bourdieu e James Coleman, cujas abordagens se apresentam a seguir.



### 1.2.3.

#### **Pierre Bourdieu. As redes de relações**

A leitura deste autor permite estabelecer o Capital Social como uma noção que:

Impôs-se como o único meio de designar o fundamento de efeitos sociais que, mesmo sendo claramente compreendidos no nível dos agentes singulares não são redutíveis ao conjunto das propriedades individuais possuídas por um agente determinado (Bourdieu, 1999 [1980]).

Os efeitos sociais aos que se refere, estão vinculados à inserção desses agentes singulares, os indivíduos em dinâmicas sociais das quais podem receber benefícios ou vantagens, que vão além das suas propriedades individuais, pode-se entender que essa dinâmica expande a sua capacidade de mobilizar outros capitais como econômico ou cultural. O que ajuda a explicar porque indivíduos com relativamente os mesmos recursos de capital econômico ou individual, podem ter rendimentos muito desiguais em função das relações que tenham para mobilizá-lo, como próprio o autor chama à atenção.

Expõe o Capital Social em relação ao pertencimento a redes de relações, como uma qualidade que permite acesso a recursos atuais ou potenciais, pertencentes ao conjunto, a partir de trocas materiais ou simbólicas. Nesses termos, o Capital Social que um indivíduo possui, refere-se ao volume de recursos que pode de fato mobilizar dado seu pertencimento em uma determinada rede. Assim como da extensão da rede e dos recursos (econômicos, culturais ou simbólicos) que os outros membros da rede com que está relacionado tenham aportado a ela.

Salienta que o acesso a essas redes é restrito, dado que deve existir um critério de homogeneidade mínima na quantidade e qualidade desses recursos, e que está baseado no inter-reconhecimento das relações com base em trocas materiais ou simbólicas.

Assim, indivíduos de distintas classes não podem pertencer as mesmas redes, pois existe uma assimetria de recursos entre eles, e as trocas seriam ilegítimas. Bourdieu coloca o Capital Social em relação ao econômico e cultural,

como um mecanismo que explica a diferenciação social e a reprodução das classes.

E adiciona que o pertencimento numa rede de relações, requer de um trabalho constante para sua manutenção e ampliação. Para os benefícios podem ser obtidos, requer de um trabalho de sociabilidade, de investimento de recursos, tempo e esforços, inclusive econômicos, para a realização das trocas materiais ou simbólicas que garantam o reconhecimento e a continuidade no pertencimento às redes.

A rede de ligações é o produto de estratégias de investimento social consciente ou inconscientemente orientadas para a instituição ou a reprodução de relações sociais diretamente utilizáveis, a curto ou longo prazo, isto é, orientadas para a transformação de relações contingentes, como as relações de vizinhança, de trabalho ou mesmo de parentesco, em relações, ao mesmo tempo, necessárias e eletivas, que implicam obrigações duráveis subjetivamente sentidas (sentimentos de reconhecimento, de respeito, de amizade, etc.) ou institucionalmente garantidas (direitos) (Idem).

Para Bourdieu existe uma relação entre o Capital Social com os outros tipos de capital (econômico e o cultural), e como com base nessas trocas podem ser transformados ou reproduzidos uns em outros, segundo Ramírez (2005) citando a Bourdieu:

Construir o conceito de capital social é produzir o instrumento para analisar a lógica segundo a qual esta espécie particular de capital se acumula, transmite, reproduz; o instrumento para compreender como se transforma em capital econômico e à inversa, o custo do esforço que supõe converter o capital econômico em capital social (RAMÍREZ, 2005: 25).

Entende-se que para Bourdieu, as agrupações de pessoas por si só não representam Capital Social em quanto não possuam recursos a serem mobilizados, e que não exista um aproveitamento das relações estabelecidas. Essa qualidade representa um enfoque instrumental: as conexões difusas e assimétricas e sobretudo informais, também não constituiriam Capital Social. Esses argumentos representam diferenças muito importantes a despeito da abordagem do Robert Putnam a ser analisada posteriormente.

#### 1.2.4.

#### **James Coleman. Relação ator – estrutura. Normas e expetativas**

Coleman propõe uma integração de elementos das visões sociológica e da teoria economicista. A primeira dá ênfase no ator, como socializado e influenciado pelo contexto; a segunda que considera o ator como atuante no próprio interesse, para maximização da utilidade.

O uso do conceito de capital social é parte de uma estratégia teórica geral...: tomar a ação racional como ponto inicial, mas rejeitando as asserções extremamente individualistas que usualmente o acompanham. A concepção de capital social como um recurso para ação é uma maneira de introduzir a estrutura social dentro do paradigma da ação racional (COLEMAN, 1988: S95).

Assim pode ser interpretado que a ação do ator é orientada a fins próprios, em que os atores estão perseguindo objetivos individuais, o que determina sua ação, mas que também está influenciada e constrangida pelo contexto social; normas, confiança interpessoal, redes e organizações sociais.

Coleman estabelece que existem recursos sócio estruturais que são úteis para os indivíduos, são ativos que servem aos seus objetivos. Coleman como Bourdieu também tem uma perspectiva instrumental sobre o conceito, existe capital social em qualquer aspecto da estrutura social que contribui à realização dos fines do ator (RAMIREZ, 2005: 27).

Segundo este enfoque, o Capital Social é inerente à estrutura das relações interpessoais, não pode ser considerado como um atributo pessoal do ator o materializado em alguma coisa. Para Coleman, a despeito de outros tipos de capital este é o menos tangível, mas como o capital físico e o humano também permite a realização de ações produtivas. O autor expõe o conceito apoiando-se de várias exemplificações práticas, em que se existe um ambiente de confiabilidade dentro de um grupo, podem ser alcançados mais objetivos a menor custo. Segundo Coleman:

O capital social está definido pela sua função, não é uma única entidade mas uma variedade de diferentes entidades com dois características em comum: elas constituem algum aspecto da estrutura social e facilitam a realização de certas ações para os atores dentro da estrutura (COLEMAN 1990: 302).

Para Coleman, a organização social permite o atingimento de objetivos, que sem ela não seriam possíveis, ou que o seriam a um custo muito mais elevado

por diversas razões e, por conseguinte constitui Capital Social, diferente da percepção de Bourdieu.

O autor coloca bem no começo do texto “Foundations of Social Theory” (1990), uma questão que deve ser mantida em consideração para entender a lógica das formas de Capital Social que descreve:

A interdependência social e o funcionamento do sistema se erige do fato de que atores tem interesse em eventos que estão total ou parcialmente sob o controle de outros atores (COLEMAN, 1990: 300).

Baseado nessa asserção, se considera pertinente abordar as formas de Capital Social que inicialmente foram só as primeiras três (1988), e posteriormente foram ampliadas a seis, na obra acima mencionada (1990), as quais se apresentam e detalham a seguir:

-Obrigações e expectativas. Confiabilidade e confiança: No contexto da interdependência social, os atores realizam intercâmbios; Coleman coloca que os indivíduos sempre estão fazendo coisas por outras pessoas, numa situação hipotética em que alguém faz um favor para outra pessoa, a que o faz cria uma expectativa de que o favor será retribuído, na pessoa que recebe, gera-se uma obrigação.

Numa relação social podem existir essas retribuições pendentes que só podem ser resolvidas com fundamento na confiabilidade de que as obrigações serão pagas e reproduzidas com mediação da confiança.

O autor introduz a questão da racionalidade instrumental dentro das estruturas sociais, no sentido de que os indivíduos podem gerar obrigações nos outros para serem retribuídos quando seja mais conveniente para eles, assim considera-se racional a geração de obrigações.

-Canais de informação: a informação inerente às relações sociais é uma forma de Capital Social porque provê de insumos que facilitam ou possibilitam a ação. Para eliminar os custos que a obtenção de informação contempla, o ator pode fazer uso das relações sociais que tem com propósitos que podem ser distintos aos da natureza da informação que esteja a requerer.

-Normas e sanções efetivas: As normas e sanções são formas de Capital Social, desde que facilitam a ação, mas também porque podem exercer a função de refreá-la. Quando efetivas, podem estabelecer pautas de comportamento para questões colaborativas, ou constranger certas atitudes que são consideradas negativas. Coleman estabelece o caráter de internalizado das normas, que podem acompanhadas de incentivos externos para promover comportamentos inclinados à coletividade, que contribuem a resolver problemas de bens coletivos, assim como sanções podem inibir condutas que vão a sentido contrário.

-Relações de autoridade. Atores podem transferir o controle de direitos a outros atores para determinados fins. Nessa lógica, entre mais atores transfiram controle de direitos a um determinado ator, o Capital Social do que este último poderá dispor, será muito maior.

-Organizações sociais que podem ser apropriadas para outros fins dos que foram criadas. Essas organizações que foram integradas para resolver alguma questão, e que uma vez resolvida ficaram sem função aparente. Representam uma forma de Capital Social segundo Coleman, pois a apropriação dos recursos organizacionais existentes constitui ativos para ação, o que é igual a Capital Social pronto para ser utilizado. Este ponto representa é uma aproximação importante a respeito da abordagem utilizada neste trabalho.

-Organizações intencionais: Refere-se às organizações ou associações voluntárias que tem uma intencionalidade, ou perseguem um objetivo, e na consecução do mesmo geram recursos sociais aproveitáveis não só para eles mas para outras pessoas.

Coleman coloca que sob essa lógica o Capital Social é gerado como um subproduto das atividades dessas organizações; de fato coloca que são gerados dois: o primeiro que se refere aos recursos organizativos gerados pelas organizações e o segundo pela produção de algum bem público que beneficia não só a quem participa mas aos que estão de fora.

Vale salientar, duas questões de relevância concernentes a estas formas: a primeira que o Capital Social pode ser e em alguns casos é um bem público, ou ao

menos assim pode ser considerado dado que não é apropriável na sua totalidade por uma só pessoa ou grupo, e restrição ao seu acesso pode ser difícil e onerosa. E a segunda, que o Capital Social pode ser criado ou destruído (COLEMAN, 1988) por diversas razões.

Finalmente, estabelece um argumento muito interessante sobre o fato de que a queda na percepção de necessidade mútua, pode contribuir na destruição do capital social, assim a afluência, a mobilidade social ou as ajudas governamentais, podem enfraquecer as relações interpessoais e assim o experimentar uma perda, a despeito disso:

Como o capital humano e o capital físico, o capital social se deprecia se não é renovado. As relações sociais morrem se não são mantidas, as expectativas e obrigações se desvanecem com o passo do tempo e as normas dependem de comunicação regular (Ibid.).

Esses últimos argumentos estão relacionados, no sentido de que sob algumas condições específicas, as pessoas podem prescindir de participar de uma dinâmica de auxílio mútuo, considerando que os benefícios que podem obter, não são interessantes o suficiente para eles, evocando de novo a visão instrumental e utilitarista do contexto social como recurso para os objetivos do ator.

O anterior é relevante, porque em aparência, é parecido ao argumento do Bourdieu: se não se investe na conservação da rede, se enfraquece e também os benefícios que dela decorrem. Contudo, é numa tessitura diferente a despeito dos recursos e o acesso na rede. Essa questão introduz um ponto importante para analisar na abordagem de Putnam, que salienta a importância da interação social pelo seu valor intrínseco, além das vantagens ou benefícios que pode representar.

#### **1.2.5. Francis Fukuyama. O raio de confiança**

Fukuyama faz uma distinção entre o que ele denomina como Capital Social, como uma situação anterior às redes e à confiança, referindo-se às virtudes e comportamentos enraizados nas pessoas. Segundo o autor é: “uma norma

informal atuante<sup>4</sup> que promove a cooperação entre dois ou mais indivíduos” (FUKUYAMA, 2000:3).

O autor se afasta da consideração das redes e a confiança como formas de Capital Social, ele as considera epifenômenos de valores como a reciprocidade e a honestidade.

Coloca que a cooperação é necessária para todos os indivíduos na procura dos seus objetivos. O autor expõe que o Capital Social é um bem privado, que pode ter externalidades positivas ou negativas na sua produção, mesmas que são produzidas dado que a solidariedade dentro de um grupo humano está a expensas, na maioria dos casos, de hostilidade para quem está fora deles.

Fukuyama propõe o conceito de “raio de confiança”, que estabelece como o círculo de pessoas entre as quais as normas cooperativas são operativas, e coloca que quando o raio de confiança vai além das pessoas pertencentes ao grupo externalidades positivas são produzidas. E pelo contrário externalidades negativas se apresentam quando o raio é menor do que o grupo. Segundo sua visão, a sociedade é um conjunto de raios de confiança superpostos gerando ambas externalidades.

Assim, os grupos que tem solidariedade voltada ao interior do grupo, tem dificuldade de confiar em pessoas que estão fora dele, o que provoca restrições e externalidades negativas de participação. Isso tem a ver com a falta de “laços fracos” no termo utilizado pelo sociólogo económico Mark Granovetter (1973).

Fukuyama tem uma análise bem aprofundada sobre vários tipos de sociedades na obra “Trust: The social virtues and the creation of prosperity” (FUKUYAMA, 1995) em que estabelece que sociedades como as latino-americanas, não conseguem transcender o raio de confiança fora da família, condição que não permite a entrada de pessoas alheias a ela, limitando-se de acessar a outras informações e recursos.

---

<sup>4</sup> O autor utiliza originalmente a palavra “instantiated” da língua inglesa, cujo significado é: to provide an instance of or concrete evidence in support of (a theory, concept, claim, or the like). A palavra atuante foi emprestada do texto de Silvio Salej “O capital social está na moda” (SALEJ, 2003: 60).

O Capital Social ajuda a reduzir custos de transação nas sociedades modernas, em contraste com questões tecnológicas ou burocráticas que têm o mesmo propósito, as normas informais atuantes cumprem com essa função, com custos relativamente baixos.

Coloca especial atenção nas associações como constituintes da sociedade civil, para combater o individualismo mau trazido pela modernidade, e menciona a Tocqueville a despeito da “arte da associação” dos estadunidenses, segundo a qual, a existência de Capital Social permite a uma sociedade civil densa, e esta por sua vez o reproduz.

Estabelece algumas questões sobre a medição do Capital Social, como é de onde provém; para responder esta última questão faz uso da teoria dos jogos e do dilema do prisioneiro. As normas informais atuantes que produzem cooperação seriam produto de repetidos jogos do dilema do prisioneiro. O autor coloca assim, importante ênfase na cultura e na tradição histórica, assim como na religião no estabelecimento do Capital Social.

Considera-se que Fukuyama analisa o Capital Social sob uma perspectiva societal. É interessante que coloca, como Coleman, que este é um subproduto de outras atividades, porém estabelece uma importante distinção sobre o alcance que tem as redes sociais respeito de instituições como a religião, a tradição e experiências históricas compartilhadas no estabelecimento de valores. A despeito disso, um mecanismo factível ao alcance do Estado seria a educação, que transmite não só conhecimento também valores e visões compartilhadas do mundo, como será visto mais na frente com o conceito de cultura cívica.

Segundo Fukuyama, uma precondição para a geração de Capital Social, é a provisão eficiente de bens públicos no que se refere a segurança e Estado de Direito. E que aquele pode ser enfraquecido quando o Estado intervém demais, e tira a habilidade de organização espontânea para a cooperação, que segundo ele está baseada no hábito e na prática.



### 1.2.6.

#### **Robert Putnam. Associativismo e a Comunidade cívica**

O conceito é introduzido por Putnam no contexto da “comunidade cívica”. Em seu trabalho sobre a experiência na Itália, Putnam (1993) estabelece uma vinculação entre a os aspectos socioculturais das regiões italianas, em que uma reforma institucional foi estabelecida; estuda os efeitos que isso teve sobre o desempenho institucional, observando que embora as instituições eram idênticas em desenho, e a implementação levava a conta os mesmos recursos para cada região, os resultados eram muito distintos.

O conceito de “comunidade cívica” é colocado como o vínculo entre desempenho institucional e o caráter da vida cívica, que é marcada por: “uma cidadania ativa e de espírito cívico, por relações políticas igualitárias e por uma fábrica de confiança e cooperação (PUTNAM, 1993: 15). O anterior relaciona-se com a presença de redes de relações, normas de engajamento cívico e solidariedade social.

Neste ponto é relevante mencionar a influência de Tocqueville na abordagem de Putnam; sobre o papel e a importância das associações voluntárias na sociedade norte-americana, o que levantou críticas de estar minimizando a importância do Estado, e justificando uma preponderância do mercado e as associações como mecanismos de ajuste.

Embora essa seja a visão hegemônica sobre Comunidade e Democracia (1996), existe uma trajetória posterior sobre as associações que resulta interessante de ser analisada, não apenas sobre a sua função de formar nos homens os valores da cooperação e a cidadania, como expõe Tocqueville em “Da democracia na América” (2005) no Capítulo V, “A arte da associação”, mas sobre as dinâmicas e características das próprias associações.

É pertinente incluir a revisão da noção de cultura cívica, em que se considera, se enquadra a construção do conceito de Capital Social de Putnam. O referente teórico principal seria “The Civic Culture” de Almond e Verba (1989), que baseia-se numa tipologia da Cultura Política, que refere a cultura cívica, como

uma mistura de valores da cultura política democrática; da visão clássica, e elementos tradicionais das culturas de origem.

A despeito disso, Putnam coloca no final da “Making Democracy Work”, que embora exista evidencia de que o contexto pode condicionar o desempenho das instituições, também estas, toda vez que modificadas, podem influenciar valores e condutas nas sociedades. O anterior está em concordância com o que colocaram Almond e Verba (1989), sobre que existe uma influência mútua, e que a partir da mistura pode ser atingida a congruência entre cultura e estrutura.

Segundo Putnam (1993) o contexto social e a trajetória histórica das comunidades, ou aspectos ou momentos relevantes nela, exerceram influência no sucesso das instituições. Estabelece que as mudanças institucionais têm a capacidade de mudar comportamentos nas pessoas que integram as comunidades, baseado na forma em que eles se adaptam as mudanças aplicadas às instituições formais dentro de cada conjuntura.

Vale salientar que é estabelecido que a mudança na cultura política das comunidades é possível, mas tem que considerar, além das reformas e os desenhos institucionais, a configuração, a história e a dinâmica de cada conjuntura para poder atingir melhores resultados.

É necessário gerar mudanças nas formas de interação social das pessoas, e promover sempre que possível, valores e novas práticas que permitam uma convivência mais horizontal, que como exposto por Putnam, é vinculante à construção de Capital Social, numa lógica de mutualmente influenciáveis e auto reforçáveis.

Putnam introduz a noção do Capital Social, como um mecanismo que possibilita a solução de dilemas da ação coletiva. Coloca vários exemplos sobre como as pessoas podem estar mais ou menos incentivadas para à cooperação, dependendo do contexto social em que estão inseridos. Assim podendo parecer que quando elas não cooperam estar tendo uma conduta irracional, que não é necessariamente assim, se considerarmos todo o panorama, e a dinâmica em que

cooperar ou não fazê-lo, depende do grau de certeza que as pessoas têm de que valerá a pena.

Abunda nessa questão sob a lógica dos dilemas da ação coletiva, utilizando o dilema de Hume (Putnam, 1993a), em que dois camponeses perdem sua colheita pela sua incapacidade de cooperar; ou na produção dos denominados bens públicos; a visão da ação coletiva das greves de trabalhadores, cada indivíduo tem incentivos diferentes para realizar ou não a parte que a ele corresponde.

O autor estabelece que são as garantias ou certezas que as comunidades têm dos seus integrantes para realizar sua parte, o que faz a diferença na realização de empreendimentos coletivos: “Na ausência de um compromisso mutuo acreditável, cada indivíduo tem incentivos para falhar e virar um “carona””. (PUTNAM, 1993: 164).

Nessa tessitura, é introduzida a mediação por parte do Estado como uma versão *hobbessiana* que contrasta com a da comunidade cívica: a certeza e as garantias são fornecidas através diferentes dinâmicas. Em contraste, a comunidade cívica é gerada por processos repetitivos que desenvolveram ou fortaleceram algumas práticas sociais baseadas em valores como reciprocidade generalizada e solidariedade social. Na outra lógica, a mediação do Estado, é baseado em mecanismos de coação, que se consegue que os indivíduos “confiem” uns nos outros, para levar a cabo ações coordenadas.

Aparentemente as duas condições conseguem o mesmo resultado: possibilitar intercâmbios e transações sociais. Porém, a comunidade cívica é mais eficiente no tempo, e implica custos menores, dado que os mecanismos do Estado para realizar essa ação requerem de investimentos em burocracias e estruturas que são publicamente pagas, enquanto as estruturas e organizações da comunidade cívica são baseadas na convicção das pessoas, e os custos não são arcados com dinheiro público.

Logo, é relevante recuperar a visão do Tocqueville sobre as associações que facilitam superar os dilemas da ação coletiva. Em “A democracia na América” (2005), o autor expõe a virtude da sociedade americana para se associar

pelas mais diversas razões, conseguindo com isso não só superar esses dilemas, mais paulatinamente ir gerando valores cívicos que se constituem como a cultura dessa sociedade.

A despeito disso, segundo Lontra Fagundes (2008), sobre a análise feita por Almond e Verba (1989), os países que não tem tido uma trajetória como a exposta – baseada na leitura de Tocqueville sobre a América –, encontram serias dificuldades ao quererem instaurar uma cultura democrática (nesse sentido clássico) nas suas sociedades em períodos substancialmente menores, e colocam a educação como um substituto do tempo no estabelecimento desses valores.

É interessante a introdução da variável “tempo”, como catalizadora da reprodução de valores que levaram anos, séculos até, para constituir-se em sociedades como a ocidental, em outras com trajetórias e evolução sociais distintas, que contudo, têm a aspiração de contar com esses valores com a maior celeridade, dada a disjuntiva que se apresenta: democracia ou totalitarismo. A despeito do papel da educação nesse processo Fagundes (2008) coloca uma análise baseada na leitura de Almond e Verba (1989):

[...]considerem a escola como canal de socialização política, que ensina habilidades, informações comuns, conteúdo específico relativo às estruturas da política formal e a importância das instituições políticas... têm dúvida se a escola ensina atitudes sociais fundamentais (FAGUNDES, 2008: 145).

O anterior cobra relevância para este trabalho, pois será analisada a construção do Capital Social como um processo ao interior de associações, suas características e funções, tendo como fundamento os seus integrantes e dinâmicas; usando a mesma lógica de mistura de elementos de formalidade e informalidade, de valores democráticos com elementos culturais originários.

### **1.2.7. Definição base de Capital Social em Putnam**

Então Putnam introduz, o capital social como um elemento constitutivo da *comunidade cívica*; em que as instituições formais e, como tentaremos salientar mais adiante, também as práticas informais reduzem custos de transação, facilitando a cooperação baseada na cooperação e a confiança.

Segundo Putnam (1993) a cooperação voluntária é mais fácil numa comunidade que tem herdado<sup>5</sup> um estoque substancial de Capital Social, na forma de normas de reciprocidade e redes de engajamento comunitário. Apesar disso, numa primeira definição, o autor estabelece que:

*O capital social se refere às características de organização social, como confiança, normas e redes que podem melhorar a eficiência da sociedade ao facilitar ações coordenadas* (PUTNAM, 1993: 167).

Como Coleman, Putnam estabelece – na mesma lógica que Bourdieu –, sobre a vinculação com os diferentes tipos de capital, que como os outros, o Capital Social é produtivo, fazendo possível atingir certos fins que não seriam atingíveis na sua ausência.

Como consequência da presença de Capital Social, os indivíduos podem empreender ações coordenadas, para atingir objetivos maiores que não poderiam ser conseguidos de maneira individual. Ao passo que o capital físico permite atingir alguns objetivos individuais, o Capital Social expande a capacidade dos indivíduos para atingir objetivos coletivos que também são de interesse individual.

Nessa primeira versão conceitual, Robert Putnam considera três pontos essencialmente, a saber: 1) a confiança; 2) as normas de reciprocidade e, 3) as redes de engajamento comunitário<sup>6</sup>. São estes, elementos que facilitam a cooperação social, e que dependendo da sua existência em determinadas conjunturas, permitiriam práticas sociais que potencialmente geram um melhor desempenho das instituições.

Segundo Putnam (1993; 2000), a confiança lubrifica a cooperação. Entre maior seja a percepção de confiança dentro de uma comunidade, maior será sua capacidade de cooperação. Esta por sua vez reforça a noção de confiança social, pode se estabelecer que são mutuamente reforçáveis. A importância da confiança,

---

<sup>5</sup> Existe uma preocupação relativa a um determinismo na abordagem de Putnam, em que apenas as comunidades que tivessem herdado práticas e estoques de capital social podiam desfrutar dessas vantagens.

<sup>6</sup> Se usa o termo “comunitário” e não “cívico” porque a conotação semântica é mais representativa dos objetivos do presente trabalho.

é que representa uma predição do comportamento de outras pessoas, baseado no contexto em que elas realizam suas ações.

Putnam estabelece que a confiança social pode surgir de dois recursos relacionados as normas de reciprocidade e redes de engajamento comunitário: sobre as normas, aponta a reciprocidade generalizada como característica das formas de Capital Social, contribui a reduzir os custos de transação social, facilitando a cooperação, numa equação que implica solidariedade no curto prazo, e interesse próprio no longo prazo. Isso é relevante porque possibilita a conformação de densas redes de intercambio social. Segundo o autor “a reciprocidade generalizada serve para conciliar o interesse próprio e a solidariedade” (PUTNAM, 1993: 172).

A despeito das redes, expõe que permitem a interação social, o que fornece informações sobre a confiabilidade dos outros atores, salienta o caráter de acessível (em termos de custos) e confiável. Aponta que cria cenários que em que as pessoas acham mais difícil desertar, já que representa um mecanismo de monitoramento espontâneo e contínuo.

Outra característica relevante das redes, é que elas incorporam experiências passadas para a resolução de problemas, que podem servir de referentes para colaborações futuras. É interessante que o autor usa o termo “repertório”, que é utilizado dentro da teoria dos movimentos sociais, que se considera próxima à esta abordagem.

É importante salientar a identificação desses repertórios e o processo de aprendizado e configuração dos mesmos para poder utiliza-los como informação útil no desenho de ações e estratégias, como se tentará ilustrar mais adiante na revisão das experiências de construção de Capital Social analisadas pelo autor, na ótica proposta e o processo de construção.

Coloca que esses elementos constituem formas de Capital Social, e que têm características que as diferenciam de outros tipos de capital. Na mesma lógica que Coleman, estabelece por exemplo: o fato de elas serem bens públicos,

contrário ao capital humano o físico que são geralmente privados, e o seu uso ou exercício, incrementa sua existência ou efeitos, e diminuem se estão em desuso.

Analisa a racionalidade dos atores para a produção de Capital Social em quanto sua condição de bem público, que pode ser pouco valorado e pouco produzido por agentes privados, o que leva ao autor a observar que na maioria das vezes este não é produzido como um objetivo deliberado: “a diferencia de outras formas de capital, deve frequentemente ser criado como um subproduto de outras atividades sociais” (PUTNAM, 1993: 170).

Essa é uma questão que retoma em obras posteriores (2000; 2004 e 2015) para salientar o valor e efeitos das relações interpessoais estabelecidas através de diversas atividades, em que atores perseguindo objetivos individuais ou coletivos que valorizam, acabam destinando tempo na construção de Capital Social, de forma não necessariamente consciente. Coleman (1988; 1990) também fez essa observação quando estabeleceu as organizações intencionais e as apropriáveis, porém para ele era sempre que fosse útil para os objetivos do ator.

Contudo, é importante estabelecer já, que na nossa interpretação, o distanciamento com Coleman é no sentido de que Putnam estaria encaminhando sua visão do conceito num sentido de integração social, e não baseada apenas nos benefícios ou vantagens individuais que a sua presença pode trazer.

Putnam (2015) aponta que existem dois tipos de Capital Social: sobre o primeiro, coloca que favorece o estabelecimento de relações de ligação ou de caráter exclusivo (bonding), que geralmente agrupa a pessoas com certo grau de homogeneidade, proximidade e afinidade preestabelecida. Este tipo favorece a solidariedade e reforça o “nós” mais próximo.

Já o segundo tipo, favorece as relações de integração, ou de caráter inclusivo (bridging), que considera um maior grau de heterogeneidade, e que possibilita o acesso a outros recursos e informações de proveito.

Segundo esta classificação: “O capital social de ligação – bonding – é uma supercola sociológica ao passo que o de integração – bridging – proporciona um lubrificante sociológico” (PUTNAM, 2015:20). O primeiro permite que as

peças de grupos com características homogêneas estabeleçam relações que permitem resolver necessidades coletivas e o auxílio mútua dentro delas. O segundo possibilita que pessoas com características diferentes e distintas trajetórias sociais, intercambiem pontos de vista, auspiciando o estabelecimento de identidades mais abrangentes e uma reciprocidade e solidariedade mais generalizada.

O autor destaca o já citado termo de “laços fracos”, referindo-se precisamente a o contato e interação com pessoas fora do círculo próximo da família e os amigos íntimos (com quem se comparte características socioeconômicas e normalmente o acesso limitado a recursos), que permitem uma ampliação no acesso a recursos externos e informações que podem resultar relevantes.

A despeito disso em “Our Kids: The American dream in crisis” (PUTNAM, 2015) onde o autor estabelece relações entre a interação social a partir das primeiras etapas da vida e o desenvolvimento humano e social individual e coletivo das pessoas. Como é relevante a interação das crianças além das suas famílias e laços de parentesco mais próximos, para estarem em contato com outras pessoas, com nível cultural mais elevado fora dos círculos mais íntimos que possam fornecer outros referentes.

Sobretudo as das famílias mais pobres que vivem em entornos socialmente mais complexos e adversos, e que não têm recursos para substitutos dos serviços sociais mais básicos, como cuidado dos filhos enquanto os pais trabalham, ou mentores e atividades extracurriculares.

Putnam estabelece também uma vinculação entre o desenvolvimento neurobiológico das crianças e o seu contexto sócio econômico e as condições de socialização em que elas vivem, questão que já vem apontando faz algum tempo, quando estabelece que:

A Ótica do Capital Social é importante para a saúde pública não porque promete uma receita barata ou simples, mas porque as redes sociais e as normas de reciprocidade a elas associadas parecem ter múltiplos e poderosos efeitos na saúde (PUTNAM, 2004a: 671).



Coloca que aquelas crianças que moram em condições de pobreza com pouca interação social ou de má qualidade, não alcançarão a desenvolver todo seu potencial biológico nem cognitivo. O que representa que de início, já estão sob uma desvantagem muito difícil de superar, inclusive se suas condições mudam positivamente em etapas posteriores, se comparados com quem teve um começo em circunstâncias mais favoráveis.

Considera-se relevante mencionar um estudo em um entorno latino-americano (KATZMAN; RETAMOSO, 2008) que parece apontar na mesma direção, sobre políticas de integração social e a segregação urbana e educação em Montevideu, Uruguai. Inclusive é mencionado o conceito de Capital Social, no sentido de que as crianças ampliam seus recursos e expectativas de conquista ao entrarem em contato com diferentes tipos de pessoas no seu entorno cotidiano, e que o contexto influi fortemente naquelas questões, é salientado que no processo de criação é importante as crianças estarem em contato com outras pessoas além da família e os vínculos mais próximos.

Assim, ambos os textos assinalam que a possibilidade das pessoas viverem em entornos heterogêneos beneficia em grande medida e de forma mais evidente àqueles que estão menos favorecidos, porém também traz benefícios para os que têm melhores condições e a sociedade em conjunto.

Para os mais pobres, expande suas possibilidades de acesso a recursos e a modelos de papel e figuras de apoio adicionais às da família e amigos próximos; já para os mais favorecidos, essa convivência auspicia o contato com a realidade em que vivem, contribui para madurecer e valorizar os privilégios dos quais desfrutam, e fornece uma visão diferente sobre a diversidade existente no mundo, tornando-os mais conscientes e responsáveis, em ambos os casos, muda a perspectiva dos atores a despeito da vida em comunidade.

Nesse sentido a Ótica do Capital Social na abordagem de Putnam não se refere a que recursos a pessoa tem acesso, ou a quantas e quais as redes nas quais ela está inserida – essas podem ser consideradas como consequências valiosas – mas no que é considerado como relevante, é o nível de consciência da importância

da reconexão e interação social que requer mudanças na forma de nos enxergar como integrantes das dinâmicas sociais e agir conseqüentemente.

O entendimento dessa questão é básico para explicar a abordagem de Putnam despeito da importância da interação e reconexão social e da proposta da Ótica do Capital Social como modelo de análise, que se detalha a seguir.

### **1.3. A Ótica do Capital Social**

Putnam utiliza a expressão “usar a lente do capital social” (PUTNAM, 2004; 2004a), para se referir ao modo em que as pessoas enxergam certas questões nas dinâmicas sociais. Salienta como as ações podem ser interpretadas sob essa lógica, para desenvolver condições que propiciem a construção de Capital Social nos termos que ele estabelece, que têm sido já colocados.

A análise desse raciocínio, serviu de ponto de partida para trabalhar a ideia de integrar uma proposta baseada nesse argumento, estabelecendo uma “ótica” do Capital Social, que considera diferentes elementos que se desenvolvem daqui adiante.

#### **1.3.1. A importância da reconexão e interação social**

Putnam atribui uma grande relevância às redes sociais, segundo ele constituídas por indivíduos pelos mais diversos motivos. É difícil ignorar a influência de Tocqueville, a despeito do que descreveu sobre “a arte da associação” na sua viagem pelos Estados Unidos. Porém, considera-se que Putnam coloca novas questões sobre as associações e organizações; explorando as razões de como e por que nelas existem as condições para a construção de Capital Social e como esta pode ser fomentada em contextos atuais.

Em obras posteriores a “Making democracy work” (1993), Putnam vai deslocando sua atenção das associações apenas como variável vinculadas ao desempenho institucional, baseado na existência de formas de Capital Social, e considera-se fica mais interessado em como estas se constituem. É interessante recuperar a noção de que o este pode ser criado, destruído ou recuperado.

Em “Jogando boliche sozinho: colapso e ressurgimento da coletividade americana” (2015), Putnam analisa a existência durante o século XX de altos estoques de Capital Social na sociedade estadunidense, o que ele determina a partir da existência de uma grande quantidade de associações cívicas com os mais diversos propósitos, com densas redes de conectividade e intensa participação social. Contudo ao mesmo tempo aborda a existência de uma tendência a um declínio generalizado na participação da cidadania nessas associações, que tenta explicar a partir de várias relações causais.

Putnam traz de novo questões relevantes produto dessa análise. Uma delas é o fato do “Capital Social poder ser um bem público ao mesmo tempo em que um bem privado” (PUTNAM, 2015: 16), anteriormente se tinha estabelecido que o Capital Social era um bem público, e que as pessoas faziam muito pouco para produzi-lo, já que enfrentados a dilemas da ação coletiva tinham poucos incentivos para o investimento em ações que trouxeram benefícios coletivos, em quanto todos podem desfrutar deles sem necessariamente ter trabalhado para isso.

Quando as pessoas destinam recursos e esforços perseguindo seus interesses, podem gerar benefícios coletivos ao mesmo tempo em que se beneficiam, constituindo-se uma noção de Capital Social como um recurso que pode ser incentivado e aproveitado de maneira individual

Putnam, na mesma lógica que Fukuyama – e Coleman em certa medida – salienta o seu duplo caráter: pode-se concretizar em efeitos socialmente bons ou maus dependendo da intencionalidade das ações coordenadas dos indivíduos. A mesma lógica das redes de interação e normas de reciprocidade que aplicam para a consecução de objetivos sociais em prol da comunidade, também aplica para aquelas que vão em seu detrimento, a despeito disso estabelece que: “É importante perguntar como as consequências positivas do capital social – apoio mútuo, cooperação, confiança, eficácia institucional – podem ser maximizadas e as manifestações negativas – sectarismo, etnocentrismo e corrupção – minimizadas” (PUTNAM, 2015:19).

É importante enfatizar o aspecto positivo do Capital Social na abordagem de Putnam ao promover a interação e reconexão social com uma preocupação que

será constante em adiante e que se refere à cooperação e a integração social, nesse sentido é pertinente introduzir como proposta uma “Ótica de Capital Social”<sup>7</sup> que num primeiro momento pode referir se a tudo o que promova a interação social e o estabelecimento de relações sociais que facilitem o empreendimento de ações coletivas socialmente produtivas e procurem ampliar o exercício de direitos.

Essa promoção da interação social requer de uma mediação, que no interior das associações se dá no processo de organização comunitária, essa mediação e o mediador são elementos chave para fazer inteligível os valores cívicos e participativos da democracia moderna, com os valores culturais tradicionais das comunidades.

A reconexão social com os outros indivíduos que nos rodeiam, sob as novas conjunturas atuais, traz o individualismo como uma das variáveis a serem levadas a conta, para outorgar uma maior importância às questões comunitárias, para reverter o declínio no Capital Social, a partir do reconhecimento da relevância das interações sociais e o pertencimento em redes e o contexto social, assim como a visão de que se pode e deve investir nessas redes, de forma consciente sem se colocar numa postura utilitarista ou instrumental.

Neste último ponto é relevante salientar duas coisas: a primeira referida à relação entre o indivíduo/sujeito e a instituição, em que exerce sua ação, nas que não a determina, embora possa influenciá-la. E o segundo que o autor está falando sobre a sociedade estadunidense, quando estabelece a dificuldade da medição desses aspectos lá. Essa dificuldade e ações devem ser contextualizadas para as realidades como as latino-americanas, onde resulta ainda mais difícil, dado que é muito escasso e considerado pouco relevante.

---

<sup>7</sup> O autor utiliza a expressão “social capital lens” (PUTNAM, 2004: 270) que serve de inspiração para a integração da presente proposta como referente nos processos de análise e construção de capital social.

Nesse sentido, há na bibliografia um trecho que pode ser vinculado com o anterior, sobre as particularidades e os diferentes ritmos que devem ser considerados ao estudar esses aspectos do Capital Social<sup>8</sup>:

a mudança social, é inevitavelmente desigual. A vida não é vivida numa só dimensão. Não devemos esperar tudo mudando na mesma direção nem na mesma velocidade, mas essas mesmas anomalias podem conter pistas importantes para o que está acontecendo (PUTNAM, 2015: 24).

E continua assinalando os diferentes modos em que o Capital Social pode se manifestar:

A sociedade americana, assim como o continente em que vivemos, é enorme e polimorfo, e nossa participação civil historicamente se manifesta em muitos tamanhos e forma; alguns de nós ainda compartilham tarefas de arar o terreno com vizinhos, enquanto muitos jogam em campos virtuais na internet. Alguns de nós concorrem a cargos eletivos e outros se juntam em grupos de auto ajuda. Alguns de nós frequentam o bar da associação local e outros o bar local. Alguns de nós assistem à missa uma vez por dia, enquanto outros lutam para não se esquecer de enviar cumprimentos de aniversário uma vez por ano. As formas de nosso capital social, as maneiras pelas quais nos conectamos com amigos, vizinhos e estranhos são variadas (Idem).

Putnam coloca um argumento que nas suas palavras é muito simples, o fato de que “nós os *americanos*, precisamos nos reconectar entre si”<sup>9</sup>(PUTNAM: 2000: 27), assim sob a ótica do Capital Social, a prioridade principal refere-se às relações entre as pessoas, simplesmente como importantes, que precisam ser incentivadas, sem ter que encontrar para isso uma justificação, não apenas pelos benefícios que podem trazer na vida das pessoas, mas como intrinsecamente importantes para o desenvolvimento dos seres humanos. Essa reconexão é possível através de melhoras nos processos de comunicação que requerem mudanças nas atitudes e hábitos.

Logo é pertinente e proveitosa, uma aproximação com a visão de Sennet (2012) sobre organização comunitária; no estabelecimento de relações de cooperação pode ser vinculada com a ação comunicativa, através do estabelecimento de “conversas dialógicas” para a geração de empatia, mesma que

<sup>8</sup> No caso do Brasil é interessante lembrar a argumentação do Sergio Buarque de Holanda, sobre as características da vida social brasileira “a singular tibieza das formas de organização, de todas as associações que impliquem solidariedade e ordenação” (HOLANDA, 1995: 32).

<sup>9</sup> É importante salientar que essa é a primeira vez que a palavra “americano” não é trocada por estadunidense no presente trabalho, dado que é um argumento que aplica para todas as sociedades do continente americano, latinos e saxões.

explica a partir de uma ressignificação da empatia, ao colocar diferenças nas formas de comunicação, reconhecimento e identificação entre as pessoas, redefinindo a empatia como prestar atenção à pessoa em sua particularidade (SENNET, 2012: 40) não apenas como aquela visão de se colocar na posição dos outros, que Sennet define como simpatia.

Sennet coloca outra distinção relevante sobre os processos comunicativos, a partir do tipo de conversa que se realiza, em função do propósito que elas têm, assim expõe que enquanto uma conversa dialética pretende a persuasão e convencimento de um autor a outro dos próprios argumentos, o que geralmente resulta em uma comunicação interrompida, uma conversa dialógica se leva a cabo sem outro propósito que o de ouvir o que as outras pessoas tem que dizer sem tentar impor as ideias de ninguém no outro, e assim evitar o fetiche da assertividade<sup>10</sup> (SENNET, 2012: 42), coloca também que são as pessoas que não tem um pensamento excessivamente categórico as que mantém aceitado o motor social.

O anterior se vincula com os processos de construção de Capital Social de tipo integração (*bridging*) analisados por Putnam em “Better Together: restoring the American community” (2004). Trata-se de ter uma postura de abertura à diferença e ao diálogo com pessoas que podem não ser iguais a nós; considera uma mudança de atitude na forma em que nos relacionamos com os outros.

Nesse sentido também se aproxima com a tomada de consciência que estabelece Putnam, sobre a importância das relações intersubjetivas, uma combinação dessa consciência e de uma nova atitude respeito da comunicação e a relação e convivência entre os indivíduos pode gerar condições para a construção de Capital Social.

Logo é pertinente, uma revisão sobre a visão de Putnam da ação social no ator, atualmente segundo a visão convencional – baseada na literatura inicial sobre o conceito e que não inclui várias das últimas bibliografias (2000; 2004; 2004a; 2015a) – se considera que se desloca de uma combinação de ação teleológica

---

<sup>10</sup> Relaciona-se a uma expressão do Filósofo Bernard que refere-se à uma atitude que impulsiona a fazer entender por força um argumento como se seu conteúdo for o único e que interessa. (SENNET, 2012:36).

estratégica e ação regulada por normas (SALEJ, 2003: 162) para dirigir-se a uma de ação social de tipo comunicativa, que se refere:

À interação de dois ou mais sujeitos capazes de linguagem e ação que – por meios verbais ou extra verbais – estabelecem uma relação interpessoal. Os atores procuram estabelecer acordos sobre uma situação para coordenar seus planos de ação e suas ações. Aqui a linguagem é fundamental (SALEJ, 2003: 154)

Baseado na revisão de experiências de construção de capital social, Putnam apresenta a sua construção, como um processo de aprendizado, em que o diálogo é imprescindível, e o pertencimento em organizações constrói nas pessoas capacidades que podem ser utilizadas para os objetivos de uma dada organização, mas também cria nelas capacidades inerentes que podem e de fato são aproveitadas para diferentes questões em diferentes âmbitos da vida das pessoas.

Uma das principais características que é salientada pelo autor é uma preponderância na interação e reconexão social porém sob condições particulares que incentivam a participação das pessoas, a partir do estabelecimento de relações mais horizontais entre iguais e de conversas dialógicas, nas quais entram no jogo duas figuras, uma mais abstrata e estratégica e a outra que realiza um trabalho de mediação e que serão analisadas com mais detalhe no final do presente capítulo.

É importante continuar a desenvolver aspectos relevantes sobre a Ótica do Capital Social no processo de construção do mesmo, considerando que a proposta aqui estabelecida não se considera como uma metodologia a seguir, mas como um compendio de referentes com uma orientação pedagógica sobre os processos e elementos na construção, reprodução ou recuperação de Capital Social.

### **1.3.2. Capital social e as interações informais**

Uma das características salientadas até este ponto, é a necessidade de uma interação na medida do possível física e sustentada, ainda que no nível nacional isso possa ser mais complexo de fazer, a lógica responde a agrupações de agrupações nas quais é possível o contato com essas características.

Como mencionado anteriormente, o autor estabelece uma característica interessante despeito das interações informais, e como as atividades que podem

ser consideradas como de lazer, podem ser na realidade, catalizadores nos processos de construção de Capital Social.

Putnam se ajuda de duas figuras de sociabilização para descrever diferentes funções que podem desempenhar os indivíduos sob a ótica proposta, e estabelece entre elas uma relação de complementariedade. Coloca que existem dois tipos de pessoas: *Machers e Smoochers*; estes últimos realizam mais atividades informais, como tomar drinques e jogar baralho ou boliche; já os primeiros, estão mais voltados a atividades mais formais como o voluntariado e organizações civis, o desafio é então, que na dinâmica da construção de Capital Social se contasse com um pouco de cada tipo de conduta.

Segundo Putnam as interações informais são muito importantes na manutenção das redes sociais, abrem a porta para a incorporação e renovação de seus membros. Nesse sentido é interessante também um argumento colocado por Sennet a despeito da informalidade que pode ser útil na construção de cooperação:

O abrandamento da linha divisória entre trocas formais e informais proporciona encontros produtivos, pode manter as pessoas conectadas mesmo quando hostis umas com outras, e também proporcionar alternativas comportamentais ao simples consenso de partir a diferença (SENNET, 2012: 340).

Despeito da interação informal como constituinte de Capital Social, Putnam coloca que:

O capital social enfraquecido se manifesta nas coisas que desaparecem despercebidamente, festas do bairro, reuniões com os amigos, a bondade desinteressada de estranhos, a busca comum do bem público em vez de uma busca solitária por bens privados (PUTNAM, 2015: 464).

É interessante salientar que Putnam assinala que é necessário reconhecer a utilidade da interação social num ambiente informal, como mecanismo que ulteriormente possa gerar uma conexão social mais formal. Assim a construção requer a flexibilidade da informalidade em quanto a interação social, e o trabalho sério e diligente das instituições formais para conduzir os efeitos que essa interação pode produzir. É preciso, uma mistura de ambas características.

Despeito disso menciona que a informalidade não precisa ser considerada um empecilho, mas uma oportunidade de se aproximar aos outros. A ideia é de



fomentar a interação social baseada nos interesses genuínos dos atores e incorpora-los num contexto de formalidade para seu processamento.

Nesse sentido Putnam menciona o conceito de *third place*<sup>11</sup> ou “terceiro local” (PUTNAM, 2004:50) referindo-se a espaços que não são nem a casa nem o local do trabalho que dominam as dimensões de interação social das pessoas, locais com o propósito de incentivar a interação dos integrantes das comunidades, adultos, jovens e crianças, um local de encontro donde as individualidades possam se condensar, que gere condições para o estabelecimento de relações mais estáveis, duradouras e socialmente produtivas.

Putnam coloca uma questão que acrescenta elementos à visão generalizada sobre a preponderância das associações formais levantada por Tocqueville em “A democracia na América”, ao estabelecer que a interação informal no contexto dos “terceiros locais” seja em entornos formais ou informais, ou que promovam a mistura deles, são igualmente importantes na geração de condições para a construção de Capital Social

É interessante, o exemplo das festas nas comunidades zapotecas do México mencionado por Alvarez, Dagnino e Escobar (2000), em que as festas (sua organização e execução) representavam locais onde as pessoas interagiam e donde se colocavam questões coletivas a partir de uma linguagem inteligível para todos, dos seus valores culturais e sob formas organizativas que eles conheciam e reconheciam.

Vale colocar também, a argumentação do Sociólogo italiano Domenico de Masi (2000), que considera que é necessário ressignificar o ócio e lazer, e propõe uma noção de “Ócio criativo” em que toda atividade é potencialmente geradora de cultura, e valores que contribuem a constituir contextos sociais que auspiciam o desenvolvimento e a satisfação.

As interações informais tornam-se socialmente produtivas quando incorporadas na dinâmica das organizações sociais formais, aproveita-la para a emergência de agendas e transmissão de informação importante, colocada de

---

<sup>11</sup> O autor refere a obra *The Great Good Place* de Ray Oldenburg como origem do conceito.

maneira interessante, que possa fazer aos indivíduos se envolver nas organizações; o que se aponta aqui é a relevância de incentivar e reproduzir as interações informais.

Nesse sentido, é pertinente assinalar que as organizações sociais como as associações devem promover interações informais além do trabalho formal que elas realizam, para manter esse fluxo de informações em ambas as direções, e assim trabalhar as agendas de maneira conjunta ao vez de impor agendas que são estabelecidas por quem participa das atividades formais. É relevante o estudo do trabalho das associações e a dinâmica que estabelecem dentro das comunidades, e as pessoas que as integram, os atores que colaboram com elas, quais as trajetórias individuais e coletivas, aspirações e nível de consciência sobre a construção de Capital Social.

Toda vez colocado o anterior, se considera pertinente contextualizar o referente básico com que se trabalha a proposta da Ótica do Capital Social e se extraem aspectos e elementos que a constituem. Trata-se de doze experiências analisadas por Robert Putnam na já mencionada obra “Better Together: Restoring the American Community” (2004).

Nessa obra, o autor estuda processos, em diferentes conjunturas, com características muito diversas e levando em consideração vários âmbitos e dimensões da realidade social, inclusive do espaço virtual ao examinar uma rede social digital; explorando as dinâmicas e tentando assimilar os processos com o intuito de estabelecer aspectos e lições comuns que pudessem ser considerados como referentes potenciais.

Resulta interessante a seleção dos casos que foram analisados e os critérios utilizados nesse processo: a da robustez das experiências, no referente a veracidade, alcances e sustentabilidade das experiências e a diversidade, em diferentes lugares, vilas pequenas, cidades grandes, comunidades virtuais e não convencionais, que permitem estabelecer que sem importar essas condições, a geração de condições para construir Capital Social é possível, levando em consideração as iniciativas, objetivos, projetos e aspirações das comunidades,

através de incentivos, canais, mecanismos e dinâmicas adequados e congruentes com a sua realidade, que provoquem a sua participação.

Uma argumentação própria que gostaria de colocar sobre a questão anterior, refere-se a uma extrapolação do conhecido estudo de Putnam (1993) sobre as regiões sul e norte da Itália; a primeira caracterizada por relações verticais de dominação e hierarquia e a segunda por uma convivência de tradição mais igualitária e horizontal.

Observando a localização geográfica dos casos estudados por Putnam (2004), entende-se que há experiências das ambas regiões sul e norte dos Estados Unidos, cujas bagagens históricas, podem ser comparáveis com os que o autor aponta para a Itália em “Making Democracy Work” (1993): um norte com homens livres e iguais, e o sul com uma estrutura escravocrata, hierarquizada e desigual.

Resulta interessante reconhecer que, inclusive nas regiões onde a bagagem histórica e da tradição pode indicar que o Capital Social seja baixo ou inexistente, este pode ser construído e reproduzido; e não apenas em regiões onde existem práticas associativas, solidárias e cooperativas de longa data.

O anterior, responde a uma questão que tem sido assinalada como uma preocupação sobre a abordagem de Putnam, de si as regiões que não herdaram estoques de Capital Social estavam condenadas e impossibilitadas para gera-lo, resulta interessante para analisar o contexto latino-americano desigual, como o brasileiro, como será colocado no segundo capítulo.

Nesse sentido, estaríamos falando de uma distinção mais acentuada e significativa com os outros autores. É interessante que se distancia da visão de Fukuyama, que é uma perspectiva bastante determinista, questão que também era atribuída a Putnam.

Contudo, se Putnam reconhece, como veremos mais adiante, que a construção de Capital Social leva tempo e esforços, porém, está colocando uma mudança na forma de enxergá-lo, reformulando a escala e a transição de micro ao macro, estabelecendo que o processo de construção pode ser atingida

relativamente em menor tempo<sup>12</sup>, e que é melhor estimulada em comunidades e grupos pequenos, resolvendo a questão do exclusivismo a partir de estratégias de conectividade e processos de organização comunitária, para a construção de Capital Social de integração, com que poderia ser atingida uma transição a uma escala maior.

Nesse sentido é relevante entendê-lo como um processo que é levado a cabo sob uma lógica, apontada anteriormente como a Ótica do capital social, que tem elementos e condições cuja presença é fundamental e que apresenta desafios ante os quais o autor apresenta alguns argumentos.

#### **1.4. Construção de capital social como processo**

Como mencionado anteriormente, a “Ótica do Capital Social” visa a reconexão e integração social a partir da interação entre as pessoas com a finalidade de estabelecer relações interpessoais, que é considerado como intrinsecamente importante. Putnam coloca uma relação com o anteriormente estabelecido, sobre os desafios para a construção de Capital Social dentro das comunidades: “o desafio perene é (re)criar novas formas de comunidade, adaptadas às novas condições e necessidades de nosso tempo” (PUTNAM, 2004: 6).

A partir casos de estudo mencionados anteriormente, o autor reconfigura a sua abordagem, e menciona que

Todas elas envolvem fazer conexões entre pessoas, estabelecendo ligações de confiança e entendimento, construindo comunidade. Em outras palavras elas envolvem a criação de Capital Social: desenvolvimento de redes de relações que tornam os indivíduos em grupos e comunidades (PUTNAM, 2004: 1).

Putnam acrescenta elementos a sua definição base, e coloca que este

Se refere às redes sociais, normas de reciprocidade, ajuda mutua e confiança social. O argumento central é que as redes sociais têm um valor real tanto para aquelas pessoas que pertencem nessas redes, quanto para os espectadores fora delas” (PUTNAM, 2004:2).

---

<sup>12</sup> Aqui é importante entender que essa mudança considera uma redução na escala temporal, mas também espacial, assim enquanto o capital social é um fenômeno local que nesse contexto pode ser construído em pouco tempo para atingir escalas maiores como nacionais ou regionais requer de maiores recursos e logística, e evidentemente de maior período de tempo mas não de séculos.

Assim, é pertinente lembrar os dois tipos de Capital Social: o de ligação (bonding) que segundo o autor, é mais fácil de conseguir e observar, porém é o de integração (bridging) o que resulta socialmente mais produtivo e desejável, porém mais difícil de conseguir, e que requer de mais esforços e estratégias.

O problema com o capital social de integração é que é mais difícil de criar do que o capital social de ligação –depois de todo, as aves da mesma plumagem voam juntas. Então o tipo de capital social que é mais essencial para a saúde da vida pública numa sociedade cada vez mais diversa como a nossa é precisamente o que é mais difícil de construir (PUTNAM, 2004:3).

O autor coloca uma questão relevante a despeito do processo: não está livre de conflito e controvérsia. Isso é relevante dado que sendo a existência de um conflito dá um caráter de um processo que pode ser trabalhado e modelado; a partir de práticas de convivência e identificação mutua, pessoas de diferentes lugares, são capazes de resolver as suas diferenças.

Putnam estabelece duas lições importantes ao despeito, que estão intimamente vinculadas: a primeira relacionada com os recursos requeridos e práticas para fazê-lo. Coloca que a construção de Capital Social requiere tempo e esforço, e que requiere conversas cara a cara entre dois pessoas ou entre grupos pequenos de pessoas, dado que é só assim que elas podem ter um melhor entendimento umas de outras e geração de confiança e empatia. Nesse sentido estabelece que: “o capital social não pode ser criado instantaneamente ou em massa” (PUTNAM, 2004:9).

Despeito da geração de empatia, identificação e confiança entre pessoas de distintas trajetórias sociais, salienta a importância da ferramenta *storytelling*, e estabelece as seguintes considerações a despeito do seu uso:

Não para nos escusar do rigor das ciências sociais, mas para obter as suas vantagens positivas. Acreditamos que as histórias, com sua especificidade e sua habilidade para expressar as complexas realidades de pessoas e lugares particulares e sua possivelmente habilidade única para expressar simultaneamente pensamento e sentimento, são o médio apropriado para capturar o sentido de como a criação de capital social funciona na vida real (PUTNAM, 2004: 6)

A segunda lição, se refere ao alcance dos processos de construção de capital social, em termos de espaço físico, onde podem ser estabelecidas estratégias para a geração das condições que o auspiciem. Considera que “é

necessariamente um fenômeno local porque está definido por conexões entre pessoas que se conhecem umas às outras” (PUTNAM, 2004:9).

Contudo, clarifica que quando se fala de associações a nível regional ou nacional na realidade se está falando de uma rede de acumulação de muitas conexões locais, nas quais esses contatos estão face a face são de fato estabelecidos e consistentes.

O autor elabora um argumento interessante sobre como cada tipo de Capital Social (ligação ou de integração) pode servir para resolver o dilema da abrangência das estratégias em níveis além do local: “a partir da criação de redes de redes, que é aninhando pequenos grupos dentro de grupos maiores e mais abrangentes” (PUTNAM, 2004:10)

Outra conclusão interessante que pode ser estabelecida, é que o Capital Social pode ser criado por diferentes pessoas, em diferentes situações, com diferentes propósitos, dada a diversidade dos exemplos revisados e das condições em que cada experiência apresentou, não se pode argumentar que os esforços bem sucedidos pertencem só a determinados grupos com determinadas condições e determinados propósitos.

Outra transformação sobre os enquadres interpretativos na “Ótica do Capital Social”, tem a ver com a apreciação que as pessoas têm das soluções que podem ser dadas aos problemas coletivos. O autor aponta ao fato de que muitas das situações nas experiências revisadas, que geraram objetivos coletivos como resposta, podiam ser resolvidas de outras várias maneiras.

Mesmas que podem ser sob a visão e lógica econômica atual, mais eficientes e rápidas. Porém elas não estariam desenvolvendo processos de socialização entre as pessoas, e por tanto não estariam gerando Capital Social. Estariam resolvendo um problema a partir de uma solução que apenas beneficia a um grupo restrito, e que não tem maiores externalidades positivas na construção de capacidades comunitárias, como as soluções analisadas por Putnam (2008) fizeram.

Uma mudança seria necessária, para olhar as ações que aparentemente não são produtivas, ou que podem parecer até ineficientes e sem propósito relevante: reuniões periódicas face a face, em vez de documentos escritos e boletins ou correios eletrônicos por exemplo.

Refere-se também às atividades que incentivem a convivência, enquadradas em práticas colaborativas e dialógicas, geradoras de confiança e identificação dentro das quais possam ir surgindo as agendas, propósitos e aspirações comuns que sejam genuínas dos integrantes das comunidades, Putnam o coloca nos seguintes termos:

Usar a lente do capital social, permite ver que em cada um desses casos, a suposta ineficiência realmente é essencial para a criação de círculos virtuosos de conectividade humana que é a base da efetividade das organizações...o processo é crucial respeito do produto” isso é para ser considerado em qualquer estratégia de capital social, em relação ao seu problema substantivo, seja limpar um rio poluído, melhorar a quantidade de imigrantes indocumentados ou atacar a corrupção pública (PUTNAM, 2004: 271).

O autor estabelece que é importante analisar um nível micro dentro da construção de Capital Social; a diferença de outras referências anteriores em que se tinha colocado atenção no nível macro, e como as instituições sociais e corporativas deveriam ser reformadas. Considera que é relevante também o estudo das escolhas locais e estratégias geradas nas bases, pois elas são importantes no estabelecimento de uma dinâmica de dois vias, que influencia a ação das instituições e os indivíduos que a integram ao mesmo tempo em que reforça as relações interpessoais construindo comunidade.

Elabora também uma argumentação sobre questões relevantes que devem ser consideradas no processo, a partir da análise dos estudos de caso revisados. Estabelece a relação entre os agentes e as condições estruturais; o dilema do tamanho e alcance das redes de relações, de coesão e diversidade, nas quais apresenta alguns argumentos que são integrados na proposta da Ótica do Capital Social.

#### 1.4.1. Agente e condições estruturais

Putnam argumenta no capítulo final de “Bowling Alone: The Colapse and Revival of American Community” (2000) que existem duas faces na construção de Capital Social: uma institucional e a outra individual e que estão estreitamente vinculadas e que “as ações de pessoas físicas não são suficientes para construir ou restaurar uma comunidade mas são necessárias” (PUTNAM, 2000: 440).

O anterior no sentido de que devem ser consideradas ações individuais e coletivas; o autor retoma essa questão em bibliografias posteriores remarcando a importância da participação não só da sociedade civil como das instituições do Estado.

Nessa tessitura, é pertinente mencionar que existem críticas à sua abordagem sobre Capital Social, a despeito de ignorar ou diminuir o papel do Estado na vida pública e social, em “Health by association? Some comments” (2004a) Putnam cita responde a seguinte questão colocada num artigo publicado por Szereter e Wolcok<sup>13</sup>:

Um dos perigos na literatura do capital social tem sido um excesso na ênfase da importância das associações voluntárias só, como a chave do capital social sadio, e uma tendência a relegar ao Estado só em termos negativos da figura de um “grão irmão” impessoal e monolítico (PUTNAM, 2004a: 3)

Putnam refuta que o Capital Social e o Estado estão relacionados reciprocamente e que:

As ações do Estado afetam poderosamente os padrões do capital social e padrões do capital social afetam poderosamente ao Estado [...] o capital social não é um substituto para a política pública efetiva... o capital social como o nosso estudo do caso italiano sugere, trabalha através e com Estados e mercados e não em lugar deles (Idem. ).

Neste ponto são relevantes três questões, que resultam importantes segundo o autor, nos processos de construção de Capital Social na relação indivíduos–instituições e no que concerne aos agentes e as condições estruturais: a) as relações estratégicas com atores chave; b) o nível e tipo de relação

---

<sup>13</sup> Health by association? Social capital, social theory, and the political economy of public health (2004).



estabelecida que se aborda a partir do conceito de *embeddedness* c) a capacidade de *call and response* das instituições do Estado.

Na primeira questão, estabelece as bases do argumento de que a construção de Capital Social depende de ambas as ações dos protagonistas – atores e instituições – e salienta a importância de “habilitar condições estruturais chave no ambiente mais amplo, muitas das quais são imutáveis no curto prazo, mas não assim no longo prazo” (PUTNAM, 2004a: 271).

É salientada a importância dos agentes protagonistas, tanto do lado da sociedade quanto do lado das instituições, assumindo um papel central para iniciar e continuar projetos de conectividade. Nesse sentido também é relevante a questão da geração de oportunidade para aproveitar dentro da dinâmica das agrupações e a sociedade.

Putnam denomina “*call and response*” a capacidade e a disposição que têm os representantes das instituições, para responder às demandas colocadas pela sociedade a través das suas agrupações. Estabelece que: “as políticas públicas quando mal desenhadas ou mal implementadas podem enfraquecer ou destruir o Capital Social. Porém o poder público é frequentemente um ingrediente necessário na construção de comunidade” (PUTNAM, 2004: 274).

Entende “*embeddedness*” como o nível de envolvimento das instituições a través dos seus representantes e suas políticas públicas com as comunidades que atendem. É importante salientar que nesse contexto de habilitação de mudanças estruturais, além de ser preciso contar com atores em posições de poder chave, esses indivíduos têm que estar comprometidos com as bases, que reconheçam na estratégia de longo prazo de construção de comunidade, uma alternativa real para a solução de problemas coletivos, a pesar das múltiplas aparentes divagações e redundâncias, e manter um contato reiterado e constante com as bases:

O capital social para resolução de problemas coletivos, pode demandar redundâncias e aparentes ineficiências, requer participação local, que pode descarrilar o planejamento de cima pro baixo, mas no longo prazo traz benefícios que se espalham muito além de qualquer população ‘alvo’. Isso contesta a visão de que uma sociedade forte representa um empecilho para as instituições de governo, faz mais lento a tomada de decisões segundo Olson e outros cientistas sociais (PUTNAM, 1993: 176).

Finalmente, segundo Putnam em uma consideração mais política, frequentemente objetivos estratégicos existem em tensão, uns com os outros, demarcando intercâmbios difíceis e atos de balance criativo, que precisa conciliar os interesses do ator: os individuais e no contexto dos objetivos coletivos e com os dos outros atores.

#### **1.4.2.**

##### **Tamanho e escopo**

Um dos argumentos centrais de Putnam é que para o estabelecimento de condições para a construção de Capital Social que usam estratégias conectivas, é a importância de reconhecer que menor é mais efetivo na criação de Capital Social de abaixo pra cima. Esses processos se dão de melhor maneira em cenários menores, como as experiências revisadas por Putnam sugerem.

Segundo Putnam (2004), escutar e confiar é mais fácil em grupos pequenos. A comunicação de um a um, cara a cara é mais efetiva para a construção de relações e criação de empatia e entendimento que a comunicação remota e impessoal. O intercâmbio, que é mais extensivo em grupos menores, faz possível descobrir mutualidades inesperadas inclusive em cara das diferenças.

Além do tamanho, o escopo na construção de Capital Social, também depende da densidade das interações e das relações que possam ser estabelecidas. Putnam expõe que para a criação de círculos virtuosos de empatia, reciprocidade e engajamento, é importante a interação constante e repetida, embora possa parecer redundante e desnecessária. Salienta que é produtiva porque fortalece esses valores. Por outro lado se uma pessoa pertence a muitas associações, mas participa muito pouco em cada uma, sua capacidade de gerar esses valores é menos potente.

O tamanho tem um significado relevante porque, uma rede maior contém uma quantidade mais substancial de recursos; e além disso, uma rede com um tamanho maior indica crescimento, o que gera incentivos nas pessoas para seguirem participando, pois leva a considerar que os objetivos do empreendimento coletivo são atingíveis.

Para Putnam (2004) “menor é melhor para forjar e sustentar conexões. Por outro lado maior é melhor para massa crítica, poder e diversidade. No sentido de que a maioria dos objetivos requerem poder e o poder é reforçado pelo tamanho” (PUTNAM, 2004: 277). A proposta colocada é a de gerar conexões fortes em grupos pequenos dentro do contexto de um grupo maior; fazer o trabalho cotidiano em grupos reduzidos que propiciem a criação de relações pessoais, e depois deslocar essa dinâmica a um contexto maior.

#### **1.4.3. Coesão e diversidade**

Essas duas questões devem ser consideradas, dado que têm a ver com a capacidade de criar relações sociais. Aquelas pessoas que compartilham referentes culturais e pessoais manifestas com anterioridade, terão maior facilidade de se vincular, dado que essas afinidades existem e são visíveis. No caso em que essas afinidades não são manifestas, é preciso estabelecer pontes, a partir da interação e a utilização de elementos práticos e simbólicos, que façam possível emergir e visibilizar essas afinidades. Esse argumento descansa em que “a ideia principal é que existem múltiplas dimensões potenciais de similaridade” (PUTNAM, 2004: 280).

Aqui resulta relevante a elaboração de marcos interpretativos, de como as diferenças são abordadas, interpretadas e recolocadas dentro da diversidade percebida, estabelecer questões comuns de maneira que a maioria das pessoas possam se identificar e estabelecer relações com pessoas diferentes delas, assim o “capital social de integração depende em encontrar, enfatizar ou criar uma nova dimensão de similaridade dentro da qual o capital de ligação pode ocorrer” (PUTNAM, 2004: 282).

O autor coloca duas questões que resultam relevantes como propostas para estudar de forma mais profunda despeito de técnicas e geração de condições para a construção de Capital Social. Uma é a do *storytelling*, e como essa ferramenta pode conseguir conectar pessoas a partir da geração de empatia e marcos cognitivos comuns. E a outra refere-se à vinculação da sua construção com outras questões com que a relação não é tão explícita, e que tem a ver com a geração de

espaços de conexão social, físicos e virtuais a partir do planejamento urbano e a arquitetura, e as tecnologias de informação e comunicação.

Sobre a primeira, o método de contar histórias ou *storytelling* tem vários aspectos positivos a serem salientados:

O storytelling é uma técnica útil na criação de novas identidades, e para tender pontes para reduzir distancias sociais. Dado que as histórias ajudam as pessoas a organizar seu pensamento, a construir e reconstruir suas aspirações, objetivos e interesses. Compartilhar histórias pessoais pode fazer emergir questões comuns dentro de um ambiente aparentemente, ou manifestamente diverso.

Assim as agendas coletivas nascem de histórias pessoais que se repetem muitas vezes, a partir do compartilhamento de histórias pessoais, os indivíduos podem definir os próprios objetivos espelhando-se na história do outro, podem acrescentar as suas aspirações a partir das histórias de superação de problemáticas e obstáculos conseguidas por outras pessoas, essa lógica pode ser deslocada às identidades coletivas e fornecer alternativas de decisão para o futuro.

As narrativas pessoais são um médio único para expressar necessidades e construir vínculos. Encontrar questões em comum entre histórias pessoais e uma poderosa técnica. Reformular trajetórias individuais como uma história coletiva pode criar as identidades transversais que podem voltar distancias sociais em laços de ligação. Nós contamos nossas próprias histórias, e nos definimos a traves delas (PUTNAM, 2004:283).

Respeito da segunda questão estabelece que o planejamento urbano e a arquitetura<sup>14</sup> podem gerar espaços físicos que podem auspiciar a conexão e interação social redundante e sustentada que permita o estabelecimento de relações sociais duradouras e transcendentais, o que potencialmente representaria a ampliação e fortalecimento das redes sociais dentro das comunidades.

O planejamento urbano, a arquitetura e a tecnologia pode cada um criar redundância e entrançamento de relações, ao criar oportunidades para encontros

---

<sup>14</sup> O autor norte-americano James Holston (2009), tem dois estudos sobre o Brasil, referentes a essa questão, porém em sentido inverso: como a arquitetura e o planejamento urbano pode segregar e separar a sociedade. Como no Brasil, especificamente nos prédios residenciais de São Paulo, o desenho arquitetônico foi usado com o propósito de separar as classes sociais; e como em Brasília o planejamento urbano pode dificultar a convivência e uma dinâmica social mais densa e orgânica.

que atem os laços existentes. Fazer a construção de infraestrutura espacial uma prioridade consciente (PUTNAM, 2004: 291).

Nesse sentido é imprescindível manter sempre em mente a questão da conexão social: como a interação pode ser estimulada ou provocada. Como a partir da forma em que as coisas são desenhadas e a informação colocada, locais físicos ou virtuais podem estabelecer as condições para interagir, e ulteriormente estabelecer relações intersubjetivas.

Fornecer esses “terceiros locais”, como praças e parques, os jornais locais, e bibliotecas de bairro, as tecnologias de internet podem criar espaços sociais dentro dos quais vemos como nossas numerosas redes de interação se intersectam e se sobrepõem.

O autor estabelece um ponto relevante vinculado com o anterior “ao construir esses espaços o desafio é o de garantir a criação e uso de insumos locais e o acesso público a eles” (PUTNAM, 2004:294). Essa questão é transcendental para uma maior participação, que também seria mais diversa e integradora.

Despeito disso, as tecnologias de informação e comunicação, e as comunidades virtuais que elas auspiciam, coloca que existe uma oportunidade muito importante que pode ser aproveitada, uma relação de complementariedade e não de substituição das comunidades físicas.

Resulta interessante de como essas ferramentas de informação e comunicação podem ser utilizadas para vincular as comunidades virtuais com as comunidades físicas – as reais –, com o objetivo de fortalecê-las. Como conectar o “online” com o “off-line”, quer dizer que só quando se superpõe uma rede virtual num espaço físico real, se pode pensar em construção de Capital Social a partir dos termos aqui colocados.

Novas tecnologias de comunicação devem ser mais importantes como suporte e estímulo para formas duradouras de comunidade, em vez de instigadores de ‘comunidades virtuais’ radicalmente novas... A tecnologia baseada em computadores, importa, não porque ela pode criar algumas novas e separadas formas de comunidades virtuais, mas porque ela pode ampliar, aprofundar e fortalecer nossas comunidades físicas (PUTNAM, 2004: 292-293).

A despeito disso resulta interessante como têm evoluído as tecnologias de informação e comunicação através do uso de telefones inteligentes, cada vez se precisa menos de um computador, forma em que tradicionalmente se utilizava a internet. Atualmente, essa ferramenta está na palma de nossa mão, à nossa disposição as 24 horas do dia, através de aplicativos de diferentes tipos e intencionalidades.

Existem aplicativos desenhados com a intenção expressa de gerar novas formas de conexão social a partir da dinâmica social atual<sup>15</sup>, essas qualidades podem ser aproveitadas se são incorporadas numa estratégia de construção de Capital Social ao longo prazo.

#### **1.4.4.**

#### **As figuras do Capitalista Social e Organizador Comunitário**

O estabelecimento da construção de Capital Social como um processo de organização comunitária, apresenta a utilização do termo “organizador comunitário” (PUTNAM, 2003: 84) e (SENNET, 2012: 79); considera-se pertinente diferencia-lo do termo “capitalista social” utilizado na bibliografia de Putnam.

Putnam estabelece que cada pessoa têm a capacidade de contribuir na construção de Capital Social, a partir das suas ações individuais, levando em consideração a consciência de estar inserido em uma dinâmica social, em que sua ação tem consequências sociais; o reconhecimento da importância da conexão e as interações sociais e a ação de privilegiá-las no seu cotidiano, é o que poderia descrever a função de um “capitalista social”.

Qualquer pessoa é um capitalista social em potência toda vez que esteja ciente de seu pertencimento em redes e dinâmicas sociais a despeito da interação e conexão social, e os efeitos que isso traz consigo, com a possibilidade de ampliar o ou reduzir o tempo e os recursos que destina a elas.

Um organizador comunitário é um ator que intervém no processo de construção de comunidade, pode ser um “capitalista social” – a segunda categoria

---

<sup>15</sup> Explorou-se a possibilidade de analisar o aplicativo “Tem açúcar” cuja função é aproximar às pessoas a partir de empréstimo de coisas entre “vizinhos”.

inclui a primeira – com uma função de mediação, de facilitador de condições que possibilitem o estabelecimento de relações intersubjetivas baseadas em interações horizontais, a geração de empatia e identidades emergidas das “comunalidades”<sup>16</sup>.

É pois um promotor de conversas dialógicas e garante da participação efetiva e igualitária nas dinâmicas, é o encarregado de estabelecer elementos simbólicos e significativos para os grupos, nesse sentido é interessante um argumento sobre os rituais (SENNET, 2012) como catalizadores de interação social.

Putnam coloca é que um organizador comunitário pode ser profissional; de fato em algumas ocasiões em “Better Together (PUTNAM, 2004: 14;32). Aliás é interessante observar que o autor utiliza mais a palavra *organizer* do que *social capitalist*. A análise da bibliografia de Putnam 2000; 2004 e 2015, apresentou os resultados que se detalham no Gráfico 1. Análise do uso de termos na bibliografia, a seguir:

| Ano  | Nome da obra  | Social Capitalist | Organizer |
|------|---|-------------------|-----------|
| 2000 | Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community | 11                | 2         |
| 2004 | Better together: Restoring the American Community             | 5                 | 59        |
| 2015 | Our Kids: The American Dream in Crisis.                       | 1                 | 1         |

Tabela 1: Análise do uso de termos na bibliografia.

Fonte: Elaboração própria.

Contudo, é pertinente precisar que o termo, *community organizer*, “organizador comunitário” foi encontrado como tal, só 2; 5 e 1 vezes respectivamente. Para os efeitos do presente trabalho, é relevante apontar que o termo *organizer*, sempre estava vinculado a uma agrupação, comunidade ou coletivo, em uma noção de “comunitário” pelo qual considera-se que é relevante fazer essa diferenciação, pois ajuda a robustecer a ideia da construção de capital social como processo.

<sup>16</sup> Traduzido do termo inglês “Commonality” cuja acepção a ser aqui utilizada é: The state of sharing features or attributes. Oxford Dictionary. Em [www.oxforddictionaries.com/definition/commonality](http://www.oxforddictionaries.com/definition/commonality).

Com base no revisado neste primeiro capítulo, considera-se que existem novos elementos teóricos no conceito de capital social. Levando em consideração as lições e elementos comuns encontrados pelo autor em estudos de caso e experiências exitosa em bibliografia mais recente é possível elaborar uma proposta em que a construção de Capital Social considera, não limitando-se às seguintes características:

Pode ser visto como um processo de organização comunitária que desenvolve capacidades e promove a cooperação; um fenômeno local que pode transitar a contextos maiores, e que precisa de tempo e esforços organizativos e estratégicos, encaminhados a mudanças nas formas de interação e integração social.

É importante salientar que as mudanças sociais reais levam tempo, os processos requerem de esforço. Construir Capital Social “não é tudo ou nada, nem agora ou nunca, é incremental e acumulativo” (PUTNAM, 2004: 286).

É imprescindível reconhecer a importância das ações individuais e coletivas, assim como das associações e organizações comunitárias, mas sempre levando em consideração o que se requiere para sua reprodução a participação, e uma sinergia com as instituições do Estado, dado que existe uma relação de influência mutua.

Preponderância da promoção da interação social, que incentive o estabelecimento de relações interpessoais a partir da convivência que potencialize a construção de empatia e identidades comuns na diferencia, eis a construção de Capital Social de integração.

Valorização da interação formal e informal, e as relações horizontais e os contatos e dinâmicas redundantes sobre outras vias de solução de problemas coletivos. Importância dos “terceiros locais” e a utilidade do “storytelling” como mecanismo de construção de identidades, de tipo “eu” e “nos” que contribuem à geração de integração social.



A figura do organizador comunitário cobra relevância, como facilitador dessas condições e um processo de aprendizado coletivo em que mudam a forma de interagir, relacionar-se, participar e reformulam suas capacidades.

## 2.

### A favela. Vila Parque da cidade e a AMPDC

*“O que sobretudo nos faltou para o bom êxito desta e de tantas outras formas de labor produtivo foi, seguramente, uma capacidade de livre e duradoura associação entre os elementos empreendedores do país”*

*Sergio Buarque de Holanda. Raízes do Brasil (1995:59).*

#### 2.1.

##### A questão da Favela

Na cidade do Rio de Janeiro, e em geral no Brasil, as favelas têm sido apontadas historicamente como local de mazelas sociais; a precariedade, a desordem, a pobreza e mais recentemente o tráfico de drogas e a violência são questões que em primeira instância podem ser vinculadas esses espaços. Contudo essa visão é muito estreita, e nem todas as favelas são iguais, nem todas apresentam essas problemáticas ou nos mesmos grau e intensidade.

Nesse segmento da população urbana brasileira e particularmente da carioca existem elementos a salientar, dinâmicas que embora possam ser uma reação lógica ao entorno desfavorável em que as pessoas desenvolvem sua vida e rotina diárias, podem se configurar como interessantes para os estudos sobre construção de Capital Social nos termos em que tal ideia está sendo colocada no presente trabalho.

De início, há um dilema sobre esses assentamentos de baixa renda na cidade do Rio de Janeiro que teve de ser superado nesse trabalho: como nomeá-los? Nessa cidade, tradicional e historicamente são conhecidos como favelas, mas na revisão bibliográfica, e na observação do cotidiano identifiquei o termo “comunidade”.

Minha intenção não era me estender muito nesse ponto, mas considerei que dada a natureza do conceito clássico de *comunidade* e as implicações que tem, a utilização do termo para me referir às favelas iria resultar em algo confuso, como pude constatar na primeira vez que tentei explicá-lo no contexto de uma “comunidade”. Preferi, então, utilizar o termo *favela*.

Além do mais, resulta interessante, pois que, baseado nos dados pesquisados, o uso cotidiano do termo *comunidade* pode dever-se a uma série de intervenções do poder público, numa tentativa de mudança em relação à visão que a sociedade em geral possui da favela, e também seus próprios moradores, o que acabou por influenciar a maneira como as pessoas referem-se ao seu local de moradia, porém sem que necessariamente tenha mudado ou incrementado o sentido de comunidade ou capacidades comunitárias.

O termo “comunidade” foi utilizado nas estratégias de higienização e reeducação da população favelada, o que estabeleceu um referente do que as favelas deviam ser e quais características adotar para se integrarem à cidade formal; o termo afastava-as da conotação negativa de favela, em alguns casos mudando a maneira como as pessoas se enxergavam como moradores.

Na análise de Freire (2008) a favela está vinculada a todas as questões negativas dessas áreas da cidade principalmente à violência gerada pelo tráfico de drogas. Já o termo “comunidade carente” às questões de carência generalizada e abandono por parte do poder público que afeitam à população.

A anterior diferenciação colocava uma distinção, uma definição em dois sentidos, tanto do local quanto das pessoas que ali moravam, não só para o poder público, mas também para as próprias organizações comunitárias, a população e outras organizações sociais, como os meios de comunicação:

A noção de “comunidade” é insistentemente utilizada pela Associação de Moradores de Rio das Pedras. Usualmente, esta denominação vem substituindo o termo favela que, como se sabe... está impregnado de conotação negativa. No caso do Rio das pedras, demarcava a distinção em relação a uma favela com traficantes de drogas. Os meios de comunicação...também vêm utilizando o termo comunidade em vez de favela (TELLES, 2016: 8).

Porém, o termo comunidade é de uso relativamente recente e se refere ao afastamento das problemáticas do tráfico e a violência; julga-se que a distinção que estabelece não considera uma questão que resulta fundamental para o tema desses assentamentos, a origem mesma, o contexto e condições em que surgiram, o que se mostra relevante para este estudo.

Então é conveniente examinar a figura da favela, o que supõe uma revisão da sua evolução histórica no contexto urbano brasileiro e, especificamente, do Rio de Janeiro. Tal será feito de forma sucinta a seguir, começando por delimitá-la.

Uma definição de favela pode ser encontrada na análise de Marcelo Burgos no artigo “Dos Parques Proletários ao Favela Bairro” extraída do Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro sancionado em 1992, que estabelece o seguinte:

É uma área predominantemente habitacional, caracterizada por ocupação de terra por população de baixa renda, precariedade da infraestrutura urbana e de serviços públicos, vias estreitas e de alinhamento irregular, lotes de forma e tamanho irregulares e construções não licenciadas, em desconformidade com os padrões legais (BURGOS, 2004:48).

Como bem observa Burgos (2004), nessa definição não são atribuídas características morais ou culturais aos moradores da favela: é, segundo o autor uma leitura, puramente de um conceito espacial e por suas carências de infraestrutura, porém são salientadas as características de irregularidade, falta de licenciamento e ilegalidade.

Essas condições de irregularidade e ilegalidade enquadram muitas das problemáticas no interior das favelas, dificultando ou impossibilitando a sua integração à cidade; a falta de clareza e certidão na propriedade da terra são exemplos de como torna-se irregular ou ilegal a ocupação dos locais, abrindo um precedente para um círculo vicioso que começa com o desincentivo para investimento nesses locais, gerando novas e mais complexas questões.

## **2.2.**

### **A favela na evolução urbana do Rio de Janeiro**

Neste ponto é pertinente fazer uma síntese da evolução urbana do Rio de Janeiro, com a finalidade de entender a persistência dessas condições na dinâmica social das favelas carioca. Para cumprir esse propósito foi consultada a obra de Maurício de Abreu (2006) – originalmente publicada em 1987 – onde expõe o crescimento da cidade. Segundo ele, estava determinado por um:

Estado capitalista que produzia um espaço urbano socialmente desigual e injusto. Apenas os locais que asseguram o retorno financeiro do capital investido. Se

caracteriza por um modelo dicotômico de centro-periferia, onde a cidade dos ricos se contrapõe àquela dos pobres, isto não se deve apenas às forças do mercado (ABREU, 2006: 07).

Essa última observação é muito importante, porque nela estão implícitas várias questões históricas da formação social brasileira, o que tem a ver com os traços culturais e particularidades institucionais, despeito disso pode ser lembrado pelo caráter personalista de que fala Sergio Buarque de Holanda, em “Raízes do Brasil” (1977), assim como a hierarquização que gera uma sociedade estratificada com tratamento desigual para as pessoas.

Tal, por sua vez, produz elites que conduzem e controlam as instituições e as políticas a serem implementadas; assim do Brasil Colônia até o período da redemocratização, o espaço urbano carioca foi produzido para beneficiar e satisfazer as elites no poder, geralmente em detrimento do resto da sociedade.

O Estado tem tradicionalmente apoiado os interesses e privilégios das classes e grupos sociais dominantes, via a adoção de políticas, controles e mecanismos reguladores altamente discriminatórios e elitistas (ABREU, 2006: 15).

Então o Estado gera bens apenas nos locais privilegiados da metrópole, e tem o controle do estabelecimento dessas áreas: essa teria sido a lógica da construção do espaço urbano carioca, existindo duas direções opostas. Por um lado o modo de produção e por outro a formação social; a questão da proximidade dos locais de moradia das elites e seus funcionários representava uma dificuldade no contexto urbano segregado espacialmente, o que representa um antecedente na eclosão do aparecimento das favelas no século XX.

Agora é interessante estabelecer como a favela se apresenta conforme uma solução provisória no processo de reconfiguração do espaço urbano, produto da ação do governo, consequência da incorporação de diversas variáveis, da abolição da escravatura à rápida urbanização do país, e a instauração da República. Tais fatos mudavam o sistema político e as relações interpessoais, considerando os direitos dos novos cidadãos.

Seguindo a mesma lógica usada por Abreu (2006), Burgos (2004) expõe em seu estudo a respeito do Favela-Bairro a problemática da favela como o que devia ser uma etapa transitória na reorganização do espaço urbano; é como

colocar de forma provisória pessoas pobres (em sua maioria) que foram removidas de algumas partes da cidade em outras, até haver sua realocação definitiva. Esses são processos demorados e em muitas ocasiões inacabados, que resultaram no crescimento descontrolado dessas populações, acelerado pelas migrações internas no país na após a década de 1950.

Deve-se reconhecer que nem todas as favelas devem sua origem só a essa razão, pode-se estabelecer que tal motivo modificou substancialmente a trajetória destas gerando a complexidade que experimentam atualmente. Por exemplo, a concentração de população das favelas favoreceu a reprodução das dinâmicas populistas, do corporativismo e as clientelas eleitorais em certas áreas das cidades.

A concentração de população pobre e mormente negra, no contexto urbano e do novo sistema político e institucional republicano, e posteriormente democrático, auspiciava o controle político dessa massa. Assim também facilitava a legitimação desse controle através do sufrágio. Dar uma solução à questão da favela, além de não ser do interesse das elites dominantes como estabelecido anteriormente, na nova conjuntura também não era rentável politicamente.

### **2.3.**

#### **A Favela. Pacto Social alterado**

Seguindo os fundamentos aqui já comentados, percebe-se que a população da favela só era levada em conta quando fosse conveniente para as elites, e dadas as múltiplas transformações políticas e sociais do país, a população dessas localidades nunca exercitou uma cidadania integral além do voto que respondesse a três dimensões principais, conforme Carvalho (2009): liberdade, participação e igualdade. Também não teve garantidos os correspondentes direitos: civis, políticos e sociais.

Essa ausência de garantia de direitos é determinante porque gera uma dinâmica específica do interior das favelas. Em especial, quando se trata dos direitos civis, é uma a falta que cobra maior relevância, porque é básica para o acesso aos outros direitos. A garantia de proteção à vida, a liberdade e a propriedade, são pontos basilares para o exercício da participação nas dinâmicas políticas, econômicas e culturais.

Nesse sentido, os conteúdos dos parágrafos anteriores podem ser vinculados com o que foi colocado no primeiro capítulo, sobre o Contrato Social. De fato, para Rousseau a partir do contrato, o homem abria mão da sua liberdade individual, mas ganhava a liberdade civil: a garantia dos direitos civis é o que permite a aderência e pertencimento no contrato.

Onde esses direitos mínimos não são garantidos, um pacto social como o proposto por Rousseau não seria possível, pois os homens são inclinados ao egoísmo, à injustiça e a opressão, o que bem poderia descrever a realidade no interior de muitas favelas. Seria preciso uma força maior à qual ceder liberdade para estabelecer um controle, o Leviatã, no caso, o Estado. Contudo, nas favelas há um vácuo de ação pública.

Um argumento que pode ser atrelado ao aqui exposto, é o que diz Elisa Pereira Reis, na análise que faz sobre a sociedade brasileira no artigo “Desigualdade e Solidariedade: Uma releitura do ‘familismo amoral’ de Banfield” (1995). No texto a autora coloca interessantes argumentos sobre a falta de incentivos para os setores mais pobres da população para participar de ações conjuntas e associativas.

As grandes massas da população que precisam lutar desesperadamente para assegurar sua sobrevivência imediata não encontram incentivo algum para a associação porque não podem se dar ao luxo de adiar a satisfação de necessidades ao passo que o ethos dominante confia às elites esclarecidas a responsabilidade de zelar pelos pobres (REIS, 1995: 06).

Coloca assim nas populações mais pobres a existência de uma moral restrita ao círculo pessoal mais próximo para a solidariedade, similar à que identificou Banfield em Montegrano; derivada do fato de que o projeto de Nação não foi capaz de continuar a integrá-los às dinâmicas sociais, econômicas e de políticas públicas, que faz com que as pessoas não encontrem incentivos para participar de objetivos coletivos ou adotar identidades nacionais construídas pelas elites.

A não realização das profecias de desenvolvimento, as crises ideológica, administrativa e econômica do Estado e a anomia social de uma parcela crescente da população apontam para o colapso das antigas concepções da sociedade civil (REIS, 1995: 10)

Nesse sentido estabelece que a relação desses setores da população com as organizações sociais e instituições do Estado é baseada numa lógica que responde ao ganho imediato, o que pode ser um remanescente das práticas clientelistas e da utilização política que se tem feito deles.

Diz Reis: “Incapazes de suportar o diferimento da satisfação de necessidades, esses atores somente se relacionam com associações numa base clientelista” (REIS, 1995: 11).

Então, o que pode ser inferido, é que as condições que caracterizam as favelas e as convertem no que Burgos (2002) nomeia – parafraseando a Maria Alice Rezende – como a “Cidade escassa”, são uma histórica falta de garantia na proteção dos direitos, tanto civis quanto políticos e sociais, e uma relevante dificuldade para integrar-se à dinâmica da cidade formal. Adicionalmente uma população que não encontra incentivos para participar de associações ou projetos coletivos, uma solidariedade restrita às pessoas mais próximas e uma lógica clientelista na vinculação com as organizações sociais e instituições do Estado. Finalmente uma histórica ausência do poder público, que é causa e produto de todo o panorama anterior.

É importante salientar que existem diferenciações no interior das favelas. A condição de proprietários e não proprietários é uma das mais significativas. A propriedade fundiária, a situação legal ou a forma de comprovação da propriedade ou posse da terra e das casas em onde moram é uma das limitações mais graves, além da presença do tráfico, duas das questões mais recorrentes na literatura revisada sobre a temática.

Essas questões são influenciadas não apenas por fatores sociais ou políticos, também os físicos e geográficos são relevantes. É pertinente fazer uma rápida descrição da tipologia das favelas que considera essas variáveis. Na verdade, não é exatamente uma tipologia: refere-se aos critérios que podem ajudar na distinção entre favelas.



### **2.3.1. Tipos de favelas cariocas**

Com base no exposto por Alkmim no artigo “A morfologia socioespacial da favela de Rio das Pedras”, um critério de classificação, dado o assentamento de favelas no Rio de Janeiro considera dois tipos: as de encosta nos morros da cidade e as planas, sendo as primeiras mais antigas e as segundas decorrentes de estratégias e políticas habitacionais e urbanas como Cidade de Deus e Rio das Pedras (ALKMIM, 2002: 113)

Um segundo critério para classificação de favelas é que podem ser “isoladas” ou conformar “complexos” ao serem agrupadas com outras com as quais têm algum tipo de relação ou conexão, conforme foi observado na revisão dos relatórios do Sistema de Assentamentos de Baixa Renda (SABREN) do Instituto Pereira Passos (IPP), da Prefeitura do Rio de Janeiro, sob a categoria “situação”.

Outro critério que pode ser verificado para diferenciar as favelas é a sua localização geográfica e simbólica, a partir da dicotomia colocada por Alkmim – fazendo referência a Mauricio de Abreu – de núcleo e periferia. Há favelas que são periféricas pela sua localização geográfica, e há outras que são simbolicamente periféricas, embora estejam localizadas em zonas abastadas do núcleo urbano do Rio, como o caso das favelas da Zona Sul do Rio.

Tal conceição resulta essencial para ser possível entender e colocar o objeto do presente estudo, favelas que se encontram no núcleo urbano próximas de zonas abastadas. É válido observar a convivência do desordem e ilegalidade desses locais, dada sua proximidade com a cidade formal que as contêm.

Nesse sentido, este trabalho pretende voltar seu foco para as favelas da Zona Sul do Rio de Janeiro e para como as questões acima colocadas são experimentadas nesses espaços, as quais os descrevem geralmente. A intenção é estabelecer se essa condição poderia favorecer a construção de Capital Social.

Assim chegou-se ao estudo específico de uma favela da Zona Sul que possuísse, em primeira instância, as características expostas na ótica do Capital

Social colocada no Capítulo I, capaz de permitir a realização do trabalho sem inconvenientes. Além disso, deveria contar outras características relevantes que auspiciam a construção de Capital Social, uma potencial experiência exitosa.

## 2.4.

### **Vila Parque da Cidade. Uma favela peculiar**

O meu primeiro contato com uma favela no Rio de Janeiro foi precisamente com o Parque da Cidade, e a minha reação foi de receio de ali morar. Embora não me seja estranha a pobreza urbana, pensei que esta era uma realidade desconhecida e mais complexa, motivo pelo qual optei por uma área da cidade menos desafiadora para começar a nova vida aqui.

Um ano e meio depois, com mais noção do que é viver na cidade do Rio de Janeiro, de ter morado na beira de uma comunidade como Vidigal, participado como voluntário num projeto educativo na favela da Rocinha e, mais recentemente ter sido vizinho-espectador de uma favela como Cantagalo, pude vencer aquele receio e habitar em uma comunidade. Por indicação do meu orientador, não poderia ser nenhuma das anteriores, dado o aparente aquecimento do clima da violência em algumas partes da cidade depois de 2016.

Como pode ser constatado na literatura revisada sobre o assunto (ZALUAR, 2002, 2004; BURGOS, 2002; TELLES, 2016), a partir dos anos 1990, maioria das favelas cariocas, além de apresentar problemas por falta de urbanização em relação à infraestrutura e serviços, também tem tido que lidar com questões de outra natureza, como a violência gerada pela presença de grupos paraestatais e as ações que estes e as autoridades empreendem.

No caso do Parque da Cidade, porém, segundo o Relatório do Estudo Socioeconómico realizado pelo departamento de Sociologia e Política da PUC-Rio (ALKMIM; ISMAEL; LIMA, 2011) essa não é uma questão problemática na comunidade, percepção que entre os seus moradores está dividida, segundo foi possível constatar. Há quem afirme não haver preocupação a respeito e quem diga que a questão do narcotráfico sempre tem estado presente, só a violência ostensiva não fazia parte do cotidiano, sendo um fenômeno recente, como pude observar na

minha estadia morando na Vila Parque, pela fala de alguns moradores e funcionários da Associação.

Uma das finalidades de morar na Vila Parque da Cidade foi o fato de me aproximar do cotidiano da comunidade, entender as dinâmicas nas quais as pessoas desenvolvem relações e estabelecem vínculos, para compreender de dentro quais seriam incentivos ou barreiras que enfrentam, analisando todos os aspectos sob a ótica do Capital Social como estabelecido no capítulo I deste trabalho. Dirigi especial atenção aos locais físicos e simbólicos, os pontos de interação interpessoal e que auspiciam o contato constante entre as pessoas, para fins de convivência e, sob a lógica do Capital Social, de organização comunitária.

Nos primeiros dias morando na favela, tive receio de explorá-la, embora já tivesse ali entrado, anteriormente, para procurar moradia. Dessa vez não estava com ninguém de lá. Eu era, numa expressão recorrente na literatura revisada sobre favela, “de fora”<sup>17</sup>, então aos poucos fui observando a comunidade sob a ótica do Capital Social, procurando elementos, espaços, atitudes e organizações para posteriormente analisar as questões mais relevantes.

Comecei procurando o mais evidente: espaços coletivos dentro da comunidade mas fora da rua principal, as escadas, vielas e alamedas. Só consegui encontrar uma quadra de basquete que está em desuso, e uma praça pequena na entrada ao lado da estrada da Gávea, no começo da Rua Francisco Meiga – a única rua interior – há umas mesas com tabuleiros de xadrez, e um pequeno espaço com mais mesas, utilizado para jogar baralho, uma atividade popular, segundo alguns depoimentos durante as entrevistas.

---

<sup>17</sup> É uma expressão utilizada em vários sentidos. Zaluar (2000,2004) refere-se aos conceitos e ideologias que vêm “de fora” a serem implantados nas comunidades. Para Freire (2008), refere-se à pessoa ser de fora da favela. Em certo sentido, as duas questões estão vinculadas.



Figura 2: A quadra. Único espaço coletivo dentro da favela.  
Fonte: Acervo fotográfico próprio.

Existe também a utilização do Parque Natural e Municipal da Cidade (PNMDC) como espaço coletivo da comunidade. E embora não esteja dentro da comunidade está conectado a ela ao menos em dois pontos: a entrada principal na Estrada Santa Marinha, e por uma saída na parte alta da favela que conecta diretamente com o parque. Essa relação é interessante por várias razões: significa um vínculo direto com o poder público, a Prefeitura, no caso; e porque, de algum jeito, tende a compensar o déficit de espaço físico existente. Porém, como será analisado mais adiante, cria-se uma tensão no modo de ocupar o Parque e a capacidade das instituições do Estado para responder à questão.

#### **2.4.1. Descrição da Vila Parque**

A Vila Parque da Cidade é uma favela isolada de tipo encosta<sup>18</sup>, que se encontra assentada num morro no começo da floresta de Tijuca, entre a favela da Rocinha e o nobre bairro da Gávea, delimitada ao sul pela Estrada da Gávea, ao oeste, pela estrada Santa Marinha e ao norte e oeste, por uma Unidade de Conservação Ambiental, na que se encontra também o PNMDC.

<sup>18</sup> Dos termos utilizados: “Isolada”, extraído da ficha técnica da informação estatística do IPP, e “De encosta” sob o anteriormente estabelecido baseado em Alkmim (2002).

Existe ali uma relação relevante e complexa com a comunidade, histórica, dado que dela deriva sua origem e nome. Atualmente essa complexidade está presente nas tensões que gera a convivência e apropriação da comunidade sobre o Parque.

Como outras favelas desse tipo, teve e ainda tem um crescimento desordenado que dificilmente é controlado pela autoridade pública, pelo qual embora tenha mantido a mesma área de extensão, 41km<sup>2</sup>. Segundo o SABREN, a população tem se multiplicado consideravelmente, o que se explica sob a lógica de um crescimento vertical, acompanhado da reprodução natural da população. Há também a chegada de pessoas de fora para morar na comunidade, sobretudo de estados do Nordeste do Brasil, estudantes e pessoas em geral procurando um aluguel econômico.

A população da Vila Parque da Cidade é difícil de se definir com certeza, a estatística oficial disponível no SABREN, com dados do Censo IBGE 2010, estabelece que existem 623 domicílios que albergam uma população total de 1,924 mil pessoas, porém é interessante notar que essa mesma fonte afirma que em 2000, existiam 666 domicílios e 2,304 mil habitantes.

Existe outro cálculo feito por parte da Associação de Moradores, que se baseia nos relógios da companhia de luz e a média estabelecida pelo IBGE de quatro pessoas por domicílio, com o que se obtém um somatório significativamente maior, como afirma um colaborador da associação e confirma um funcionário da Associação de Moradores:

Agora, segundo a Light, a comunidade tem 963 casas que são faturadas, vamos colocar assim, que não todas as casas têm relógio, podemos dizer mil e cem, e segundo o IBGE em cada casa de comunidade são quatro pessoas por casa, dados que são referência<sup>19</sup>, a Light por relógio, e segundo o IBGE pessoas habitando a área de comunidade, são quatro, ordem de 4 mil ou 4,5 mil pessoas... (Entrevista 5, Jerônimo).

Porque no cálculo da gente, mais de cinco mil tem, tenho certeza, extraoficial né? (Entrevista, Funcionário Associação).

É interessante observar como eles contestam a informação oficial e utilizam dados alternativos para fazê-lo, sob uma lógica que procura ter uma visão

---

<sup>19</sup> Não foi possível conferir os dados sobre a Light. A respeito da média de moradores, para os domicílios ocupados em área urbanizada para o estado do Rio de Janeiro, é de três (IBGE, 2010).

mais próxima à realidade do tamanho da população, talvez com o fim de estabelecer um maior número de “representados”.

Também é de se observar que as pessoas estão percebendo as mudanças no dia a dia na comunidade, e é preciso considerar que a estatística de 2010 é anterior aos fenômenos de crescimento e o que eles referem como a “especulação imobiliária” que os megaeventos acontecidos na cidade no período de 2013-2016 causaram.

Por outro lado, existe uma diferenciação relevante segundo a localização na comunidade e que se representa nos opostos acima e embaixo: a forma de transitar entre um e outro se materializa nas escadas, que são divisa, e passagem física, tanto quanto simbólica entre ambos “locais”.

A despeito disso, na parte baixa além de moradias, está situada a grande maioria de intercâmbio social da Vila, comércios e locais de socialização informal, grande parte delas se encontrando na Rua Francisco Meiga. A proximidade com essa e as ruas que beiram a favela faz com que a parte inferior seja mais valorizada e cara.

A parte acima é preponderantemente habitacional, com alguns comércios menores. A forma de transitar por ali é através de escadas, vielas e alamedas, várias delas sem saída, das quais os moradores fazem uso com diversos propósitos, bater papo, para as crianças brincarem, para colocar vasos de plantas nos corredores, além de outros, que podem ser compreendidos, como fez Freire (2008), no caso de Acarí, como um uso privativo do espaço coletivo (FREIRE, 2008: 8).

É relevante também assinalar outra questão que ocorre nas vias de trânsito dentro da Vila Parque: a presença excessiva de lixo, que vem sendo percebida cada vez mais como um problema pelos moradores e por outros atores externos à localidade. Isso tem provocado a aproximação da gestão do Parque, dos prédios vizinhos, e mais recentemente de uma iniciativa que promove a educação ambiental; e que forma parte essencial de nosso estudo de caso como será visto mais à frente.

A despeito destas características da favela, haverá uma análise de maior detalhe no próximo capítulo, toda vez que fique mais delimitado o nosso estudo em relação ao que foi estabelecido no primeiro capítulo, sobre ideias que Putnam (2004) estabelece como questões a serem consideradas no processo de construção de Capital Social, no que se refere ao tamanho e escopo, às relações dos atores e as condições estruturais, bem como a questão da coesão e a diversidade.

O período em que eu morei no Parque da Cidade foi de cinco meses, os primeiros dois e meio foram na Alameda das Margaridas, na parte centro, acima da favela<sup>20</sup>, num “prédio” que integrava várias “casas”, quitinetes e quartos; as escadas e corredores interiores não possuíam um arranjo uniforme, eram muito escuros, que precisavam de luz, que se ativava com sensor de movimento. Havia cinco pavimentos, alguns deles tinham diferenças de nível no chão, o que evidencia que foi construído por etapas. O ponto final das escadas era o terraço, um espaço supostamente coletivo para todos os moradores, mas somente utilizado por uma ou duas famílias, dado o acesso afanoso derivado da ordenação dos espaços.

A proprietária do prédio é uma senhora de avançada idade, uma “das primeiras” moradoras da Vila Parque da Cidade que é também mãe-de-santo e possui um terreiro na comunidade. Contudo, ela não mora nessa construção: há outro prédio muito perto dali onde tem a sua casa e mais quartos e quitinetes. Além disso, tem outras propriedades em outras áreas da vila também para alugar, o que me foi possível constatar porque foram oferecidas quando resolvi me mudar para parte baixa.

Na minha decisão de sair do interior da comunidade influíram várias questões. Por exemplo: o fato de querer entender as diferenças entre morar acima e embaixo – além das óbvias vantagens de subir menos escadas e estar mais perto dos comércios –, a recorrente falta de água, a má qualidade do sinal de internet<sup>21</sup> e

---

<sup>20</sup> Para chegar até aí eu tinha que subir “o escadão” uma das quatro principais vias para chegar de abaixo pra cima, em total eram 242 degraus da entrada da comunidade até a porta da minha casa, contando as escadas interiores do ‘prédio’.

<sup>21</sup> Cabe aqui salientar que contratei o serviço de internet mais fácil e acessível que estava disponível, de tipo ‘hotspot’ é o que tem a maioria da comunidade.

a inconveniência de não ter mais móveis que uma cama, um par de cadeiras e um fogão.

Porém a questão mais determinante foi a repentina presença de pessoas armadas numa das escadas pelas quais tinha que passar toda vez que precisava sair ou chegar à minha casa, situação derivada da –denominada pela mídia – guerra da rocinha, questão que abordarei com mais detalhes posteriormente.

Consegui um quarto em uma casa que dividia com um rapaz, um estudante de doutorado da PUC-Rio que alugava a uma pessoa que morava fora da Vila Parque. A casa ficava numa escada que tinha acesso pelo logradouro Estrada Santa Marinha, bem do lado da entrada do PNMD, não tinha que subir tantas escadas e o acesso era restrito aos poucos moradores que viviam nessa viela.

A despeito do anterior, já na primeira vez que fui para procurar moradia no Parque da Cidade, percebi que as pessoas mostraram quartos. Assim como a senhora que alugava meu espaço, as outras pessoas também tinham mais de uma propriedade em diversas áreas da favela. Segundo os entrevistados, os indivíduos constroem mas do que propriedades de que precisam para eles e suas famílias morarem para ganhar uma renda extra. Tal foi gerando o adensamento de construções, e a população, reduzindo os espaços disponíveis.

Esse fato pode gerar repercussões na dinâmica de sociabilidade e interação dentro da comunidade, o que de fato se dá, visto que a chegada de pessoas alheias, “de fora”, e a decorrente rotatividade de indivíduos trazem mudanças na convivência entre vizinhos e a afetam a possibilidade de construir e reproduzir relações interpessoais.

Existe também a questão da diversidade de atividades e horários, os quais complicam uma convivência com esses vizinhos desconhecidos. Temas assim são abordados de forma consciente pela maioria dos entrevistados, como pretende-se colocar daqui adiante.



## **2.5.**

### **Uma favela com potencial**

Por ser uma favela relativamente pequena, o Parque da Cidade conta, no seu interior, com abundantes e diversos comércios, padarias, botecos, bares, lanchonetes e restaurantes, barbearias, estéticas, farmácias, Lan Houses, mercados e lojas de variadas mercadorias como materiais para construção, academias etc.

Segundo as estatísticas disponíveis<sup>22</sup> a população moradora no Parque da Cidade é de baixa renda, cerca de 88% das dos domicílios reportaram ter um ingresso menor a dois salários mínimos, o que é consistente com a informação do Relatório do Estudo Socioeconômico realizado pela PUC-Rio, que aponta que a renda familiar média per capita é de R\$611. Embora a maioria esteja alfabetizada o perfil de ocupação é geralmente de baixa qualificação, e ligada aos serviços e comércio.

A comunidade está conectada à cidade principalmente por quatro linhas de ônibus, duas que saem da Rocinha: a 538-Botafogo e 539-Leme; a T112, que sai da Gávea e vai até a Rodoviária; Troncal 5-Central, cujo ponto inicial é precisamente a entrada da favela. Além de contar com serviço de Vans com integração para o metrô, resultando em um acesso a um raio maior de conexão.

#### **2.5.1.**

##### **Infraestrutura e acesso a serviços públicos**

A respeito de acesso a serviços públicos, a Vila Parque não tem infraestrutura pública de saúde, segundo declarações de alguns entrevistados. A prefeitura construiu o prédio que hoje alberga o Centro Municipal de Assistência Social Integral (CEMASI), na entrada principal da favela, onde, conforme alguns interlocutores, funcionaria a clínica da família. De fato operou esse serviço durante algum tempo, mas por causas de segurança – sempre segundo os entrevistados – não continuou. Existem agentes de saúde comunitários que operam na localidade mas também o próprio programa é questionado por moradores.

---

<sup>22</sup> SABREN com dados do IBGE.

A saúde é, entre outras, uma das mais sentidas pela população: ainda é uma demanda pendente. Outras de igual importância são relacionadas à infraestrutura de serviços básicos, como água, esgoto e energia elétrica, não tanto pela cobertura, mas da qualidade no fornecimento.

O principal problema apontado pelos moradores da comunidade do Parque da cidade é sem dúvida a falta de água residencial, apresentando o serviço interrupção constante. 56% dos moradores mencionam o problema em primeiro, segundo ou terceiro lugares (ALKMIM; ISMAEL; LIMA, 2011: 31).

Existe uma creche municipal na rua Estrada Santa Marinha. Conforme a declaração do presidente da AMPDC foi realizada durante a implementação do Programa Favela-Bairro, e que só foi concluída por causa da pressão realizada à Prefeitura do Rio com intervenção dos organismos internacionais que estavam cofinanciando o programa.

Além disso, não existe dentro da comunidade outra infraestrutura educativa. Há ao menos quatro escolas municipais para os níveis Fundamental I e II nas redondezas, duas no caminho até a Rocinha e mais duas na Rua Marquês de São Vicente, frente à PUC-Rio.

Existem também alguns espaços educativos particulares. O instituto Nossa Senhora de Lourdes está localizado na frente da Vila Parque, a Escola Parque se localiza a menos de 200 metros da sua entrada, e o Colégio Teresiano da PUC-Rio, na Rua Marquês de São Vicente. Embora inacessíveis para a população da Vila Parque da Cidade, algumas delas, como a Escola Parque, fornecem bolsas para moradores da comunidade.

Existem ao menos quatro igrejas de diferentes denominações, mas nenhuma católica, no interior da comunidade, onde são realizadas quase todos os dias celebrações e reuniões, assim como um terreiro de candomblé, localizado na parte alta da Vila. Funciona principalmente aos sábados e tem atividades coletivas abertas ao público cada quinze dias.

Ademais, o local com maior afluência de pessoas é o corredor que dá continuação à Rua Francisco Meiga: ali estão localizados os botecos, lanchonetes e restaurante; por ser um dos acessos principais à favela tem uma densa afluência

de pessoas, muitas delas que descem dos ônibus que ali param. É lugar de encontro e convivência para a população, porém a maioria das vezes vinculado a algum tipo de consumo.

Segundo os depoimentos dos entrevistados, existem algumas outras ocasiões de socialização, mas que são pontuais e esporádicas, que é o caso das festas que organiza a Associação de Moradores. Entre as que se incluem a Festa das Crianças e as Festas Juninas, assim como um bloco de Carnaval e uma Bateria.

O próprio Parque Natural Municipal da Cidade representa um espaço de lazer para os moradores da Vila, porém para muito poucas atividades, dado o tipo de lugar que, uma Unidade de Conservação: tem regras a respeito do barulho, contato com as espécies naturais e animais e de conduta a serem observadas dentro do Parque, o que ocasiona certas tensões.

Já foi um centro de recreação e lazer não só para a comunidade da Vila Parque, mas para os bairros vizinhos, pois ali era possível tomar banho “de bica” nos corpos d’água ali existentes. Porém a afluência de pessoas diminuiu, por causa de uma problemática com o uso da água e o fato de ter crescido a percepção da violência. Nesses dias é comum ver moradores da comunidade nos fins de semana fazendo piqueniques e comparecendo a atividades eventuais ali organizadas, como foi possível constatar nas visitas realizadas.

Existem também outros espaços internos da Vila onde operam projetos sociais, como o já anteriormente mencionado CEMASI, que fornece, através do trabalho de duas lideranças comunitárias, diversos tipos de cursos e atividades. Detém diversas parcerias com organizações de fora da comunidade, entre elas a PUC-Rio. São oferecidos cursos diversos para crianças, adolescentes e adultos.

A despeito disso, vale mencionar que existe um conflito entre as lideranças que operam no CEMASI e a Diretoria da AMPDC, derivado do usufruto de esse espaço, prédio que foi entregue àquelas lideranças e não à AMPDC por parte da Prefeitura, o que pode evidenciar a complexidade da relação das instituições do Estado com a organização que se concebe como representante da comunidade.

Segundo declarações de alguns entrevistados, ali era para ter sido instalada a Clínica da Família, e de fato funcionou esse serviço durante algum tempo, mas por causas da falta de segurança – sempre segundo os entrevistados – não houve continuidade, aliás não existe infraestrutura pública de saúde próximo à comunidade, mas ela conta com “agentes de saúde comunitários” figura que gera suspicácia entre os moradores sobre sua verdadeira função. De acordo com o depoimento de uma das entrevistadas, seria uma estratégia “para a gente não descer do morro até a clínica”.

Essa informação é congruente com o assinalado pelos moradores inquiridos na realização do estudo socioeconômico realizado pela PUC-Rio em 2011, como já assinalado; porém no percurso das entrevistas, uma das questões mais recorrentemente mencionadas pelos entrevistados era a falta de projetos sociais dentro da comunidade, atividades que pudessem manter ocupados as crianças e os adolescentes, “para não ficarem soltos ou na rua”.

No Relatório do Estudo Socioeconômico, essa lacuna é apontada como um dos principais problemas no Parque da Cidade. De fato é a terceira mais mencionada, vindo só depois da falta de água e esgoto e saneamento. Inclusive está acima da saúde, o que é reflexo de que essa preocupação é constante no tempo:

Seguem-se outros problemas relevantes como os ligados ao saneamento ou esgoto; ausência de lazer ou atividades culturais e esportivas na comunidade; precário atendimento do serviço de saúde, calçamento, coleta de lixo, oferta de educação, obras inacabadas e ausência de obras (ALKMIM; ISMAEL; LIMA, 2011: 31).

Uma evidencia a esse respeito, extraída do mencionado Relatório: a *Tabela 2. Principais problemas no Parque da Cidade (%)*, mostra marcado em vermelho, como a falta de lazer cultura e esporte, é mencionada como a terceira problemática mais mencionada.

Durante a pesquisa empírica, foi observada a presença de outras organizações com iniciativas de atuação na comunidade: embora hoje não mais ativo, existem registros do Projeto Parque Vivo, realizado em parceria com a Prefeitura do Rio de Janeiro. É interessante que as responsáveis desse projeto na comunidade são as mesmas lideranças cujo encargo é o CEMASI, o que sugere uma relação de grande proximidade entre essas lideranças e as instituições do poder público, particularmente a Prefeitura.

| %                                     | Primeiro Problema | Segundo Problema | Terceiro Problema | Total |
|---------------------------------------|-------------------|------------------|-------------------|-------|
| Falta de água residencial             | 42                | 10               | 4                 | 56    |
| Saneamento/esgoto                     | 7                 | 7                | 3                 | 17    |
| Lazer/Cultura/EspORTE                 | 7                 | 5                | 5                 | 17    |
| Saúde                                 | 4                 | 9                | 3                 | 16    |
| Calçamento                            | 3                 | 2                | 8                 | 13    |
| Coleta de lixo                        | 5                 | 3                | 5                 | 13    |
| Educação                              | 1                 | 3                | 7                 | 11    |
| Obras inacabadas ou ausência de obras | 2                 | 7                | 1                 | 10    |
| Falta de infraestrutura               | 1                 | 4                | 4                 | 9     |
| Falta de luz residencial              | 2                 | 6                | 1                 | 9     |
| Limpeza pública                       | 2                 | 6                | 1                 | 9     |
| Transporte                            | 3                 | 3                | 2                 | 8     |
| Acesso/escadas                        | 3                 | 3                | 2                 | 8     |
| Iluminação pública                    | 0                 | 3                | 2                 | 5     |
| Segurança/violência                   | 1                 | 0                | 2                 | 3     |
| Drogas                                | 2                 | 0                | 1                 | 3     |
| Aluguel caro                          | 0                 | 2                | 1                 | 3     |
| Críticas à associação                 | 1                 | 1                | 1                 | 3     |
| Desemprego                            | 0                 | 1                | 1                 | 2     |
| Falta de moradia/habitação            | 1                 | 0                | 0                 | 1     |
| Enchentes/queda de barreiras          | 0                 | 0                | 1                 | 1     |
| Outro                                 | 4                 | 3                | 4                 | 11    |
| Não sabe                              | 3                 | 3                | 3                 | 9     |
| Nenhum                                | 5                 | 0                | 0                 | 5     |

Tabela 2: Principais problemas no Parque da Cidade (%).

Fonte: RESVPDC.

Há outra ação que recentemente começou trabalhar na favela, por acaso quase ao mesmo tempo que eu cheguei para morar lá. São atividades sobre a questão da sustentabilidade. Uma iniciativa de um grupo cidadãos preocupados com a situação do lixo e a poluição na cidade do Rio de Janeiro, e que resolveram fazer uma intervenção na Vila Parque da Cidade, porém a parceria não se deu com as lideranças do CEMASI, mas com a Associação de Moradores do Parque da Cidade.

## 2.5.2.

### Associativismo: A Associação de Moradores

Vê-se, assim que a Associação de Moradores é uma organização comunitária de grande relevância, já que supostamente detém a representação da população da Vila Parque diante das instituições do Estado e demais organizações

sociais, apresentando-se como um elemento significativo para a construção de Capital Social naquele espaço.

Logo, é interessante analisar o trabalho da Associação de Moradores sob a lente do Capital Social esboçada no primeiro capítulo, para identificar se nas suas dinâmicas, ações e funções há traços que tal ótica considera, como horizontalidade e presença de um mediador, um organizador comunitário, e a forma em que exerce essa função.

A AMPDC tem múltiplas funções dentro da Comunidade, a dizer: a anteriormente citada representatividade da população do Parque da Cidade; fornecimento de serviços que preenchem a ausência ou incapacidade do Estado para fazê-los dentro da comunidade, como é o serviço de administração do correio e encomendas, e a que se destaca como a mais importante para esse estudo: o da potencial organização comunitária apoiada no fornecimento de atividades para a convivência, desenvolvimento social e humano, atendendo assim a uma das mais caras e recorrentes preocupações dos entrevistados, que é manter as crianças e adolescentes da comunidade ocupadas, aproveitando o tempo livre e “fora das ruas”.

Embora possa haver presença de outras organizações e projetos de intervenção social na comunidade, considerou-se pertinente trabalhar com a Associação de Moradores da comunidade, dado o papel que essa figura vem desempenhando desde o seu surgimento no entorno urbano no país, e a já mencionada qualidade de ser teoricamente um mecanismo formal de representatividade dos moradores, de contar com o *monopólio legítimo da representação* em palavras de Boschi (1987).

## **2.6. Sobre o associativismo no Rio de Janeiro**

É preciso, contudo fazer uma breve mas concisa análise sobre as associações de moradores na cidade do Rio de Janeiro. Nesse sentido, tenho considerado dois momentos principalmente: o anterior à redemocratização e aquele posterior a ela, vinculando cada um a conjunturas particulares que

permitam entender o papel e a evolução que essa forma de associativismo tem tido até hoje, antes de começar o estudo particular da AMPDC.

Para o caso do momento prévio à redemocratização, tenho me apoiado nas breves resenhas históricas introdutórias de estudos sobre favelas cariocas. Considerei relevante a inclusão de algumas argumentações de Boschi (1987) para este trabalho. Embora a maior parte do seu estudo esteja focada em associações de moradores de bairros de classe média, o autor coloca algumas questões aplicáveis ao caso das favelas e bairros populares que também são abordadas de maneira breve no seu estudo.

No período posterior a 1988, a maioria dos estudos consultados sobre favelas no Rio de Janeiro se voltam para aspectos e características essenciais dessas comunidades ou a implementação de programas e/ou políticas governamentais em seu interior, os quais revelam também questões pertinentes sobre associativismo, a partir das experiências e trabalho das suas associações de moradores.

Para analisar o período prévio à redemocratização é preciso considerar que as associações de favelas surgem como um mecanismo de reivindicação da posse da terra, dadas as características de informalidade e ilegalidade. Segundo Boschi (1987) e a maioria dos documentos consultados sobre favelas, a principal questão nelas, de início, era a da situação da propriedade da terra. Por conseguinte a função central de suas associações de moradores era eminentemente fundiária, mas também de reivindicações de outros direitos.

A característica básica do movimento de favelas, paralelamente a sua estabilidade ao longo da sua existência, é o fato da terra ser a questão central na grande maioria dos casos. Legalizar a posse da terra constitui não apenas o fator inicial de mobilização, mas também o eixo de uma série de eventos subsequentes e desdobramentos tais como as demandas para melhorias de serviços básicos (água, eletricidade, redes de esgoto, transporte) e de qualidade de vida em zonas urbanas) (BOSCHI, 1987: 46).

Previamente à redemocratização estão as associações de moradores de favelas que surgiram como resistência à execução de políticas governamentais remocionistas e higienizadoras, já apontadas na revisão da evolução urbana da cidade do Rio de Janeiro, segundo (BURGOS, 200; 2004). Acabaram cativas

pelas instituições estatais, e sua atividade, atrelada às instituições do governo, em uma relação ambígua em que não existia uma separação clara na dinâmica entre ambas organizações sociais:

[...] E como alternativa à estrutura clientelista tradicional<sup>23</sup>, procura estabelecer uma relação direta com as associações de moradores, sem os intermediários típicos dos anos 70, parlamentares mais conhecidos como ‘políticos da bica d’água’. Nesse caso, é interessante notar que as associações de moradores de favelas estavam tão identificadas com o exercício das funções do poder público – resultado da política de controle a que foram submetidas – que agora até mesmo num programa organizado com vontade democrática parecia natural atribuir-lhes funções que a princípio deveriam caber ao Estado”. (BURGOS, 2004: 42).

A despeito disso, é importante o que coloca Boschi (1987) sobre o movimento das associações de moradores de bairros de classe média e média alta da cidade do Rio de Janeiro: seu temor, que evidencia que também tinham sido submetidas ao autoritarismo durante a Ditadura, pelo motivo pelo qual estavam procurando uma forma de organização que pudesse escapar desse tipo de vigilância. Como parafraseia este autor, a partir de um estudo feito sobre a Associação de Moradores da Rua Lauro Muller:

A forma de dirigir a nossa associação seria a primeira decisão política importante. Era necessário projetar um modelo alternativo capaz de livrar a comunidade dos malefícios do autoritarismo. Se não mantivéssemos os olhos bem abertos, estaríamos criando apenas um feudo, um curral algo manipulado por uma pessoa ou grupo. Além disso, uma liderança de tipo hierárquica cria dependência aos diretores e ao presidente (BOSCHI, 1987: 75).

É proveitoso observar, com base nessas argumentações que, no período prévio 1988, as associações de moradores, em ambos os casos, tanto de Favela quanto dos bairros de classe média do Rio de Janeiro (e presumivelmente no Brasil), tornaram-se presas do autoritarismo do Estado. Porém é preciso fazer uma distinção quanto à função que era desempenhada em cada um desses contextos.

Ao passo que nas favelas a função principal era a da resistência e reivindicação de direitos dos quais eram privados pela sua condição de informalidade, nos bairros nobres a o papel que desenvolviam as associações, segundo o colocado por Boschi (1987) era a de promover a convivência e a reprodução de valores e participação cívica.

---

<sup>23</sup> Esta é uma referência ao Programa de Favelas da CEDAE (Proface) implementado na década dos anos 1980.



Inclusive uma das argumentações principais do Boschi é precisamente que nos bairros de classe média existiam condições que se aproximavam a um cenário *tocqueviliano*, referindo-se ao observado pelo autor francês durante sua visita aos Estados Unidos, exposto no Capítulo V do segundo livro de “A democracia na América”, intitulado “A arte da associação” (que é o nome da obra de Boschi) porém dadas as contradições existentes no seu sistema social: “O Brasil está ainda longe de reproduzir e institucionalizar um quadro *tocqueviliano*, embora certamente já estejam presentes muitos dos ingredientes para tal” (BOSCHI, 1987:104).

No que se refere ao momento posterior a 1988, ainda que possa ser considerado como um período de agitação e animação da sociedade civil, entendido como causa e efeito da própria redemocratização, numa lógica em que previamente as associações surgiram clandestinamente por causa da Ditadura e posteriormente se consolidaram com maior força, aproveitando a abertura democrática e a oportunidade política decorrente, as associações de moradores ficaram cativas ainda da ação do Estado e, mais, de novas condições que delimitam e afetam sua atividade e o desempenho das suas funções.

A dizer dessas novas conjunturas e da eclosão da presença do narcotráfico e da violência a ele vinculado em algumas áreas da cidade, sobre todo nas comunidades carentes, de baixa renda, bairros populares e favelas, que são presumivelmente derivadas da crise econômica, a ausência da ação do Estado nesses espaços e novas dinâmicas urbanas:

A democratização ao nível de algumas instituições fundamentais não alterou a violência cotidiana a que são submetidas as populações premidas pela pobreza, tanto em termos de satisfação de necessidades básicas quanto no que se refere a brutalidade e repressão. Pelo contrário, quando muito a situação se agravou, sobretudo depois dos anos após-milagre que levaram recessão e ao crescente desemprego do início da década dos 80 (BOSCHI, 1987: 57).

Exemplos disso são encontrados na literatura consultada sobre as favelas do Rio de Janeiro, especificamente as que estão perto de zonas abastadas ou recentemente desenvolvidas, a dizer do estudo realizado por Alba Zaluar (200) na Cidade de Deus; a sua colaboração com Marcelo Burgos em *Um Século de Favela* (2004); e os trabalhos da equipe do Departamento de Ciências Sociais da PUC-

Rio, especialmente o do já mencionado Professor Burgos (2002) e mais recentemente, Sarah Silva Telles (2016) sobre o Rio das pedras, favelas próximas de bairros da Barra da Tijuca, uma área nobre do Rio.

Zaluar no clássico “A Máquina e a revolta” (2000), coloca, dentre várias, uma questão muito interessante sobre as possibilidades e a realidade dos moradores da favela Cidade de Deus, particularmente dos mais jovens. Para ela há duas figuras, a do trabalhador e a do bandido, que se apresentam como as opções deles para escolha, considerando, por um lado, a moral do trabalhador e, por outro, a lógica de que não vale a pena, dos que escolhem ou são obrigados pelas circunstâncias de se converterem em bandidos.

A autora esboça nesse trabalho realizado prévio a 1988 a realidade que tomará conta da cidade a partir da década de 1980, em que uma parcela da população favelada desconsidera o caminho do trabalho e o esforço para sair adiante em um ambiente em que prevalecem a injustiça e a desigualdade. Porém, também como existem outras pessoas que escolhem continuar a ter o trabalho como uma opção moralmente superior e consideram a liberdade do bandido como uma mera ilusão.

Em “Um século da favela” (ZALUAR; ALVITO, 2004) Burgos faz, com o artigo “Dos Parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro”, um reconto histórico das políticas públicas para atender ao problema da favela; abordando as questões do remocionismo, e indo até a integração à cidade formal.

Uma das conclusões mais interessantes que coloca, e que tem a ver com o nosso argumento, é que o Rio e as favelas tiveram uma interrupção na integração dos excluídos nas dinâmicas social, política e econômica começadas antes da ditadura militar e que foram por ela, e que a redemocratização não tem conseguido retomar esse processo, por diversas causas entre as quais influi a presença do tráfico, que atinge o cotidiano da população favelada e o exercício dos seus direitos.

No Rio de Janeiro, onde a presença dos excluídos na cena política assumira importância inédita nas décadas de 50 e 60, a questão orna-se dramática, uma vez

que a tiranização das favelas e conjuntos habitacionais pelo tráfico, inibe a retomada da comunicação de seus interesses com a nova institucionalidade construída com a redemocratização do país. Assim, mais do que o déficit de direitos sociais, são os direitos civis e políticos que permanecem como principais obstáculos à integração da cidade, e são eles que ainda fazem do Rio de Janeiro uma “cidade escassa” (BURGOS, 2004: 28).

É interessante que Burgos retoma as figuras do trabalhador e do bandido colocadas por Zaluar e citadas anteriormente na ambiguidade dos limites entre norma e crime; algo que possa ser considerado uma lógica distinta que opera no interior das favelas da que opera para o resto da sociedade, o que potencializa a influência do tráfico e outras organizações paraestatais, e sua capacidade de permear a população.

O processo de democratização em curso nos anos 70 e 80, bem como o desejo de mobilidade social que suscita, tende a não reconhecer limites claros entre norma e crime. Não quer isto dizer, como assinala Zaluar que não haja fronteiras definidas entre o trabalhador e o bandido, mas é sintomático que a forma de estigmatização do segundo não esteja subordinada ao reconhecimento das normas vigentes para toda sociedade, mas a códigos referentes à justiça ou à injustiça de cada ato isolado (BURGOS, 2004: 28).

Nesse sentido, o argumento é que existe uma reconfiguração nas funções das associações no período pós-redemocratização. Embora o problema fundiário ainda continue a ser importante, é a questão da integração da favela à cidade que está na agenda por parte das políticas do Estado, assim como reivindicação de direitos políticos, civis e sociais a partir da resistência e a exigência da atuação do Estado através de política social.

Nessa reconfiguração também se reconhece o papel multifacetado das associações de moradores no período da redemocratização, no sentido do papel a ela atribuído, que ainda continua a se confundir como um “poder público” ou como um braço dele e, por conseguinte, capaz de adotar práticas assistencialistas, como no caso de Rio das Pedras, estudado amplamente pelos pesquisadores do Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio, função assistencialista, que não tem a ver só com as necessidades da população:

Passamos algumas tardes na sala de atendimento da associação, e o que se viu foram fragmentos da tragédia social brasileira. Qualquer dia que se vá à sede da associação de moradores, assiste-se a um rosário de súplicas por parte dos moradores, desde um pedido de passagem de ônibus para visitar um parente no Nordeste, até um pedido de emprego, de donativos, de cadeira de rodas ou ainda,

de inclusão nos diversos sistemas de institucionalizados de cestas básicas existentes na favela (BURGOS, 2002: 71).

### 2.6.1.

#### **Entre a defesa de direitos e a construção de comunidade.**

O que pode ser observado em todas essas experiências tem a ver com as condições em que moram as pessoas nas favelas, esses casos específicos, de algumas que estão próximas de zonas nobres ou desenvolvidas da cidade do Rio de Janeiro; as pressões às quais são submetidas, tanto pelas instituições estatais a traves das suas políticas e a dinâmica interna que se estabelece com as organizações que *detém a representação* da comunidade (como as próprias associações de moradores) quanto aos outros poderes fáticos, *os bicheiros*, as milícias ou *polícia mineira*, como descrito por Sarah Silva Telles (2016), os comandos do narcotráfico e inclusive, inclusive, a influência de algumas igrejas como colocado por Burgos (2002).

O panorama que todos esses autores expõem sobre favela, remete a condições de vida difíceis para a grande maioria da população dessas comunidades, embora existam, como vários deles colocaram, áreas e famílias em melhores condições que o resto. A informalidade na posse da terra, a carência de serviços públicos básicos, ausência de renda ou uma renda muito baixa, educação de má qualidade, e assim, a incapacidade de se integrar ao mercado formal de trabalho, a convivência cotidiana com o tráfico de drogas e a violência que ele traz consigo, mais os dilemas que isso representa para a população jovem, são o que caracteriza a grande maioria dos casos revisados sobre favela.

É nesse contexto que resulta relevante um estudo desta favela na Zona Sul do Rio, rodeada de bairros nobres, com acesso a infraestrutura e serviços sociais acetáveis, e que aparentemente não convive com os problemas do crime e a violência como nas que foram revisadas na bibliografia. Se nesses contextos de necessidade as associações de moradores privilegiavam o trabalho de defesa e reivindicação, a pergunta era se em outros ambientes, ainda que favelas, podem ser realizadas ações que contribuam à construção de Capital Social.

Nesse sentido, sobre a comunidade que estamos a estudar, no Relatório Final do já citado Estudo Socioeconômico da Vila Parque da Cidade, realizado

pelo então Departamento de Sociologia e Política da PUC-Rio, em relação aos “Principais problemas no Parque da Cidade”, não são apontadas estas problemáticas como casos prioritários de atenção: “Observa-se por outro lado que questões como segurança e violência ou tráfico uso de drogas não se apresentam significativos, recebendo menos do 5% de referência” (ALKMIM; ISMAEL; LIMA, 2011: 31).

O Relatório é bastante relevante para a presente pesquisa, porque embora seja não tão recente, é o único que existe sobre a comunidade; outra fonte de informação é a oficial, encontrada no site do IPP da Prefeitura do Rio de Janeiro. A partir da revisão desses documentos e da nossa observação participante, podem ser estabelecidas algumas premissas significativas em relação à teoria sobre a construção de Capital Social.

É oportuno estabelecer que a escolha de analisar uma favela com essas condições foi feita baseada numa lógica encontrada em um dos textos sobre favela, no artigo “Os universitários da favela” (MARIZ; FERNANDES; BATISTA, 2004) foi utilizado um modelo de análise muito interessante, ao invés de se focar nas condições que fazem os alunos universitários desistirem de fazer faculdade, estabelecia que era importante conhecer porque mesmo no meio dessas condições tinha alunos que eram capazes de terminar. Daí se vinculam esses modelos com os conceitos de *patogênese* no primeiro caso, e *salutogênese*, no segundo (MARIZ, FERANDEZ, BATISTA, 2004: 325).

Embora esteja inspirado nesse modelo, o presente estudo não segue esse exatamente esse caminho. A decisão foi modificar os elementos da equação e pesquisar um contexto menos problemático, ainda que sendo favela, para determinar se nessas condições socialmente mais saudáveis – em aparência –, a construção de Capital Social poderia ser atingida, se um entorno com as características assinaladas por Putnam (2004; 2015) é realmente mais propício; a primeira impressão é que a Vila Parque não tem um Capital Social tangível apesar de suas características.

Neste ponto é importante mencionar o fato de que, em vários dos estudos consultados sobre Capital Social, existe a visão de que, quando existe uma

mobilidade social ascendente as pessoas têm menos incentivos de cooperar em objetivos coletivos, dado que essa participação estava condicionada pela necessidade. Telles (2016) inclusive, fornece um detalhado exemplo sobre isso com uma família e vizinhos do Rio das Pedras.

No caso da Vila Parque da Cidade, embora os problemas sobre serviços públicos sejam colocados como questões principais, é interessante salientar, como já foi mencionado anteriormente, que a natureza dessa cobrança é por causa da qualidade, e não pela cobertura, assim resulta mais interessante o fato de que uma das principais problemáticas seja a ausência de atividades de lazer, culturais ou esportivas, o que tem sido adotado como uma preocupação central da Associação de Moradores, bem como expectativa dos próprios habitantes.

A despeito disso, é possível fazer uma vinculação com o conceito de terceiro lugar colocado por Putnam (2004), sobre como as atividades de lazer, culturais ou esportivas podem ter essa função de integração, espaços nos quais as pessoas convivem, compartilham e trocam experiências como outras não só da sua comunidade, em que existam modelos de papel que potencialmente mudem as expectativas de conquista das pessoas da comunidade, especialmente das crianças e adolescentes.

É essencial salientar a disjunção no modo como as favelas assim como os bairros populares de baixa renda e os bairros de classe média e média alta experimentavam as suas funções nesses contextos. Boschi (1987) estabelece uma perspectiva dupla em que possa ser analisado o trabalho que se faz nas associações de moradores<sup>24</sup>: internamente, no que diz respeito a seu papel de estímulo à coesão e à participação, e externamente no que se refere aos padrões da relação estabelecida com o Estado. (BOSCHI, 1987: 87). Considera-se que esta análise se insere na primeira perspectiva, sem que se esqueça a segunda, que também tem implicações relevantes e o fato de que ambas são mutuamente influenciáveis.

---

<sup>24</sup> Embora o estudo de Boschi esteja focado em associações de moradores de bairros de classe média, interpreta-se que essa dupla perspectiva aplica a todas as associações.

A despeito das atividades realizadas pelas associações – independentemente da perspectiva e o contexto – o autor coloca três tipos, que respondem a distintas questões: 1) processamento de demandas comunitárias 2) Vinculado à anterior que envolve algum tipo de conscientização da população e 3) outros objetivos relacionados ao lazer e à recreação.

A partir do que foi visto anteriormente, é possível estabelecer que o âmbito da nossa análise está enquadrado na primeira perspectiva; e mais vinculado ao terceiro tipo de atividades, que são realizadas ao interior da Associação de Moradores da Vila Parque da Cidade, quer dizer, a despeito das atividades realizadas com objetivos relacionados ao lazer e a recreação, para estimular a participação e a coesão na comunidade.

Outro ponto a salientar é o fato de que as associações analisadas no estudo de Boschi (1987) sobre bairros nobres, demonstra que essas dedicavam tempo e esforço com maior frequência a assuntos internos, como convivência e integração: manhãs de recreação infantil, festival de primavera, maratonas de criatividade, festas para levantar fundos, torneios de xadrez, campeonatos de skate e vôlei, feiras de artesanato, jantares dançantes, festival de música, comemorações juninas, shows de marionetes, concursos de poesia e contos, carnaval, teatro etc.

Também se destacam a organização de seminários e discussões de grupo sobre questões relativas ao bairro e à cidade em geral, salienta a sua relevância desde que esses encontros implicam um esforço organizacional frente ao nível do bairro, e que metas e estratégias são definidas e representam um estímulo à participação.

Bem, deve-se considerar que o fato de que estes são bairros de classe média que contam com profissionais altamente qualificados e com acesso a diversas agências governamentais. Nesse sentido, se estaria falando em um Capital Social como em Bourdieu, em contraste com a favela e comunidades de baixa renda, a disponibilidade de profissionais é menor e a disposição à participação também se vê afetada por causa da ocupação e do nível de instrução dos moradores.

É por isso que cabe analisar as atividades que são realizadas pela AMPDC que tem a finalidade de promover e incentivar a organização e a participação comunitária, que estejam vinculadas com o lazer e a recreação, e que potencialmente estejam contribuindo à construção de formas de Capital Social e desenvolvendo capacidade organizativa.

Logo é relevante, mencionar que os entrevistados durante o Estudo Socioeconômico realizado pela PUC-Rio mencionaram a quantidade de vezes que realizavam atividades de lazer por semana; nota-se na *Figura 3. Frequência com que realiza atividades de lazer (%)*, que um 25% da população realiza muito pouca ou nenhuma.

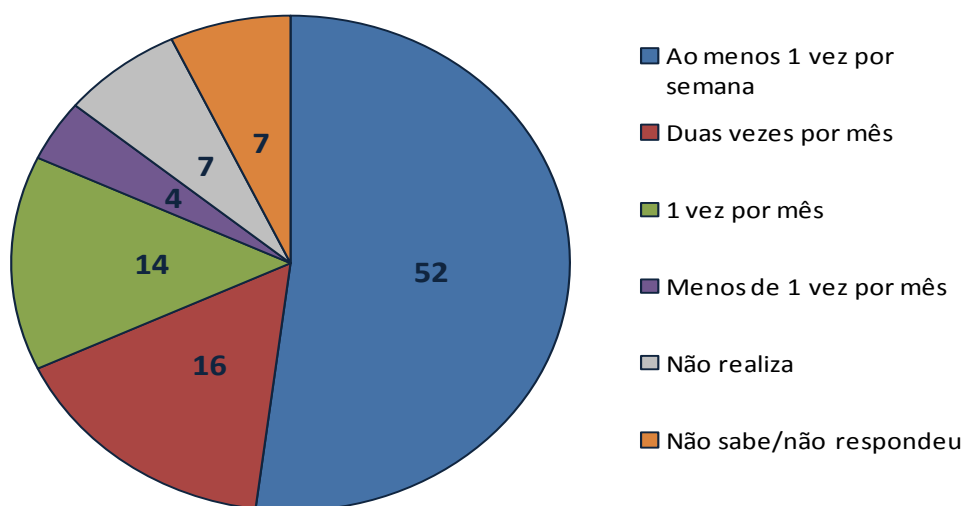


Figura 3: Frequência com que realiza atividades de lazer (%)  
Fonte: RESVPDC

É interessante mencionar o colocado por Boschi (1987) sobre a participação de pessoas em atividades de lazer promovidas por associações de moradores de favelas cariocas em comparação com as atividades formais, e o fato relevante de que aquelas menos rotineiras reforçam as solidariedades ao nível local:

Quanto a participação, constatou-se que em 59% das associações menos de 40% dos afiliados frequentavam as assembleias gerais onde eram tomadas as decisões coletivas. Em contraste, 44% das lideranças entrevistadas confirmaram uma intensa participação nas atividades de lazer e recreação promovidas pela associação (BOSCHI, 1987:49).



A despeito disso, outro aspecto interessante sobre essas atividades é que elas podem representar o que Putnam (2004) considera como “terceiros locais”, um espaço de interação entre pessoas de distintas trajetórias de vida, auspiciando a construção de Capital Social de integração (*bridging*), mudando as expectativas de conquista das pessoas da comunidade, ao entrar em contato com outras dinâmicas e estabelecendo papéis e outros referenciais.

Vale também mencionar que através destas atividades, realizadas em estes terceiros locais, pode ser exercitado o “Ócio criativo” de que fala de Masi (2000), assim o tempo que as pessoas investem em coisas que desfrutam não é necessariamente um tempo ocioso; bem processado pode contribuir à construção de Capital Social.

## **2.7.**

### **Aproximação com a associação de moradores**

Esse processo foi interessante por duas razões particularmente; a primeira é que foi “por acaso” que eu cheguei à Associação, e a segunda, que fui a essa Associação, e não a outra organização, que é com a que o Departamento de Sociologia e Política da PUC-Rio tinha trabalhado para a realização do estudo socioeconômico, que é um importante referencial do presente trabalho.

Compreendo que esses pontos são relevantes no sentido de que as questões que estou considerando muito provavelmente não seriam as mesmas se eu tivesse me dirigido para a outra organização, o CEMASI. Este, embora possa ter uma maior atividade, não tem a representação institucional “formal”<sup>25</sup> da comunidade.

Tentarei desenvolver esses dois aspectos até chegar no que se converteu no meu estudo de caso, que serve de base na análise do processo de construção de Capital Social numa favela da Zona Sul de Rio de Janeiro, fundamentada no processo de organização comunitária cujo cenário são as atividades realizadas pela Associação de Moradores.

---

<sup>25</sup> É colocado entre aspas pelo fato de que embora seja essa Associação aquela que tem o reconhecimento pelas instituições que fornecem legitimidade, como a Federação de Associações de Favelas do Estado de Rio de Janeiro (FAFERJ), aparentemente a outra associação tem um caráter mais formal em relação à sua vinculação com outras instituições e organizações sociais como a própria PUC-Rio.

### 2.7.1.

#### O “por acaso” e a confusão

Como mencionado anteriormente, eu tinha esboçado um programa de atividades para realizar a minha pesquisa, no programa em que a primeira etapa consistia em conhecer a comunidade fisicamente e observar as dinâmicas que nela se desenvolviam; observar as pessoas e os processos, para depois realizar uma aproximação com as organizações comunitárias. Entre elas as lideranças que tinham me sido indicadas por meu orientador e o Relatório que participaram na realização do citado estudo socioeconômico.

Porém, nos meus primeiros dias morando na Vila Parque, ainda antes de eu ter começado a fazer a exploração inicial, “por acaso”<sup>26</sup> deparei-me com um cartaz pendurado em um poste de luz perto da padaria de uma das escadas principais da comunidade: era uma convocação para participar de um “Curso de horta na laje” na segunda-feira da semana seguinte, e era precisamente na Associação de Moradores – do lado da escada da Estrada Santa Marinha –.

Como foi mencionado anteriormente, esse acontecimento mudou a minha programação, que era inicialmente explorar as dinâmicas ao interior da Associação até descobrir uma atividade que pudesse resultar útil e interessante para os efeitos do estudo. Porém, considerando que existia ali uma atividade prestes a começar que integrava as características que eu visava estudar, e que representava uma valiosa oportunidade de analisar a dinâmica e os processos bem no começo, que podia servir como um laboratório para comprovar as colocações estabelecidas na revisão teórica, uma observação de primeira mão de como se constrói o capital social.

No dia da primeira reunião do “Curso de horta na laje” eu conheci a Associação, porém, baseado no que eu tinha falado com meu orientador eu fiquei no equívoco de que essa associação e a organização com que eles tinham havido colaboração para a realização do Estudo Socioeconômico, o CEMASI, eram as mesmas. Percebi contudo que não era bem assim, quando dentre as pessoas da

---

<sup>26</sup> Na noção do “acaso” utilizada pelo Dr. Roberto Damatta, observada em sua obra e nas suas aulas durante o mestrado, sobre se as coisas sucedem por alguma razão, salientando que embora não fosse essa a minha intenção inicial, representou uma opção melhor para meu trabalho.

diretoria, não consegui achar pessoas com os nomes das lideranças que me foram indicadas.

Esse ponto é relevante porque as características de ambas as organizações são diferentes, além da questão já salientada da representação, há outras nuances que conexas não só com a maneira de trabalhar mas com o aproveitamento de espaços e à vinculação institucional, pode ser considerado como uma forma de Capital Social.

Não farei aqui uma comparação entre as duas organizações, pois o que considero importante é descrever aquela que está sendo analisada, colocando-a sob a ótica do Capital Social estabelecida no primeiro capítulo do presente trabalho.

### **2.7.2. A AMPCD**

A associação de moradores está localizada na Estrada Santa Marinha, em um dos acessos principais à comunidade, perto da entrada do Parque Municipal da Cidade; estabelecida em um prédio de quatro andares, cada um deles com diferentes funções: no primeiro andar, atualmente tem um local comercial que é alugado, segundo os representantes da diretoria, o aluguel é usado para pagar algumas das despesas da associação.

No segundo andar está localizado o escritório da associação, onde alguns espaços estão sendo projetados como locais de atendimento para distintos serviços, como consultório médico, de atendimento psicológico para as crianças e assessoria legal para os moradores.

Ali também tem o serviço de administração de correio e o escritório de atendimento do Presidente da Associação, em que são fornecidos os serviços de documentos, permissões para construção e compra/vendas de propriedades, atestados de domicílio e propriedades, gestões e solicitações de assistência e sobre serviços públicos, etc.

O seguinte andar é dedicado a espaços para atividades que são fornecidas como entretenimento, ocupação ou lazer para os moradores da comunidade,

pensadas principalmente para crianças e adolescentes. No caso, existem salas de usos múltiplos, para diversos tipos de aulas e oficinas; no período em que acompanhei as atividades da associação e morei na comunidade, haviam aulas de ballet, de karatê, tae kwon do, jiu-jitsu e tinham projetadas aulas de programação.

Existe nesse andar também um espaço que está cedido a um artista plástico estrangeiro, que mora há anos no Rio de Janeiro e que dedica parte do seu tempo a “resgatar” adolescentes das drogas e do crime a partir da cultura, música, escultura e pintura. Ele dirige essa oficina que visa tornar os rapazes em aprendizes de escultor, porém, como foi possível constatar, a ausência de uma metodologia definida faz com que o artista esteja geralmente sozinho no atelier.

Além dessas atividades fornecidas no prédio, a associação também promove outras que são realizadas em outras áreas da comunidade, como a capoeira, que é “praticada” nos pátios do casarão do Museu Histórico da Cidade, no Parque da Cidade. Anteriormente a Associação realizava trilhas dentro do Parque Natural e também organizava passeios para as pessoas idosas conhecerem algumas partes da cidade. O primeiro parou de ser feito por causa da insegurança no local, e a segunda atividade, por causa de falta de tempo do organizador, no caso, o Presidente – esse ponto voltar mais na frente –.

Finalmente, no quarto andar, no que inicialmente era a laje do prédio, foi realizado um acondicionamento para funcionar como salão de eventos. O espaço atende não apenas à associação, mas aberto para os moradores alugarem para festas e reuniões. É pertinente destacar tal fato, visto que a comunidade não conta com espaços amplos no interior para atividades dessa natureza. Contudo é importante estabelecer que, para utilizar o espaço, é preciso pagar por ele. Logo, não pode ser considerado como um espaço público, nem de livre acesso.

Todas as outras atividades, exceto o atelier de escultura e as aulas de ballet, também precisam ser pagas que o aluno possa participar. A maioria dos instrutores é de vizinhos, que através de convênio com a associação oferecem a atividade. Em troca do espaço, cobram um valor menor do que o valor de mercado para essas atividades.

Isto é particularmente interessante se considerarmos que a população tem uma renda baixa, e a proporção destinada a lazer e entretenimento é limitada. Segundo o Estudo Socioeconômico revisado ALKMIM; ISMAEL; LIMA, 2011), a mediana de gasto é de 60 reais à semana para todas as atividades de lazer, como mostra a *Figura 4. Gasto com atividades de lazer em reais (%)* a seguir:

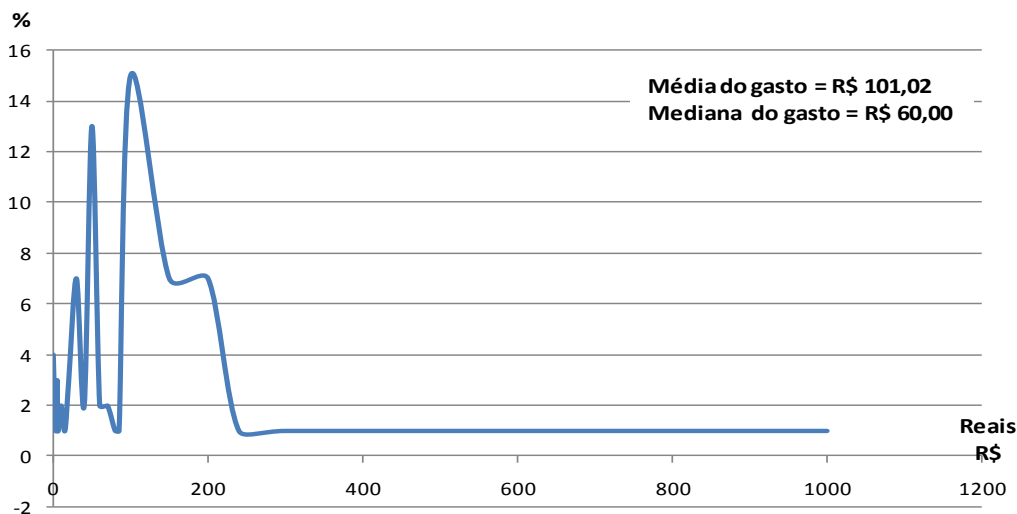


Figura 4. Gasto com atividades de lazer em reais (%).  
Fonte: RESVPDC

Existem ainda outras atividades que vale salientar, mormente no que se refere às festas grandes, organizadas periodicamente pela Associação: festas juninas, a festa do Dia das Crianças, o Carnaval. Estas, por falta de espaços coletivos dentro da comunidade, como já foi mencionado, acontecem na rua, principalmente na Estrada Santa Marinha.

Dois aspectos são relevantes: por um lado são gratuitas, mas existem mecanismos para seu financiamento, de que podem participar diversos atores, como os comerciantes, as igrejas e os poderes de fato presentes na comunidade. Por outro, as festas carecem de uma estrutura ou logística estabelecida para sua organização. A cada ano, o processo e os participantes podem ser distintos, como será analisado com mais detalhes a seguir.

Da minha perspectiva e utilizando a ótica do Capital Social, considero que esses eventos, embora promovam a convivência das pessoas que ali moram, contribuem em pouco à organização comunitária, por acontecerem uma vez ao

ano. Sua montagem se faz com poucos dias de antecipação, visto que não é produto de um processo de ações e decisões programadas.

Até aqui está colocada a maioria das atividades que realiza a Associação. Estas podem ser consideradas como pertencentes aos três tipos principais de atividades estabelecidos anteriormente com base em Boschi (1987), porém o Curso de Horta na Laje já mencionado, tem a particularidade de reunir com critérios dos três tipos de atividades: responde a uma demanda comunitária, serve para gerar conscientização na população sobre algumas problemáticas e pelo formato com que foi pensado e sua própria gênese, representa uma atividade de lazer e recreação; assim como outras características que serão analisadas com maior detalhe no terceiro capítulo.

A atividade do Curso de Horta na Laje, como se foi desenvolvendo, parece estar no meio das duas perspectivas colocadas por Boschi (1987), para dentro da comunidade propiciando coesão e participação, mas também para fora dela, na relação institucional com corporações do governo, principalmente o municipal. Isso pela questão dos serviços públicos e a condição de proximidade com uma área de preservação natural a cargo do município, assim como organizações sociais de fora, que propiciam uma troca interessante com potencial de gerar formas de Capital Social.

Recapitulando, em termos gerais o contexto em que se desenvolve o presente trabalho de pesquisa, é de privação, carência e ausência estrutural de garantia de direitos, como é de se esperar quando se aborda a questão da favela. Porém, existem na favela em questão, elementos e condições particulares que permitem pensar que a construção de capital social de integração pode ser atingida.

Na análise da Associação de Moradores, como figura associativa da Vila Parque da Cidade, se observa uma ambiguidade a despeito da função que ela tem, se considerarmos que a favela tem medianamente resolvidas a maioria das questões relativas à infraestrutura e reivindicações nesse sentido não são tão necessárias, resulta interessante explorar o trabalho feito para a geração de identidades e construção de comunidade, como atividades como o curso de horta

na laje, considerada como uma atividade de lazer, podem gerar condições que contribuam à construção de capacidades comunitárias e de capital social.

O próximo capítulo estará destinado a analisar o Curso de Horta na Laje, o processo do começo da atividade, partindo da primeira interação de todos os envolvidos, membros da diretoria da Associação, a agrupação de fora e a população da comunidade interessada no curso, focando este estudo nos efeitos que teve a primeira aula-reunião e das subsequentes atividades.

Espera-se delimitar como se constrói o Capital Social nessa experiência, tendo sempre em consideração a utilização da ótica do Capital Social para analisar cada uma delas, assim como as pessoas, as situações, os próprios espaços, as estratégias e os processos e dinâmicas que surgiram.

### 3.

## Como se constrói o Capital Social? Curso de horta na laje

*“Não adianta saber falar bem, se você não tem algo importante para dizer”*  
*Isabel, colaboradora Projeto Social no Parque da Cidade*  
*Reunião de apresentação da oficina de Horta na Laje.*

### 3.1.

#### Organização comunitária na Vila Parque da Cidade

Toda vez que no capítulo anterior e foram estabelecidas as bases teóricas, e foi definido o contexto empírico do estudo de caso, é possível começar a desenvolver um *storytelling* da experiência do Curso de Horta na Laje e da associação, a despeito da construção de Capital Social e organização comunitária que dela pode ter derivado. Na construção dessa história foram utilizados principalmente três insumos de informação como se expõe a seguir.

Inicialmente, foi realizado um exercício de observação participante no curso, durante o período que morei dentro da Vila Parque da Cidade, desde setembro até finais do dezembro que tive que sair por causa do aumento da violência na vizinha favela da Rocinha que acabou por afetar a normalidade da Vila Parque. Nesse período considera-se minha assistência nas aulas com os outros participantes da comunidade.

Além da informação básica sobre a favela, surgiram também informações relevantes sobre a associação e especificamente da dinâmica do curso de horta na laje. Essas informações serão referidas ao longo deste capítulo, e resultam úteis para responder três questões que nele são colocadas: a) por que é relevante estudar essa atividade particularmente; b) a análise sob a ótica do Capital Social, e c) as características presentes no processo de organização comunitária.

O exercício etnográfico posterior a dezembro não incluiu mais as aulas de horta; trata-se do planejamento do seguinte período de aulas como continuação do projeto que finalmente delimitou-se como de sustentabilidade, em que interviam menos agentes. Contudo, todas as partes estiveram representadas: a associação, a organização, o representante do PNMD e alguns assistentes do curso. Eu fiquei



em uma posição mais de mediador, como será exposto com maior detalhe posteriormente.

O segundo recurso de informação, tem fundamento no instrumento metodológico das entrevistas aos atores participantes da experiência que está a se relatar. É importante salientar que as entrevistas foram feitas nos últimos meses da experiência, quando eu já não morava mais na favela. Isso último responde a uma “dica” extraída de “A máquina e a revolta”, em que Zaluar (2000) recomenda fazer as entrevistas toda vez que já se tivesse ganhado a confiança das pessoas.

O roteiro das entrevistas foi semiestruturado, mas seguiu uma linha que considerava sete categorias de perguntas, que vinculavam a trajetória pessoal do entrevistado, com o seu pertencimento à comunidade como morador, a sua participação e conhecimento da associação de moradores, sua visão das instituições do estado; informação sobre os tipos de convivência que experimentava e finalmente sobre o curso de horta na laje e do projeto social que o promoveu.

Essas categorias de informação e a vinculação existente entre elas fornecem referentes para analisar a dinâmica estabelecida durante o curso de horta na laje, e também facilitam a delimitação de certos elementos necessários para a aplicação da ótica do Capital Social nessa análise, como o caso dos agentes, no momento em que se consideram despeito das condições estruturais, as questões da coesão e a diversidade, assim como as questões referentes às instituições como o “*call and response*” e o “*embeddedness*”.

Toda vez que já foi estabelecido o anterior, sobre a origem das informações que foram utilizadas na integração do presente estudo, procede-se a abordar as três questões mencionadas.

### **3.1.1.**

#### **O que tem um curso de horta na laje a dizer sobre Capital Social?**

A primeira questão, sobre por que é relevante o estudo do curso de horta na laje na construção de Capital Social nesta conjuntura, pelas razões colocadas no capítulo II, baseado no colocado por Boschi (1987) em “A Arte da

Associação”, poder-se-ia dizer que está enquadrada naquela perspectiva dupla despeito do trabalho das Associações de Moradores, sobre as funções de coesão e participação (interna) e da relação estabelecida com as instituições do Estado (externa); e com particular ênfase no tipo de atividades encaminhadas ao lazer e recreação de começo, e posteriormente de conscientização das pessoas sobre certas questões relevantes para a comunidade.

Então, o curso vincula-se ao colocado sobre Capital Social no despeito da interação informal entre as pessoas da comunidade; contatos redundantes e resolução de um problema coletivo através da convivência e a construção de capacidades da comunidade. Nesse sentido, também resultava interessante analisar a capacidade da associação e do curso de horta de funcionar – em termos de Putnam – como um “terceiro local” para as pessoas.

Vale salientar que o curso de horta na laje não tinha como alvo as crianças da comunidade da Vila, como a maioria da oferta de atividades que geram as organizações, e que consideram os projetos sociais que encaminhavam-se a manter ocupadas a crianças e adolescentes para “tirar elas da rua” afastando-as do crime e a violência do narcotráfico, o curso representava uma atividade de lazer também para mulheres e homens adultos.

Outra situação interessante despeito dos assistentes, é que curso estava aberto a todo público, mas tinha colocado foco em algumas pessoas que já tinham alguma atividade com plantas. Segundo o colocado por alguns dos entrevistados membros da diretoria da Associação, eles levaram a consideração o fato de que tinham conhecimento de pessoas da comunidade interessadas no cultivo de plantas de ornato e para produção de legumes; resulta pertinente mencionar que nas entrevistas eles referiram que também compartilhavam esse interesse o que poderia representar um sesgo de início.

Porém, essa versão é crível. Eu tive a oportunidade de conferir a partir de observação simples, com uma visão panorâmica do topo da favela, a olho nu, é possível perceber a presença de casas com plantas nas lajes, nas janelas e inclusive ver casas que destinam um espaço relativamente importante das suas moradias, especificamente para o cultivo de plantas e hortas.

Assim, o curso acabou por aproximar – entre organizadores e participantes – uma turma de pessoas com características variadas, em quanto a idade com jovens e idosos; mas também teve desde o começo a participação de homens e mulheres, a diferença de outras atividades que comumente são frequentadas só por mulheres, como as oficinas de costureiras ou aulas de zumba e outros bailes; dada a natureza e finalidade desta atividade esse aspecto resulta relevante.

Essa diversidade permitiria conhecer um conjunto de histórias que resulta interessante, porque mostra como pode se construir uma *comunalidade* entre pessoas cujos interesses podem parecer divergentes; como é esse processo e se o resultado é o esperado, em referência ao colocado no capítulo I, baseado nas experiências de sucesso revisadas por Putnam em “Better Together: restoring the American community” (2004). Esse foi um dos aspectos mais interessantes e que teve um desenvolvimento com mais elementos para ser analisados.

A despeito do anterior, o fato de maior relevância é sobre a convivência entre pessoas da comunidade da Vila Parque e pessoas “de fora” da comunidade mas vizinhas a ela, de bairros abastados com nível econômico e cultural presumivelmente mais elevado. Observar a forma em que eles interagem e trabalham juntos é interessante para conhecer as possibilidades de gerar uma dinâmica virtuosa entre eles, e quais são as dificuldades que se apresentam para aquilo, em termos do nosso objeto de pesquisa, se Capital Social de integração poderia ser construído.

Além dessa atividade de lazer, o curso possibilitava a interação dos participantes com outras organizações e instituições do Estado, ao tratar temas de sustentabilidade, da separação de lixo para seu potencial aproveitamento, o orgânico para fazer compostagem que seria aproveitada numa horta comunitária, e o inorgânico reciclável para geração de renda, auspiciava dinâmicas cooperativas que envolviam outros atores e agentes, como no caso do PNMDL que encontrou afinidade com o projeto, dado que o lixo também representa um problema para o Parque.

O curso de horta na laje e as ações que dele derivaram – como alguns mutirões de limpeza de locais dentro da favela ou o próprio parque – ou que iriam

ser desenvolvidos como a instalação dentro de uma horta comunitária dentro do Parque Municipal da Cidade, geravam espaços de convivência informal, mas estável e continua, de início com o que propriamente foram as aulas de horta na laje e depois com as sessões de planejamento, que como será exposto com mais detalhe, já não aconteceram na comunidade, porém continuou a congregar pessoas tanto da comunidade quanto de instituições e projetos exteriores.

Como foi colocado inicialmente, embora o pessoal da associação não estivesse totalmente ciente disso<sup>27</sup>, o curso tinha uma função de auspiciar coesão e participação ao interior da comunidade, a partir de uma atividade aparentemente de lazer, que provocava uma interação e reconexão social de natureza distinta às de outras atividades com presença na comunidade, como as de organizações religiosas que podem exercer pressões em distintos sentidos sobre a participação das pessoas.

Considera-se pois que o curso era uma atividade que combinava a interação pessoal num ambiente informal, sentando as bases de uma reconexão social entre membros da comunidade de moradores da Vila, com a “formalidade” de uma organização que estava tentando colocar uma agenda seria e de grande relevância para vida cotidiana da favela.

A palavra formalidade é colocada entre aspas, em relação às formas em que se fez a interação, por um lado através do curso com metodologia e conteúdo; mas como foi descoberto depois, a organização não estava legalmente constituída. A própria associação, também apresentava problemáticas a despeito dessa condição, como a suspensão do CNPJ da associação e as dificuldades existentes para reativá-lo, assim como importantes problemas de gestão.

O exercício de observar e descrever como se desenvolveu essa mistura de formalidade e informalidade sob a Ótica do Capital Social, resulta significativo porque ajuda a identificar nesse processo de organização comunitária específico,

---

<sup>27</sup> Durante as entrevistas foi declarado pelos membros da diretoria da Associação, que não há uma metodologia ou dinâmica de trabalho a partir da qual sejam selecionados os projetos de intervenção e atividades da associação, a associação é pouco proativa na procura de atividades ou aliados, mas aprova todas as iniciativas que são oferecidas sempre que sejam gratuitas, o que representa uma inexistência de envolvimento e consequente falta de controle sob o que esses projetos promovem ou trabalham.

elementos e condições em que a construção de Capital Social acontece, avança ou se trava.

### **3.2.**

#### **O curso de Horta sob a ótica do Capital Social**

Agora que tem sido explanado porque resulta relevante o estudo da atividade do Curso na laje, é possível continuar com a seguinte questão que refere-se à análise do exercício etnográfico sob a “Ótica do Capital Social”, aplicando as categorias analíticas delimitadas no marco teórico ao despeito do tamanho e o escopo da atividade organizativa dentro da comunidade, as questões de coesão e diversidade, e das condições referentes à agente e as condições estruturais, assim como o potencial impacto que têm no estabelecimento de condições para a construção de formas de Capital Social.

Aqui também são revisadas a dinâmicas existentes e as interações estabelecidas entre os moradores da Vila Parque com a associação e entre esta e outras organizações sociais e as instituições do Estado. É exposta essa condição de ambiguidade que tem as associações de moradores no Rio de Janeiro e no Brasil exposta no capítulo anterior, em que existe uma linha muito difusa a despeito da natureza e função da associação: se representa os interesses dos moradores da Vila Parque ou se atua como um braço das instituições do Estado.

A despeito disso será abordada a questão do nível de envolvimento existente (embeddedness), assim como da capacidade de resposta (call and response) das instituições a partir da ação de um representante do governo municipal que pela sua função dentro do Parque Municipal da Cidade, tem uma proximidade significativa com a comunidade, mas que como foi exposto anteriormente se vê impactada pela complexa relação existente com ela, em relação à função de conservação do Parque que ele tenta cumprir e a maneira em que a população ocupa o espaço, que vai na contramão.

A interação das pessoas e a reconexão social que potencialmente deriva dela é uma das condições principais em que Putnam coloca sua atenção sobre a construção de Capital Social. Como já foi estabelecido o curso teoricamente auspiciava esta interação e potencialmente a reconexão decorrente, agora bem

como o foi processo e as condições será respondido com os outros elementos da teoria, anteriormente mencionados.

### **3.2.1.**

#### **Sobre o tamanho e o escopo**

Se considerarmos a população oficial da Vila Parque colocada anteriormente, extraída do relatório do SABREN que é de 1924 pessoas, as 12 pessoas moradoras da comunidade que compareceram na primeira aula, poderiam não ser realmente representativas, mas em termos relativos poderia ser considerado consiste com o número de pessoas que declararam participarem de uma organização que não fosse religiosa (7%), que para a mostra é baixo.

A despeito disso, projeto visava ter um efeito multiplicador: que através de atividades adicionais e o envolvimento de mais atores, esperava-se que cada vez mais pessoas se pudessem interessar em participar, e potencialmente transcender dessas relações de tipo ligação (bonding) a outras de integração (bridging), como será visto no apartado último do presente capítulo.

Agora bem, é pertinente lembrar que sob a “Ótica do Capital Social”, a comunicação em grupos menores é mais efetiva, “escutar e confiar é mais fácil em grupos pequenos” PUTNAM (2004), assim suas formas, como a confiança e as normas de reciprocidade podem ser estabelecidas com maior celeridade e efetividade, que nessas reuniões é mais fácil que emergjam as questões em comum dado que se compartilham histórias que podem se superpor gerando empatia entre pessoas que não se conheciam ou inclusive que não se davam bem.

É importante salientar um dos aspectos centrais da “Ótica do Capital Social”, sobre a comunicação de cara a cara, de pessoa a pessoa; o curso possibilitava que toda segunda feira, os assistentes tivessem a oportunidade de interagir, compartilhar, conviver e falar deles; contar a história deles, embora esta condição ficasse por vezes atrapalhada por diversas causas.

No seguinte apartado sobre organização comunitária será abordado com maior detalhe este processo, mas por agora é relevante estabelecer que conforme se passaram as semanas a convivência foi ficando cada vez mais fraterna, as

relações eram mais de simpatia e empatia, como se faz constar na entrada do jornal do dia 13/11/2017 em que as pessoas levaram – sem ter sido combinado – brotos de plantas para presentear aos outros.

Aliás, nessa mesma data é possível ler como deu-se uma troca interessante de informações que nada tinham a ver com o curso de horta, as pessoas começaram falar sobre questões como a falta de oportunidades para as crianças da comunidade e o fato de se sentirem em desvantagem despeito de outros bairros e favelas, colocando que as instituições do Estado assim como outras organizações como a PUC;Rio e a Escola Parque poderiam estar fazendo mais despeito da comunidade.

### **3.2.2.**

#### **A relação com a coesão e a diversidade**

Também foi importante analisar a questão da coesão e a diversidade na dinâmica que estabeleceu-se entre os participantes e envolvidos na organização do curso de horta na laje, como foi já apontado essa atividade conseguiu reunir uma diversidade de pessoas para ser realizada, as formas de interação entre elas são relevantes porque são reflexo do encontro das visões que cada um tem sobre a realidade e mostram a capacidade de geração de empatia.

Neste ponto, é importante precisar que de todas as pessoas envolvidas de algum u outro jeito na realização do curso de horta na laje, só foram entrevistadas dez, por se considerarem mais relevantes dentro da análise proposta da “Ótica do Capital Social” e o processo de organização comunitária, por terem alguma participação direta com o fornecimento do curso.

Dentre essas dez pessoas, quatro estão relacionadas com a diretoria da associação de moradores; outras duas estão vinculadas ao projeto social que promoveu a atividade na comunidade da Vila; um funcionário do PNMD, como representante das instituições do estado; e três participantes do curso de horta que representam a visão que a comunidade tem do curso, da associação, da organização do projeto e das instituições do Estado. O anonimato será conservado na medida do possível, resolveu-se usar outros nomes para se referir a esses atores.

### 3.2.3. Sobre os atores

Embora entrevista foi aplicada a dez pessoas, a ênfase da análise estará colocada principalmente em sete atores: A Estela e a Isabel por parte da organização social do projeto que propôs a atividade do curso de horta na laje; o João Romão e o Jerônimo, por parte da diretoria da Associação; Alexandre como representante das instituições do Estado, e o Firmo e a Rita por parte dos membros da comunidade. Foi definido assim porque esses sete atores têm um papel ativo e decisivo no processo de organização comunitária, a análise dos outros três foi feita e utilizada de forma secundária para conferir informações obtidas na observação.

As histórias pessoais desses atores são relevantes porque permitem estabelecer as bases da interação estabelecida entre as eles; conhecer as suas trajetórias e quais as motivações delas para participar e promover essa atividade e não outras. Também para entender quais os objetivos que cada um tem, e por que estão destinando recursos e energia nessa atividade, e assim estar em condições de determinar se algum deles realmente tem a construção de comunidade sob a “Ótica do Capital Social” como um objetivo expreso.

O Jerônimo e a Isabel dadas as posições que tinham cada um na sua respectiva organização, – o primeiro vinculado à associação, e a segunda ao Projeto – foram ficando no meio da interação das duas, recaiu neles o peso de trabalhar diretamente com as pessoas do curso e representar a voz delas nas reuniões de planejamento posteriores, inclusive contravindo o que estabeleciam suas organizações.

Como representante da Diretoria da associação de moradores está o João Romão; é interessante como ele foi ficando à margem do processo de organização quando poder-se-ia esperar dele, ser o organizador principal, dado que ele detém a representação legítima formal e institucional da comunidade. E por outro lado a Estela, uma pessoa externa à comunidade, de um dos abastados bairros vizinhos; porém interessada em ajudar a resolver algumas questões do o lugar de fala e a visão dela, que também não se envolve diretamente mas se auto refere como coordenadora da atividade.



O Alexandre como representante de uma instituição do Estado cuja função tem a ver com a questão trabalhada no curso, e que estabelece relações de cooperação com a associação com uma agenda própria, assim como dificuldades e limitações para trabalhar com as pessoas da comunidade. E finalmente o Firmo e a Rita que são participantes do curso de horta na laje, que procuram atividades de lazer e recreação, e contribuir a melhorar a vida da comunidade. Também têm informações sobre a vida cotidiana e a história da Vila Parque, assim como uma visão de fora da associação mas de a perspectiva da comunidade.

Estas descrições introdutórias serão trabalhadas com maior detalhe nas próximas páginas, para posteriormente continuar com a análise das condições estruturais em que estes agentes, e o pesquisador se desenvolveram durante a realização do estúdio. Como colocado no marco teórico, conhecer essas histórias individuais (de eu) ajuda no processo de integrar uma história de (nós) ou no caso (deles) com a finalidade de criar um referencial que possa ser útil nos processos de construção de Capital Social em outros locais da cidade; do país e inclusive na região de América Latina e o mundo subdesenvolvido.

Considera-se apropriado, começar com os que assumiram um papel relevante e ativo no processo de organização, dado que ao redor deles giram as ações dos outros. Foram eles que desenvolveram e executaram as ações que permitiram as pessoas se congregarem nesse espaço de interação, e com que eu me apoiei mais, e com as que teve uma interação mais constante e próxima, que de algum jeito fizeram a função de meus informantes e com cuja mediação, coloquei algumas das questões para conduzir um processo de Capital Social sob a ótica proposta neste trabalho.

Seguindo essa lógica de relevância, a Isabel como instrutora do curso de horta na laje, é um perfil muito interessante porque nela convergem várias das características e condições que fazem parte da elaboração conceptual de Robert Putnam revisada sobre Capital Social para este trabalho; ela como o Jerônimo, que será analisado mais adiante, é uma pessoa que transita facilmente entre as realidades da favela e a cidade.

Ela nasceu e cresceu num bairro de “subúrbio” da Zona Norte do Rio de Janeiro; filha de agricultores do Espírito Santo que migraram para cidade, porém admite que a família dela não era tão socialmente desfavorecida, morava no que seria no núcleo do bairro, mas esteve sempre em contato com a realidade periférica, contudo comenta que não padeceu a questão do tráfico e a violência dele decorrente. Não cresceu vendo pessoas ostensivamente armadas, o que acha que foi bom para ela, que provinha de uma família grande e unida de “pessoas simples, que não tem curso universitário”.

Durante a entrevista ela mencionou que teve a oportunidade de estudar, embora a realidade para ela apontara mais para o trabalho no setor manufatureiro da região. Essa escolha viu-se influenciada pela sua aproximação a um grupo da Igreja católica, a causa de ser a única atividade de lazer disponível em que os pais não ficaram apreensivos ou com medo pela violência da cidade. Nesse grupo ela entrou em contato com pessoas de maior capital cultural que ela, para quem fazer faculdade era uma questão natural.

Ela trabalha como funcionária de enfermagem num hospital municipal da Zona sul do Rio, fez concurso público há mais de vinte anos e também fez graduação em Biologia, começou numa universidade privada na cidade e concluiu numa faculdade federal rural no interior fluminense, época em que conheceu o marido. Ela é moradora da Zona Sul do Rio, num prédio que fica na beira da Vila Parque, porém ela não se tem desvinculado do bairro de origem em que passa de dois a quatro dias por semana para visitar os pais.

A Isabel está interessada em várias questões além de participar como instrutora do curso de horta na laje, ela também assiste regularmente a exposições de arte, o esposo dela é músico, e por causa disso ela teve acesso a diversos círculos culturais da cidade do Rio, mas atualmente tem ficado difícil participar deles pelo medo que causa o aumento da violência na cidade.

Um fato interessante colocado durante a entrevista, é ela ter tentado participar das atividades da associação de moradores no bairro onde ela nasceu e cresceu, porém teve situações desagradáveis despeito de algumas reações que gerou sua participação:

Todo mundo fica com muito medo de fazer alguma coisa, porque acha que vai ter interferência do tráfico, do comando do tráfico, aí quando eu senti muito medo, a gente não tem liberdade de fazer, eu participei da comissão para a organização de uma eleição, da associação de moradores, eu querendo me envolver mais, mas aí eu senti que tinha umas resistências aí, de ‘ah não se mexe nisso’ parece que foi o recado que eu percebi (Entrevista 6. Isabel. 12/03).

Ela colocou o anterior, referindo-se a que só até recentemente tinha-se envolvido com a comunidade da Vila Parque, ela frequentava o Parque Municipal da cidade mas não tinha entrado na comunidade; agora que a conhece melhor, considera que as principais carências comunitárias são: a falta de infraestrutura e de serviços sociais de ordem psicológicos e sociais, a despeito da relação de pais com filhos crianças e adolescentes.

Na fala dela estão presentes conceitos como redes de apoio das quais a comunidade poderia se beneficiar, também é curioso que mencionasse que o tamanho da comunidade é relevante para o desenho e implementação e continuidade de uma estratégia para atenção nesse sentido:

Senti que alguns moradores ficam meio perdidos né, como orientar os filhos, que ficam meio soltos enquanto eles vão trabalhar, a comunidade é pequena, daria para fazer um trabalho, que as pessoas continuem o que a gente tá tentando começar né? Dá para ter uma rede de apoio mutuo boa, de troca, de tentar fazer com que a comunidade fique, resolva mais (idem.).

Durante a entrevista, ela também trouxe a questão da diversidade, como a diferença da comunidade de subúrbio onde ela cresceu, e que ainda frequenta, as coisas funcionam menos, que o nível de formação e de informação das pessoas é muito baixo de forma generalizada, e aponta que no caso da Vila Parque considera que existem condições de maiores oportunidades para os moradores, de fazer um vestibular e uma faculdade e entrar em contato com ou e outras realidades “isso é um valor muito grande porque traz diversidade, enriquece né?” (Entrevista 6. Isabel. 12/03).

Nota-se que ela é ciente da diferencia existente entre os bairros periféricos e as favelas da Zona Sul, que derivada da sua localização elas teoricamente têm mais visibilidade para questões de infraestrutura e segurança a despeito de policiamento, porem existem problemáticas ainda não resolvidas dentro da comunidade; o que ficou evidente com a situação de aumento de violência na

Zona Sul do Rio, pela briga entre comandos do tráfico e a invasão da favela da Rocinha, que fica do lado da vila Parque.

Finalmente, um aspecto interessante da Isabel é que ela tem experiência e treinamento com projetos sociais, ela comentou ter feito um curso sobre *Educação Gaia*, que segundo ela conta com metodologias para realizar uma intervenção em projetos sociais, que tem muito a ver com as dinâmicas relatadas por Putnam nas experiências descritas em “Better Together: restoring the American community” (2004):

Uma das metodologias para você chegar fazer um projeto social, você se apresentar e falar de você, não é você só chegar com a ideia, como se você estivesse fazendo um favor para aquela comunidade, não é assim, nas vezes de aquele ditado ‘você vai ensinar o padre a rezar missa’ (Idem.).

Assim tem uma abordagem com inclinação natural à comunicação e a ideia de reconexão social, privilegia estabelecer diálogo com as pessoas e observa uma visão embora que não seja estudada formalmente, sobre a cooperação e a organização comunitária, sobre a importância de ouvir a opinião das pessoas e agir baseado nela: “é importante deixar as pessoas errarem” (Entrevista 6. Isabel 12/03).

Este ponto é muito interessante, porque o que ela colocou aproxima-se com o exposto por Putnam em uma das experiências de Better Together, sobre deixar as pessoas decidirem e não fazer escolhas ou qualquer coisa que eles pudessem fazer por eles mesmos, e a regra de Towle usada por Sennet, de “aconselhar antes de dirigir” (SENNET 2012), o que é importante no estabelecimento de relações horizontais, entre iguais.

Numa trajetória parecida, o Jerônimo também foi nascido e criado no que poderia com base no analisado no capítulo anterior, numa comunidade “periférica”; a favela da Rocinha é vizinha da Vila Parque. Ele chegou morar na favela a idade de dezenove, há vinte e um anos, ele tem um arraigo muito forte na comunidade; agora com quarenta anos e havendo morado fora do país algum tempo ele não encontra motivos para sair da Vila Parque.

O Jerônimo relata na entrevista dele que embora ele cresceu numa favela como a Rocinha nunca teve nenhum tipo de envolvimento com o narcotráfico ou a violência e atribui à educação que deram os pais, ele coloca muito valor em ter contado com os pais, que inculcaram valores “eu fui nascido e criado na comunidade, onde eu tive os maiores problemas no meu redor, e mesmo assim eu tive valores, eu tive meus pais que me deram educação... a pesar deles não ter nenhum tipo de educação formal” (Entrevista 5. Jerônimo. 24/03).

O Jerônimo tem um filho que está por fazer dezoito anos, e embora não moram juntos, ele tem a intenção de passar para ele os valores que deram os pais, de criar objetivos e considerar neles a existência de outras pessoas. Ele tem uma visão pouco individualista; mais solidaria e coletivista, que não está vinculada a objetivos convencionais despeito de processos lineais.

Embora ele está entrando na quarta década de vida, ele não se considera velho demais para ter acabado a faculdade a idade de 36, e ter ido morar em outro país para trabalhar e aprender outra língua. Jerônimo, igual que Isabel teve a oportunidade de fazer faculdade, iniciou informática mas teve que interromper, e só retomou vários anos depois para fazer graduação em administração com ajuda do programa de bolsas do governo.

Ele fez numa faculdade particular, onde teve a oportunidade de conhecer professores que orientaram ele e deram ele perspectiva sobre o futuro. Ele se enxerga como uma pessoa empreendedora, e seus empreendimentos estão relacionados com serviços que resolvem alguma necessidade da favela. Num primeiro momento foi a televisão por cabo, e atualmente é fornecedor de internet, um serviço que embora necessário, é de difícil satisfação na comunidade, como eu pude conferir nos meses que morei na parte alta da comunidade.

Jerônimo mencionou na entrevista, que tem tido experiências muito interessantes sobre novas dinâmicas sobre trabalho colaborativo e cooperação, mesmo no Brasil, ele participou como voluntário nos Jogos Pan Americanos do Rio em 2007, e que teve a oportunidade de conhecer, além dessas dinâmicas, pessoas do mundo todo, e baseado nisso mudou a sua perspectiva sobre trabalho

em equipo, e da liderança; e ficou com a sensação de que precisava aprender uma outra língua:

Aprendi como te disse com gente de perfis diferentes né? A pesar de estar naquele mesmo padrão de cargo, vamos dizer todo mundo com o mesmo objetivo, tendo não um chefe mas um líder lá com a gente para nos orientar com despeito a determinados pontos, uma interação interessante despeito do trabalho (Idem.).

É interessante que ele também foi morar fora, na Austrália, um país muito diferente do Brasil. Isso é relevante porque baseado no colocado por ele na entrevista, o contato com essa realidade, pode ter influenciado nele uma visão mais colaborativa, igualitária e de cooperação social. Segundo o *Better life index*, a Austrália: “tem o melhor desempenho no tema de compromisso cívico e situa-se acima da média em ingresso e patrimônio, qualidade médio ambiental, estado da saúde, moradia, emprego e remuneração, educação, competências, satisfação e sentido de comunidade” (OCDE, 2017:3).

Resulta interessante uma análise sobre esses dados, se complementados com os do *Rule of Law Index* para Austrália (WJP, 2018: 46) sob o argumento colocado no capítulo anterior, no que diz despeito do pacto social e da garantia dos direitos civis, políticos e sociais; e o que a falta dela ocasiona, um efeito inverso no caso do Brasil, que é ainda mais sensível nas favelas do Rio de Janeiro.

Então, o intercâmbio cultural que essa experiência trouxe, produz nele um processo reflexivo sobre a vida comunitária; inclusive antes de ir para lá, fala que já era sensível às problemáticas da Vila Parque, sobretudo em relação do rápido crescimento, e do aumento de crianças, adolescentes e jovens que moram na comunidade e as condições em que eles crescem, quando questionado sobre sua inspiração para o futuro ele colocou:

Ajudar muito aqui, contribuir de alguma maneira, com o pouco que eu tenho para contribuir, e desse pouco estou vendo que, esse pouco é fazer, dar um norte para essa molecada, o que vai fazer as coisas mudarem, é ajudando a orientar melhor essas crianças que nós temos (Entrevista 5. Jerônimo 24/03.).

Mencionou que uma das principais razões para ele ter voltado pro Brasil foi o filho; e a vontade de gerar uma mudança no local onde ele está criando-o. O Jerônimo se enxerga como um exemplo, não só para o filho dele e seus sobrinhos,

mas para os jovens com que ele interage cotidianamente. Sob a Ótica do Capital Social proposta neste trabalho, ele assume um papel que pode ajudar a mudar as expectativas de conquista, não só de crianças e adolescentes mas também de outros moradores.

Despeito disso, considera que a educação é a base para orientar as pessoas, é através dela que as coisas realmente podem mudar para melhor, para elas entenderes obre o respeito e os limites da vida em comunidade. Nesse sentido é interessante como ele traz a importância da organização para o desenvolvimento:

O desenvolvimento do comercio local, eu acho uma das coisas que também é de suma importância para a comunidade, e ai a gente orientar os comerciantes a como gerir seu negócio, dar oportunidades para eles crescerem, e consequentemente contratar as pessoas que aqui moram, ou pelo menos dar uma oportunidade para elas terem a experiência e assim poder procurar no mercado de trabalho (Idem.).

Tem tentado vários negócios dentro na comunidade, sempre na área de serviços informáticos, TV a cabo, Lan House, e fornecedor de Internet, a causa disso, ele entende bem os temas da confiança e goza de uma boa reputação na comunidade. Isso possibilitou que ele acesse a um cargo na diretoria da associação no passado, o que resulta interessante porque não foi possível na sua gestão impulsar mecanismos de participação, a outra agenda grande do Capital Social junto com o desenvolvimento.

Atualmente ele desempenha-se como colaborador voluntário da diretoria da Associação, não tem uma membresia formal; mas dada a reputação que tem entre a comunidade, ele tem acesso às reuniões de diretoria, porém considera que suas opiniões não são levadas a sério. Em alguns casos representa a Associação, como neste caso do curso de horta e outros observados, como as reuniões de conselhos que integram os bairros vizinhos, nos quais essa representação é simbólica e não legal.

Uma curiosidade do Jerônimo é a linguagem e as formas discursivas que utiliza: explica as coisas a partir de metáforas e parábolas, coloca questões complexas a partir de analogias entre coisas que as pessoas conhecem e são parte do cotidiano delas. Teve uma ocasião em que para explicar a mudança de visão

geracional, utilizou uma metáfora de faros, e sobre corrupção uma de pedras numa lagoa, é muito curioso.

Como foi mencionado antes, existem outros atores que resultam relevantes dada a posição que eles tiveram na dinâmica da realização do curso de horta na laje. Já foram descritas as principais características dos principais atores com um papel mais atuante. É interessante então, conhecer as motivações de outros atores que influenciaram esse processo de organização comunitária.

Despeito da responsável do projeto que promoveu a iniciativa do curso de horta na laje, é de salientar que a trajetória dela é diferente das colocadas até agora, porém tem pontos de aproximação com elas. O mais interessante é que oferece elementos de contraste para serem analisados sob a “Ótica do Capital Social”, e o processo de organização nessa conjuntura.

A ideia do Projeto Social que propôs o curso de Horta na Laje à associação, é criada pela Estela, ela tem sessenta anos, nascida na cidade do Rio de Janeiro e criada até os 12 anos na Europa, quando voltou pro Rio.

Cresceu numa família de imigrantes europeus de classe abastada, de ideologia de esquerda. Ela enfatiza o fato de que o pai não sempre teve dinheiro e fala sobre o ofício de palhaço de circo do avô, que também o pai compartilhava, mesmo que sendo um executivo de sucesso.

Lembra que durante a infância acompanhava o pai disfarçado para visitar orfanatos e hospitais, faziam isso cotidianamente; mencionou que entende as problemáticas sociais da cidade, também que sempre teve o costume de ajudar, considera ela, não do jeito convencional em que se faz tradicionalmente no Brasil, referido à filantropia e caridade:

Eu agradeço porque sempre fui tocada pelo outro entendeu? Mas não assim como de fazer chá de caridade ou de vender sapatinho, sabe, de uma maneira mais contextualizando no social né? O que é possível para desenvolver a pessoa e o meio em que você vive (Entrevista 7. Estela 28/03).



Ela não se define como uma típica brasileira, considera que teve uma educação distinta, ao ter conservado muita da cultura dos pais, em casa comunicavam-se na sua língua nativa e não em português, pelo que considera que tem uma formação cultural mais europeia.

Despeito disso, coloca que mesmo ainda tendo uma condição económica favorável, a família não fomentou uma conduta de consumo, coloca que a família dela privilegiou a educação sobre outras coisas, em comparação com as outras crianças ao redor dela:

Então eu fui educada dessa maneira, sabe eu nunca tive por exemplo, mesmo no momento em que meu pai estava bem de vida, eu não tinha assim uma coisa de ficar consumindo, eu podia ter todos os livros que eu quisesse, tudo o que eu quisesse em termos de educação... as vezes eu entrava, via os armários das minhas amigas, quantidade de roupas e coisas e eu nunca fui educada dessa maneira consumista entendeu? (Idem.).

A despeito disso, ela foi educada numa das escolas mais caras da cidade na época, onde estudou com as filhas das famílias mais abastadas da cidade, durante a entrevista ela lembrou algumas histórias interessantes da perspectiva de uma adolescente, vinculadas à ditadura militar e a história da cidade e mesmo do país.

É interessante o fato dela ter noção de ter tido uma educação de ponta, ao tempo que também é ciente de ter crescido durante a ditadura, no seio de uma família privilegiada, embora de esquerda, o que até certo ponto pode ser explicado pelo tratamento desigual característico da sociedade brasileira, ela considera que é empática a partir da sua visão e o seu lugar de fala.

Estela tem dois filhos, é formada em jornalismo, porém desenvolveu vida profissional baseada na dança, uma disciplina que fez desde criança, posteriormente teve uma formação em terapia corporal e desenvolveu uma técnica de interpretação que vinculava músculos e emoções.

Ela é moradora de um bairro vizinho ao Parque Municipal da Cidade, de onde era frequentadora e que por causa do aumento violência parou de visitar. Aproximou-se da favela, através de uma pessoa que conheceu numa igreja à que assiste regularmente. Foi o ensino dessa sua técnica o que levou ela trabalhar na Vila Parque num projeto de aulas de teatro e interpretação para crianças.

Durante as aulas de teatro ela teve uma experiência que mudou sua percepção sobre o trabalho comunitário: uma das suas alunas mencionou para ela que tinha conseguido um emprego baseado no uso da técnica que havia aprendido nas aulas de interpretação. A partir disso, Estela se assumiu como uma modelo de papel com capacidade de mudar a vida das pessoas a partir do que ela faz.

Como instrutora, é sensível das carências das crianças da comunidade, porém é pragmática. Descobriu que existe um déficit de atenção importante nas crianças, o que dificulta a implementação da sua técnica e de qualquer outro processo educativo ou formativo. Baseado nisso adaptou o trabalho com as crianças ao que elas viviam no cotidiano, e usou disciplinas da escola para exercitar a técnica, “Salvar o planeta” foi uma delas.

A Estela vivenciou um acontecimento extraordinário, poder-se-ia dizer que “paranormal”, que decorreu em vários processos posteriores. Reuniões e exercícios em grupos expertos envolvidos com o que ela tinha presenciado<sup>28</sup>, que geraram nela um interesse muito forte em trabalhar a questão da sustentabilidade e aunado à experiência com o trabalho com as crianças, resolveu trabalhar essa agenda, especificamente a questão do lixo na comunidade da Vila Parque da Cidade.

O que aconteceu me motivou, mas também junto com a minha vida assim, antigamente eu ia, eu sempre fazia alguma coisa social entendeu? ... juntava dinheiro para crianças com câncer sabe? Ou ia visitar um hospital, ou acompanhava pessoas doentes... não porque seja um pulso de bondade, mas é isso, aí veio a oportunidade de fazer um projeto... (Idem.).

Estela é uma figura bastante complexa, tem uma visão crítica e informada da realidade, é até certo ponto empática com as pessoas, considera-se porém que tem uma limitação dada sua formação para se vincular com a realidade das pessoas da comunidade, é categórica na sua fala e agencia, como será revisado no próximo apartado.

Por outro lado, o representante da Associação, o João Romão, tem um perfil distinto. Ele é morador da Vila Parque da Cidade ele têm 52 anos, nascido e

---

<sup>28</sup> Não é mencionado explicitamente ou com detalhe, porque a entrevistada pediu expressamente de não publicar sobre esse fragmento da entrevista, porém autorizou fosse mencionado como relevante.

criado na comunidade, é muito participativo, porém parece um pouco frustrado e cansado. Já foi membro da diretoria em ocasiões anteriores, embora mencione que não gosta de política, há quase vinte anos que está envolvido nela. Contudo, a sua visão tem a ver com o Capital Social. “Eu não gosto muito de política, se política fosse bom todo mundo se unia num grupo só e fazia, mas todo mundo é divergente” (Entrevista 4. João Romão 22/03).

A sua participação na vida comunitária, começou como parte de uma ouvidoria para projetos financiados por uma organização internacional em parceria com a Prefeitura do Rio para o programa Favela-Bairro, lá no final de 1998. Ele até foi chamado a dar depoimento sobre umas obras que não foram realizadas e que estavam reportadas como feitas. Baseado nesse trabalho, conseguiram a conclusão da Creche da parte baixa da favela e do CEMASI, foi exercendo a pressão, que inaugurou sua participação com a Associação de Moradores e que ganhou legitimidade das pessoas da comunidade.

Ele é casado e tem três filhos, de família de origem nordestino tem morado em vários lugares, porém a maior parte da vida dele tem morado no Rio, ele é genro de uma das fundadoras e primeiras moradoras da comunidade. Ele foi o primeiro a dar informações sobre a fundação da favela, disse que foi na década de 1940, quando foi estabelecida na parte alta da favela, para descer depois ao local em que se encontra atualmente.

O João Romão promove algumas iniciativas, entre as quais colocou durante a entrevista, o interesse por promover um bloco de carnaval da comunidade e uma companhia de teatro “como a que existe no Vidigal”; como mencionado anteriormente ele também tem afeição pelas plantas e cultiva uma horta na casa dele, resulta fácil entender porque promoveu o curso, porém ele não participou de nenhuma das aulas ou atividades do curso, considerou que o curso devia ser mais prático e menos teórico.

Adicionalmente ao papel que desempenha como representante da diretoria da associação, ele tem outros trabalhos, é comerciante e dirige um ônibus escolar, razão pela qual, argumenta que sempre está muito ocupado; argumenta sem ser

questionado, que o trabalho da associação é muito cansativo, e expõe sobre a falta de recursos.

Nesse sentido também fala dos tipos de moradores da favela, e como tem alguns que só criticam e ficam cobrando da associação, mas também tem outros que colaboram e participam muito bem, faz ênfase nos idosos, especialmente no pessoal “dos antigos”, denotando certa saudade com o passado.

Despeito disso, quando questionado sobre o que mais tem mudado na favela de uns anos para cá, ele menciona além das mudanças físicas da favela que são evidentes o crescimento vertical, poluição, falta de água e etc., considera que as pessoas ficaram menos voltadas ao coletivo e mais individualistas.

É interessante como reflete sobre a perda de Capital Social lembra com saudade os tempos antigos, em que ao seu parecer a necessidade obrigava as pessoas a trabalharem para fazer as coisas acontecerem, e coloca a questão da intermediação política:

Água só tinha lá na entrada, a gente pegava e levava nas costas na lata entendeu? ... os antigos na época se reuniam e faziam pavimentação, a escada, aí os próprios vizinhos se uniam juntavam dinheiro para fazer escada, para fazer a vala os próprios, só que depois de um tempo o negócio cresceu aos pouquinhos, que entraram em contato com algum político e tal para mexer alguma coisa, mas fora disso que fazia todo aqui eram os moradores (Idem.)

É relevante salientar que ele coloca duas questões às quais ele atribui essa perda, como já foi mencionado, à superação até certo ponto da necessidade o que pode ser entendido como mobilidade, e ao próprio crescimento da comunidade e o fato de ter grandes quantidades de pessoas novas, a mudanças nas dinâmicas sócias, e expõe uma problemática em específico, o que ele entende por especulação imobiliária.

As pessoas eram bem mais unidas, era tudo pequeno, era todo um dependia do outro... mas depois no passar do noventa, as pessoas começaram olhar para sim... não sei se é em relação ao desenvolvimento, porque antigamente, até a luz, relógio lá em baixo, onde tem a creche, li tinha um quadro que era o antigo relógio, que era que dividia várias casas, conforme foi crescendo, evoluindo as pessoas começou a não se preocupar muito com o outro (ibidem.).

Embora ele seja ciente dessa situação, como representante da Associação de Moradores, não tem alguma estratégia expressa para atender essa situação. Ele

olha o trabalho que se faz na associação como o que se faz num condomínio: como intermediário ante certas instituições para o conserto de questões relacionadas com serviços e resolução de problemas.

O João Romão expõe também a solidão que as vezes sente como representante da diretoria da associação, é ciente da falta de confiança no trabalho da associação, que as pessoas não colaboram nem participam, que pensam que a prefeitura injeta dinheiro, e que este é roubado pela diretoria, por causa de experiências anteriores nas quais de fato aconteceu isso, mas paradoxalmente, também expõe uma visão de que não vale a pena tentar fazer mudar essa percepção.

Derivado do anterior, ele não promove uma dinâmica de trabalho em equipo, não delega as funções que correspondem aos outros membros da diretoria, e coloca a opinião dele por acima deles. Não existe pois horizontalidade nesse processo, a tomada de decisões é unilateral. Ele é o presidente, e faz o que considera mais apropriado, baseado na sua visão, fazer reuniões não adianta e atrapalha os processos de decisões, porque as pessoas têm antecedentes de passadas administrações e não confiam.

O anterior pode explicar a forma de trabalho que ele permite na Associação: existe uma visão paternalista e assistencialista, em que é pouco promovida a participação das pessoas da comunidade. Na consecução de objetivos coletivos, não é promovido um processo estável ou estruturado de organização comunitária, inclusive na realização de atividades em prol da comunidade, a diretoria da Associação tem papel passivo, esperando que por acaso cheguem voluntários a oferecer atividades que, além de tudo, tem que ser de graça.

Finalmente, na opinião do João Romão, só se existir uma contrapartida ou benefício imediato as pessoas são impelidas a cooperar para realizar alguma ação embora que seja em benefício delas ou das famílias delas. É interessante observar que tudo o colocado por ele, está em consonância com o descrito pelo Boschi (1987), na sua análise das organizações comunitárias na década dos 80, e também pelo observado por Reis (1995) na análise que coloca um familismo amoral à brasileira.

Outro elemento interessante da experiência do curso foi o gestor do governo municipal, cuja participação no curso da horta foi institucional e mais enquadrada na vinculação que estava planejada sobre estabelecer uma horta comunitária num dos cantos do Parque Municipal da Cidade.

A análise desse elemento considera-se útil para entender dinâmica estabelecida entre a sociedade civil – o projeto social –, a associação de moradores e as instituições do Estado. Ademais, permitirá explorar empiricamente num contexto específico os conceitos da capacidade de resposta das instituições e o nível de envolvimento existente por parte desse ator com a comunidade da Vila Parque.

O Alexandre, tem uma função administrativa dentro do Parque Municipal da Cidade, sua principal preocupação despeito da sua função é a questão da preservação do Parque Natural, e de uma mudança nas formas em que a população da comunidade integra-se e interage com a área de conservação, já que existem alguns conflitos nesse sentido.

Ele não tem formação profissional, ele estudou até segundo grau, porém define-se como muito trabalhador, detalhista e organizado, considera que baseado nisso foi avançando no trabalho até chegar na posição que ocupa hoje, nessas qualidades e no esforço e interesse mostrado pelo trabalho.

Comenta um fato que resulta interessante, ele tem trabalhado em outras áreas de conservação antes, mas considera que a situação do Parque Natural é muito particular por se localizar colado à Vila Parque da Cidade, o trabalho e sua função resultam mais complicados; ele mencionou ter trabalhado na administração do parque da Chacrinha em Copacabana e também no Parque da Mendanha em Bangú, onde ele reside.

Ele salienta as diferenças entre os três locais onde tem trabalhado, a diferença do público atendido e a forma em que interagem com a zona de conservação, o que resulta mais relevante é a comparação entre Parque da Cidade e o Parque da Mendanha. O segundo tem por perto a Vila Kennedy e a Vila de

Graça, ambas podem ser consideradas mais carentes do que a Vila Parque, porém, segundo ele a proximidade desta última, faz mais complexa essa interação.

O Alexandre assume-se como um mediador entre as instituições do Estado e a comunidade, e reconhece complexa mas importante relação entre a comunidade da Vila Parque e o próprio Parque Natural. Apesar desse processo de mediação, ele coloca três situações problemáticas da relação Vila – área de conservação Parque da Cidade, a invasão do estacionamento do Parque por parte dos moradores da favela, o uso e manipulação dos corpos de água, e o descarte e gerenciamento do lixo, desses três só tem possibilidades de trabalhar com o último através da associação e do projeto social, com base na estratégia de educação ambiental.

Alexandre é reiterativo sobre o fato da complexidade da sua função, e sobre os poucos recursos que ele tem para realizá-la. Considera que o maior desafio é que as pessoas obedeçam as regras e normas de uso do parque, quando questionado sobre o principal desafio de trabalhar com a comunidade, comenta:

Essa questão do desrespeito... de lidar com o problema da comunidade... uma sociedade que carece muito de educação, de como aprender a conviver no meio da sociedade... tem muita gente legal, a pesar de ter muitas pessoas que causam experiências negativas, mas são pessoas sofridas que tem uma vida difícil e uma história complicada (Entrevista 1. Alexandre. 06/12).

A aproximação com a comunidade e com a associação gera-se nesse contexto, ele considera-se envolvido com a associação e identificado, o que resulta interessante por ele ter nascido e crescido em uma favela da Zona Norte do Rio, ele sente uma conexão com a Vila Parque por causa disso, e faz uma interessante colocação sobre a vida nesse tipo de comunidade:

Sinto como se tivesse tornado no passado, aquele povo que todo mundo se falava, se dava, um ia em casa do outro, tinha essa proximidade que tem determinados locais residenciais, onde eu moro, os muros são muito altos e as ruas são muito largas, então não tem essa proximidade; quando eu cheguei aqui, eu me lembro da minha infância, eu acho que aprendi a conviver em comunidade, me sinto outra vez em casa (idem.).

Essa colocação é relevante porque expressa um dos elementos principais da “Ótica do Capital Social”: a interação e a reconexão social. O Alexandre passa muito tempo no trabalho, mas nessa dinâmica se dá o tempo de conviver e se

vincular com as pessoas da comunidade, o tempo livre o dedica a frequentar uma organização religiosa, que representa uma das suas maiores redes de relações sociais.

Definiu-se colocar os moradores da comunidade como um ator coletivo, dado que embora eles sejam, sob a aplicação da Ótica, o alvo da estratégia de construção de Capital Social a partir do curso de horta na laje, eles interviam relativamente pouco no processo de organização comunitária posterior ao curso.

É interessante conhecer as motivações que fizeram eles participarem e continuarem no curso, sua evolução; porém como quase todos os depoimentos feitos durante as entrevistas eram coincidentes, pelo qual resolveu-se integrá-los nas figuras de Rita e Firmo, e fazer a análise em relação ao processo de organização comunitária e sob a ótica proposta.

Firmo é um antigo morador da Vila Parque; embora não seja dos primeiros ou fundador, tem amizade com alguns dos fundadores e tem sido colaborador da associação há vários anos. Ele chegou morar na Vila com os pais na adolescência; inicialmente alugavam mais embaixo mas conseguiram comprar um barraco no meio da favela.

Menciona que na época podia ter invadido um espaço mas não concordava com essas ações, porém diz não julgar as pessoas que o fizeram, ele convivia com todo mundo, e de fato ele é muito conhecido e respeitado entre os moradores, inclusive entre os rapazes mais novos e aqueles que estão envolvidos ou aproximados ao tráfico, ele falou de ter um filho como problemas de adição.

Mora com parte da família dele, com a neta e o bisneto, eles cultivam plantas em casa há tempo. Ele também cultivava no Parque da Cidade. Firmo já fez jardinagem como ofício; é interessante notar que embora ele não precisasse das aulas de horta, ele não perdeu nenhuma.

Atualmente ele é estofador de ofício, mas tem trabalhado em muitas coisas. Ele é uma pessoa idosa, e tem muitas histórias para contar, adicionalmente aos trabalhos que ele faz como estofador, também cata latinhas, e outros materiais recicláveis como garrafa PET dentro da comunidade e as vende, o que



provavelmente fez ele entender com maior facilidade a função do projeto social, além das aulas de horta.

Ele foi um elemento interessante dentro da dinâmica do curso, ele é muito conversador, porém não era assim no começo, ele era mais reservado, conforme se passaram as semanas ele foi ficando mais a vontade e fazendo as aulas ficarem menos serias o que de algum jeito fazia as outras pessoas ficarem confortáveis.

Rita é artista, ela não é da Vila Parque mas chegou a morar há alguns anos lá, atualmente ela está morando no interior do PNMD, em umas casas que estão no meio da mata, é por isso o interesse dela na ela nasceu no bairro do Flamengo num prédio de apartamentos, o que define como muito diferente da vida na natureza.

Ela também é comerciante, está desempregada há um ano “tá correndo atrás”, ela é ciente da importância de se envolver em outros círculos dado ao acesso que isso fornece a certas informações e recursos, exemplifica o caso da Isabel que pertence a muitos círculos.

Rita também não perdeu nenhuma aula, embora quase sempre chegasse com atraso, durante a entrevista mencionou que tinha gostado da dinâmica e da troca permitia. Um dado interessante da Rita, é que ela coabita uma casa com o marido, e com outras pessoas que não são familiares, fazem assim como uma maneira de se ajudar mutuamente. Os outros moradores são artistas ou ativistas.

#### **3.2.4. Sobre as condições estruturais**

Toda vez estabelecida a descrição dos agentes é preciso apontar as condições estruturais nas quais deu-se esta dinâmica que podem incluir, as relações hierárquicas e verticais estabelecidas tanto na diretoria da Associação, como na organização que promoveu a iniciativa do curso de horta na laje.

É relevante salientar alguns aspectos sobre o modo em que opera a associação despeito da participação, não só dos membros e colaboradores da diretoria mas também dos moradores da Vila; um fato significativo é que não são

realizadas assembleias gerais de nenhum tipo, nem informativas, nem para tomadas de decisões.

Embora a lideranças da diretoria sejam eleitas, e sua legitimidade esteja baseada em procedimentos formalmente democráticos<sup>29</sup>, a tomada de decisões não é um processo participativo em que as vozes dos moradores sejam consideradas ou tenham um espaço de expressão.

Baseado nos insumos de informação mencionados no começo do presente capítulo, e sob a “Ótica do Capital Social”, podem ser colocadas algumas razões:

Não existem espaços dentro da comunidade que possam albergar uma assembleia geral, se existisse uma razão o suficientemente interessante, não há um espaço nem na associação ou dentro da comunidade onde uma assembleia geral pudesse ser realizada.

Como foi colocado pelo João Romão, assembleias gerais não são convocadas porque “as pessoas não assistem, não participam”, identifica-se um círculo vicioso em que as pessoas não participam porque a realização não é uma prática estabelecida ou regular – como foi possível entender a partir dos depoimentos dos participantes do curso de horta – e a diretoria não as convoca porque as pessoas não chegam nas reuniões.

Também existe outra questão que tem a ver com o fato de que as reuniões atrasam ou representam empecilhos à tomada de decisões, existe uma verticalidade baseada na hierarquia nesse processo. A visão do representante da diretoria é que não adianta fazer reuniões, que as pessoas só cobram da associação pela falta de confiança existente.

Despeito disso, foi colocado que as pessoas pensam que a prefeitura injeta dinheiro na associação e que isso faz com que as pessoas pensem que a diretoria está roubando esses recursos, isso reforça o a noção de que não adianta participar e também que é preferível não fazer reuniões.

---

<sup>29</sup> Contam com a presença da FAFERJ, órgão coletivo de associações de favelas para organizar e legitimar o processo de eleição.

Existe também, uma visão estendida entre as pessoas da Vila Parque que essa comunidade não é vista como carente, e que pela mesma razão não recebe muita atenção ou recursos por parte da prefeitura, e por outro lado também há a visão de que os moradores não fazem muito por exigir para “não aparecer muito” dado que pode ter repercussões em dois sentidos: primeiro despeito da autoridade pelo fato da irregularidade do assentamento e segundo em relação à atividade do tráfico de drogas, que incide nas decisões e atividades cotidianas das pessoas.

Em relação com isso, é relevante mencionar as condições de violência em que se desenvolveram as atividades do curso de horta na laje, derivadas da guerra na Rocinha e a presença de pessoas armadas no interior da Vila, durante três semanas dos quatro meses que morei na favela, período em que estourou o conflito na Rocinha, foi constante a presença de grupos armados ostentando a posse do território. Fiquei surpreso com a cotidianidade com que as pessoas passavam do lado das pessoas.

Isso é importante de salientar, porque embora o antecedente revisado (ALKMIM; ISMAEL; LIMA, 2011) fosse que a Vila Parque era uma comunidade sem tráfico armado, a evidência e os depoimentos dos moradores confirma que essa questão realmente não é uma novidade; não que fosse produto da guerra da Rocinha. Baseado nas entrevistas a violência e o tráfico dentro da comunidade representa uma preocupação constante entre os moradores e representantes da diretoria.

Dos dez entrevistados 8 mencionaram a violência e o tráfico como uma preocupação, que inclusive afeta a forma em que interagem uns com os outros, ao menos quatro dos entrevistados falaram sobre experiências próprias ou de pessoas muito próximas de envolvimento com o tráfico na comunidade.

O Firmo por exemplo contou como ele “teve” que participar tráfico na década dos oitentas; essa experiência é muito reveladora porque expõe de forma crua como a vida das pessoas pode ser e de fato é afetada não só pelas escolhas ruins que elas fazem, mas por condições que fogem do seu alcance.

Com os processos inflacionários da década do oitenta, o Firmo viu sua dívida se multiplicar, tinha se endividado para comprar moveis para a casa dele, e viu-se forçado a participar da atividade do tráfico para obter o dinheiro e pagar sua dívida, isso aconteceu há mais de trinta anos.

Um dos filhos de um representante da diretoria também foi tentado a participar do tráfico; porém ele o “resgatou” desse destino. Uma das participantes do curso da horta, que tem um filho adolescente, vive preocupada de ele entrar nessa atividade, e não deixa ele ficar solto nem sozinho, mas nem sempre pode estar com ele.

Porém deve ser feita a aclaração que existe dentro das pessoas entrevistadas quem mencionou que o narcotráfico e a violência não representam um problema dentro da Vila Parque, o depoimento do Jerônimo foi o único que negou que estes fossem realmente um problema.

Outro fator a ser salientado é o processo, ou a falta dele com que a Associação procura estabelecer relações com outras organizações e com as instituições do Estado, que pode mesmo obedecer à mesma lógica pela qual as reuniões não são feitas; porém existe uma postura passiva da associação despeito da procura de alianças estratégicas, o próprio caso da parceria com o projeto social não foi uma iniciativa da associação.

E sobre o projeto, é também importante voltar na situação na falta de status de formal, e da maneira em que se “organizaram” para realizar a intervenção, baseada numa lógica tradicional de assistencialismo, com cadeia de comando, em que nenhum dos coordenadores ou financiador esteve próximo da comunidade, aparecendo só esporadicamente e para dar instruções ou coordenar.

Sobre o Call and response, durante o período de entrevistas as foi colocado em várias oportunidades a questão da falta de efetividade das instituições a até mesmo de parte da associação para satisfazerem as necessidades e demandas da comunidade, porém é pertinente matizar que essa falta capacidade também obedece a uma ausência de vontade e inclusive de potestade por parte da

associação; no caso do representante do governo municipal padece severas limitações que não auspiciam uma dinâmica de participação.

Existe uma dinâmica entrópica na relação da comunidade, a associação e as instituições, em que todo mundo está ciente de que as coisas precisam e que podem melhorar, porém só fazem o mínimo indispensável; a Isabel colocava o exemplo da COMLURB e outros serviços municipais que poderiam ser fornecidos de melhor maneira se elas contassem com participação efetiva da comunidade, o que necessariamente precisa seja realizada uma orientação à comunidade, porém essa orientação não ocorre, porque pode gerar mudanças no equilíbrio social da comunidade o que pode não ser desejável.

Assim, não ocorre porque um dos efeitos que a organização comunitária potencialmente traz é a cobrança por melhores serviços, com maior qualidade; e isso acontece também com a diretoria da associação e com os próprios moradores, se iniciasse uma dinâmica participativa implicaria em responsabilidades que ninguém está com disposição de assumir. A seguir se analisa o processo em que tentou-se aproveitar uma ventana de oportunidade com a participação de vários atores.

### **3.3. O processo de organização comunitária e a construção de Capital Social**

Toda vez que foram descritos os atores que participaram da realização do curso de horta na laje, é possível elaborar a narrativa do processo sob a ótica do Capital Social; é pertinente algumas das informações foram extraídas do trabalho etnográfico e foram reforçadas com os depoimentos dos atores durante as entrevistas, nos quais colocaram informações inédita.

Como já foi mencionado no final do capítulo anterior, depois de apenas uns dias de eu estar morando na Vila Parque deparei com um cartaz de convocação para um curso de horta na laje, uma atividade fornecida pela associação de moradores, em parceria no que parecia uma ONG, resolvi assistir na primeira aula, onde começou realmente a observação do processo.

A análise dessa experiência sob a “Ótica do Capital Social”, foca-se nas dinâmicas de interação que conformam o processo de organização comunitária que auspicia essa atividade. Nesse sentido, serão analisados episódios pontuais desse processo que forneçam informações relevantes relacionados à construção de suas diferentes formas, da abordagem utilizada.

Naquela primeira reunião, assisti como participante, sem falar para ninguém o que eu estava a fazer, a reunião convocou a uns quinze moradores da comunidade, quando cheguei estavam só Isabel a instrutora e os moradores, ela começou a reunião com um exercício em que concedido um tempo para as pessoas se apresentarem e contarem um pouco sobre a história delas e a relação que tinham com as plantas.

Duas colaboradoras dela chegaram depois, também um rapaz que fazia arranjos na sala, mas não foram apresentados. A Isabel foi a primeira em se apresentar, e continuou com o resto das pessoas, porém nem todos tiveram a oportunidade de fazê-lo, por causa do que aconteceu no meio do exercício.

As pessoas estavam compartilhando suas histórias pessoais e com as plantas, tomando um bom tempo, inclusive se interrompendo, gerando diálogo entre eles sobre o que era colocado, fazendo o exercício mais demorado, mas a dinâmica viu-se interrompida com a chegada de mais pessoas, entre elas membros da diretoria e os representantes da organização promotora da atividade.

Eles tomaram comando da reunião e mais da metade das pessoas ficaram sem sua vez para se apresentar e falar sobre sua história, ao menos no jeito em que foi feito no começo. Eles pediram para as pessoas se apresentarem, mas muito rápido, informações pontuais para a reunião fluir mais rápido.

Começaram expondo vários dos objetivos que planteava o projeto que eles promoviam, sobre o estabelecimento de um modelo de comunidade sustentável fazer da Vila Parque uma “comunidade verde”, com base em educação ambiental, energias limpas ou renováveis e muita informação que pouco ou nada tinham a ver com o curso de horta na laje, motivo que originalmente tinha congregado as pessoas, uma vinculação dos temas não foi feita de maneira explícita.

O anterior resulta relevante para a análise em vários sentidos; sob as formas de comunicação e interação, teve uma mudança brusca, passando de um diálogo a um monólogo, restando relevância à conversa e colocando maior importância na mensagem deles; que além do mais chegaram quase uma hora depois da hora em que a reunião estava marcada.

A minha percepção como observador e como participante do curso, foi a de um encontro com um político que começa com atraso, sem a personagem principal presente e quando ela chegar – com um atraso ainda maior – toda a dinâmica muda para se ajustar ao seu tempo e seus objetivos. Percebi a confusão entre os assistentes, mesmo eu fiquei confuso, com o giro que deu a situação.

Despeito disso, é relevante colocar a questão dos interesses genuínos das pessoas e os objetivos que cada um tem, o que é valorizado por elas e no que estão dispostas a ocupar parte do seu tempo, considera-se que embora os objetivos colocados pela organização que promoveu o curso são bons e até necessários para a comunidade, não foram estabelecidos da maneira mais adequada, que seria aos poucos depois de ter conhecido as visões dos participantes e até da diretoria da associação, baseado no interesse que fosse levantado durante o curso.

Uma das lições sobre Capital Social estabelecidas por Putnam, colocada no Capítulo I, refere-se precisamente ao fato de que este não pode ser criado instantaneamente (PUTNAM, 2004), que precisa de contato constante, redundante entre as pessoas, para que a partir dele emergjam as agendas e objetivos coletivos que respondam a problemáticas coletivas definidas, resultado desse processo de interação.

O que aconteceu nessa primeira reunião foi o contrário, os objetivos foram estabelecidos de forma unilateral e apressada, o projeto chegou feito com soluções já prontas baseadas na observação dos atores alheios à comunidade, que consideravam estratégias de recompensas econômicas, como incentivo preponderante à participação, as pessoas assistentes ao curso de horta ficaram envolvidas – sem ser consultadas – em uma atividade que não tinham procurado, sob regras e compromissos que não consideraram a sua disposição, disponibilidade ou interesse.

Especificamente, estou a referir a uma instrução dirigida aos assistentes da primeira “aula” do curso, em que depois da introdução ao projeto em que as aulas de horta estavam inseridas, a Estela pediu para levar na seguinte reunião, de 5 a 10 pessoas para que se integraram ao projeto e para que este pudesse ser exitoso. Nenhum dos assistentes cumpriu com a solicitação na seguinte sessão.

Essa dinâmica de visão unilateral, foi comprovada posteriormente tanto no trabalho de observação e propriamente durante as entrevistas. As pessoas da diretoria da Associação não tinham conhecimento do que seria tratado nessa primeira aula, de fato era a primeira vez que vários deles se conheciam entre si. A forma em que a intervenção evoluiu como projeto de educação ambiental e sustentabilidade dependeu da disposição e interesse das pessoas por participarem especificamente na atividade do curso de horta.

Essa forma de agir foi observada de reiteradamente durante o trabalho de observação como será exposto mais na frente; de momento, tentarei seguir a continuidade cronológica da narrativa. A seguinte reunião não foi na sala da associação, nem foi na segunda feira imediata posterior; só aconteceu três semanas depois, por causa da crise de violência e intervenção policial, suscitada na Rocinha produto de briga entre facções criminosas.

Isto é relevante porque afetou o desenvolvimento da atividade, não só despeito das aulas mas do planejamento e o processo de organização comunitária, impactando a interação e o contato continuado entre as pessoas, não só dos participantes, mas também dos organizadores, que resolveram não ter atividades durante os dias em que a situação foi realmente tensa, as *Figuras 5 e 6* apresentam evidencia fotográfica.

Na minha posição de morador da favela, foi muito revelador quanto uma situação como a acontecida muda a rotina das pessoas, e quando é uma questão constante, realmente pode mudar a vida das pessoas. A situação foi “bem pesada” durante três semanas, foi até praticado um “toque de colher”. Recomendava-se aos moradores não ficar até tarde na rua, informava-se que os comércios tinham fechado cedo.



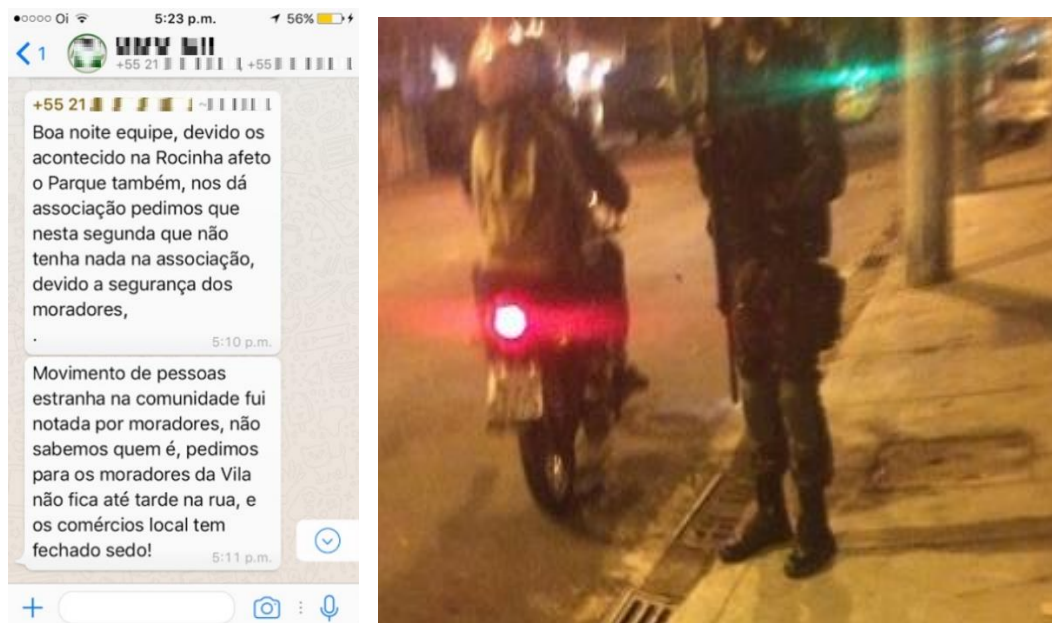


Figura 5: Esq. Recomendação Associação segurança. Figura 6: Dir Polícia na Estrada da Gávea. Fonte: Acervo fotográfico próprio.

Outro episódio similar durante minha estadia na favela, em que até as atividades da PUC-Rio foram suspensas “devido ao tiroteio intenso na Rocinha e ao fechamento de vias públicas”; nessa data eu tinha uma consulta médica no CMS Píndaro de Carvalho nas redondezas do Bairro da Gávea que também foi cancelada. Entendi que a situação era séria, o que conferi dias depois quando se efetuou-se a intervenção militar e apareceram pessoas armadas no interior da comunidade que ficaram aí várias semanas depois.

Coloco o anterior como um referente da situação que no meu caso foi provisória mas que para muitas pessoas moradoras de favela é o cotidiano, ter que caminhar do lado de pessoas armadas para sair e voltar da sua casa, e condições de maior intensidade, em que definitivamente é muito difícil estabelecer uma rotina de interação constante com outros membros da comunidade; como foi colocado por vários dos entrevistados é uma condição que sempre tem existido na Vila Parque e que certamente afeta muitas das dinâmicas individuais e coletivas. As Figuras 7 e 8, mostram alguns desses efeitos.



Figura 7: Esq. Suspensão atividades PUC-Rio. Figura 8: Dir. Polícia Militar dentro da Vila Parque.

Fonte: Acervo fotográfico próprio.

A situação não se normalizou, mas as atividades do curso continuaram, eu tive tempo de preparar um documento para mostrar aos organizadores do curso – os colaboradores da associação e do projeto – sobre as minhas observações, as mesmas que eu tenho colocado até aqui, com o intuito de conhecer um pouco mais quais sua visão sobre o trabalho e definir se eles tinham alguma aproximação com a “Ótica do Capital Social”, dado que eu tinha percebido que ao menos, Isabel a Instrutora tinha tentado começar com dinâmicas de conversa profunda.

Contudo, a segunda reunião, que não foi na favela, mas em um prédio vizinho da PUC, por causa da situação de segurança, e que não contou com participantes do curso e moradores, centrou-se num assunto muito particular que derivou numa controvérsia que tem a ver com o agir unilateral e a visão de intervenção da organização promotora do curso.

Toda vez que eles apresentaram seus objetivos na primeira aula/reunião do curso; na segunda reunião eles colocaram uma série de ações específicas que tinham a ver com aqueles objetivos expostos. Essas ações tinham a ver com reformas para melhorar a aparência de uma das ruas que beiram a Vila Parque e chegam até o Parque Municipal da Cidade.

Então, colocava-se a proposta da melhora na infraestrutura da favela, que segundo a visão da organização não só mudaria o aspecto da rua, também melhoraria o gerenciamento do lixo na comunidade, dois questões que potencialmente iriam trazer uma reativação econômica e iniciaria a estratégia de sustentabilidade na comunidade.

Na lógica de que criando a infraestrutura as pessoas iriam sentir-se motivadas ou “obrigadas” a praticar a coleta seletiva de lixo, os membros da organização determinaram que esse era o melhor caminho, e inclusive tinham obtido através de doações, os recursos para a realização imediata da reforma. A reunião era para apresentar a proposta e ter a aprovação dos representantes da comunidade.

O que eles não consideraram, foi o fato de que os colaboradores da associação de moradores não concordariam com essa visão e tivessem uma outra opção para iniciar a estratégia de sustentabilidade, que também considerava um mecanismo de reativação econômica e promovia a separação de lixo entre os membros da comunidade. Essa opção requeria a aquisição de um equipo triturador de PET, que facilitava o armazenamento do material para a sua venda, gerando um valor agregado, o que potencialmente promoveria a coleta desse material e por consequência a separação do lixo.

O relevante dessa discrepância de visões, foi o que aconteceu depois, as colocações das distintas partes, no início o Jerônimo colocou a sua proposta e depois a Estela e o patrocinador expuseram a sua, ambas pareceram boas, e embora no início ela foi receptiva da colocação do Jerônimo em representação da associação e da comunidade, no final começou um processo de negociação para que fosse aceita a proposta da organização por acima da associação.

Neste ponto é interessante, sob a “Ótica do Capital Social”, a postura da Estela que reflexa a visão dela sobre o trabalho e construção de comunidade, ela argumentou, como consta na entrada do caderno de campo que: “em questões como as que estão sendo trabalhadas pelo projeto, para receber dinheiro dos patrocinadores é necessário estabelecer coisas concretas, e rápidas, porque as pessoas que são empresários não têm tempo a perder”.

Embora tenha sido exposta a necessidade de incluir as pessoas da comunidade numa decisão desse tipo, a postura da organização foi de desconcerto e surpresa, ante o fato de que a proposta estivesse sendo contestada, e que um diálogo inclusivo estivesse sendo colocado como necessário. A impressão foi como se não entendessem que a associação não aceitasse “a ajuda” do projeto nos termos que eles estabeleciam. Em uma lógica que pode ser entendida como que, se eles estão patrocinando, são eles quem fazem as escolhas e a comunidade tem que se adaptar e não ao inverso.

Nessa negociação, a Estela colocou vários argumentos para dissuadir ao Jerônimo de aceitar a proposta que estava sendo feita, ela expôs que uma oportunidade estava sendo desaproveitada, escolheu suas palavras mas considerei que a forma em que se colocou foi condescendente, e ameaçadora, despeito de tirar o recurso que tinha sido obtido para a reforma, e procurar outra comunidade porque estava-se percebendo “complicado demais”, também colocou outro argumento interessante sobre ter percebido um certo rancor nas atitudes e argumentos do Jerônimo.

A resposta do Jerônimo foi no sentido de que não era rancor, mas receio pelo fato de ter tido experiências anteriores que não foram bem sucedidas, que foram baseadas nessa lógica de colocar a infraestrutura e esperar a mudança nas práticas da gente.

A despeito disso, é interessante uma situação que aconteceu comigo, na exploração da comunidade eu percebi que não existiam lixeiras pequenas como as que estão colocadas nas ruas da cidade, e comecei trabalhar uma proposta, porém conversando com o Jerônimo, aponte a “necessidade” de colocar esse tipo de lixeiras e a resposta foi que já tinham existido, só que tiveram um efeito contraproducente. Aquilo me fez lembrar sobre o argumento de Putnam sobre os repertórios de soluções e como as organizações mantêm a memória dessas formas em que as comunidades se colocam ante as problemáticas que as afetam.

O interesse neste episódio é, sobre como outras lógicas como as de eficiência e o executivo podem ir a contramão da Ótica do Capital Social e

impactar no estabelecimento de objetivos coletivos embora a intenção seja a mesma, o resultado será distinto.

Essa questão da diferencia de visões foi recorrente, causou conflitos entre a Estela e a Isabel, no sentido de que esta recebia um incentivo econômico pela função de instrutora que desempenhava e a Estela cobrava contas dela como se fosse uma relação laboral, com metas e resultados como o aumento de participantes, o que gerou mais de uma vez fricções e desavenças.

Uma delas foi em razão de Estela considerar inapropriadas algumas das formas em que a Isabel tentou estabelecer proximidade, parceria ou amizade com ela. Durante a entrevista salientou questões que têm a ver com sua formação moral, e sobre a diferencia nas trajetórias delas.

Neste ponto é interessante que processo de interação é colocado como potencial gerador de confiança e empatia o que no caso, não aconteceu, poderia se explicar com base em que Estela não percebia a Isabel como sua colega ou sócia; a relação estabelecida com ela era laboral, de subalternidade.

No processo de planejamento do que seria o segundo curso de Educação ambiental, posterior ao curso de horta, se realizaram reuniões toda segunda-feira, foram convidados os moradores que participaram do primeiro curso, porém assistiram em poucas ocasiões. Eu considero que deveu-se ao fato das reuniões serem fora da comunidade; por causa da percepção da violência.

Voltando à análise do processo do curso, as aulas foram retomadas um mês depois da primeira reunião, Isabel, a instrutora começou o processo a partir de um programa de conteúdos básicos por aula, que paulatinamente foi dividindo com momentos de conversa e interação mais informal.

Outra questão relevante é que a Isabel tem um treinamento interessante em metodologias colaborativas e participativas, que considerei interessante explorar, e funcionou muito bem para ela, ficou até empolgada e fez as aulas mais dinâmicas, embora tivesse a pressão constante de “gerar resultados” por parte da Estela, considero que fez bem para o curso e o processo de reconexão das pessoas.

Nesse ponto eu tive um pouco de participação, tendo a oportunidade de conhecer ela mais, impulsei ela para fazer mais informal as aulas e ceder um pouco mais de tempo para as pessoas se descontraírem, na ideia de auspiciar mais interação e criar um terceiro lugar, porém não falei nesses termos para não influir demais nela.

Resulta pertinente mencionar uma situação de ambiguidade no meu papel nesta experiência: eu era participante, mas também as vezes ficava no meio de algumas questões, era consultado e embora sempre tentei não tomar partido ou influenciar demais, as vezes não era possível manter uma postura neutral, ou ao menos não era essa a percepção que gerava nos outros atores.

Só a minha presença como “especialista” em questões sociais me colocava numa posição complicada para me manter neutral, era cobrada de mim a função de consultor, mediador de conflitos, e também foi difícil definir se eu era organizador comunitário ou não; resolvi tomar levar a consideração uma das regras sobre organização comunitária e orientar antes de dirigir, fiquei à margem em várias questões.

Porém é pertinente colocar que essa experimentação não se limitou só na minha interação com a Isabel, também com o Jerônimo, o João Romão e até mesmo com a Estela, conversando com eles, descobrindo as suas aproximações com a abordagem do Capital Social e sempre que possível fazer que a “ficha caísse”, sobre a necessidade de interação e contato redundante. É interessante apontar como a própria proximidade com esses atores, em interações informais me permitiu maior intercâmbio de informações mais relevantes a despeito de sua visão sobre o trabalho que estava sendo realizado.

O curso continuou nessa com essa dinâmica de promover as participações e conversas entre as pessoas, embora isso significasse sacrificar partes do conteúdo sobre horta na laje, sustentabilidade ou educação ambiental, teve algumas aulas onde foram recebidas pessoas de fora da comunidade, gerando um clima mais descontraído e de convivência.

Teve uma ocasião em que uma amiga da Isabel levou um dip de grão de bico para convidar a todos, expressando que o tinha feito com salsa cultivada na horta dela, a gente teve um convívio no final da aula, que acabou sendo muito relaxada, e as pessoas intimaram mais compartilhando comida, uma observação interessante.

Em outra ocasião, a aula foi sobre como fazer uma minhocasa para gerar adubo, e foi muito descontraída, com participação e de todos os assistentes que estavam muito empolgados, fazendo piadas e batendo papo, mas é interessante colocar que intercambiavam informações importantes, de questões coletivas da vida da favela e de política até.

Foi legal olhar de perto a evolução da turma como foram estabelecendo laços de proximidade e reciprocidade, durante uma das aulas os filhos de duas participantes, uma criança de menos de 5 anos e um adolescente de 16 ficaram conversando em quanto a aula estava em progresso essa troca é muito interessante e desejável.

Teve outra ocasião em que as pessoas levaram presentes sem ter sido combinado por parte da instrutora, foram intercambiados brotes de plantas; isso também se traduz em compromisso; outra forma de Capital Social que é decorrente da reciprocidade e a confiança.

A despeito disso, os participantes começaram a se comprometer com questões muito específicas do curso, como a separação do seu lixo, e coleta para a geração da minhocasa e do adubo para as hortas que seriam trabalhados no canteiro do Parque Natural da Cidade, essa foi uma pequena vitória que podia ter se convertido em uma prática comum se o curso tivesse continuado.

Resulta interessante mencionar que embora o curso de horta não tinha crescido muito em termos de integrantes – começou com 7 e acabou com 11 – manteve-se até o final, as pessoas gostaram da dinâmica e da convivência e inclusive, adaptaram-se as condições em que o curso foi realizado, no meio da crise de violência e o fato de que algumas das aulas não foram fornecidas dentro

da favela, o que pode ser interpretado como que as pessoas tinham realmente interesse e disposição.

Contudo, também é pertinente colocar que a Isabel expressou que é difícil manter as pessoas interessadas, que precisa de muita energia e trabalho, também apontou que requer de recursos não só materiais, mas também de “manter o gás” e as pessoas de bom animo durante as aulas para fazer elas voltar na seguinte vez. Compartilho esse ponto de vista com a Isabel, o processo de trabalho que eu tive com eles foi complexo, porque não é possível satisfazer a todo mundo em todo momento.

Logo é relevante salientar que os participantes do curso de horta que assistiram ao encerramento, assumiram um compromisso com o projeto nas novas condições de promoção da sustentabilidade e da preservação ambiental, inclusive fizeram depoimentos vídeo, o que coloca uma questão interessante a despeito da participação.

Um último fato que considero importante de salientar é a maneira em que se envolveram os membros da associação no desenvolvimento do curso, eles mantiveram uma distância das próprias atividades do curso de horta, inclusive no dia do encerramento nem o João Romão nem o Jerônimo estiveram presentes, eles tinham outros compromissos relacionados ao trabalho, mas todas as pessoas que participaram do curso apareceram, foi percebida sua ausência.

Porém, durante o curso eles não ficaram envolvidos nas aulas, só em termos de fornecer os insumos e garantir o espaço para as atividades serem realizadas, não participaram de nenhuma das aulas, embora que ao João Romão gostasse de plantas e tenha promovido o curso bem do começo.

Para sumarizar, este capítulo abordou o estudo de caso apoiando-se no instrumento “storytelling” para expor a partir da narrativa, como se constrói o capital social. As histórias individuais aportaram elementos que permitem explicar as dinâmicas e a natureza da interação entre os participantes, assim como os efeitos que estas têm no processo, que são integrados no *storytelling* da experiência coletiva do estudo de caso.



As diferentes trajetórias de vida estabeleceram uma dinâmica complexa por causa da sua heterogeneidade, que resultaram em uma dificuldade grande para trabalhar juntos, que está vinculada a relações de poder entre eles, de micropolítica.

Resulta importante estabelecer que aparecem nas narrativas, tanto nas individuais quanto na coletiva, problemáticas estruturais de forma recorrente, a questão do tráfico e a violência mais perceptível durante o tempo que durou o trabalho de campo.

Contudo, é relevante salientar que os participantes da atividade foram consistentes na sua assistência à atividade, embora as condições não fossem as propícias eles assistiram de maneira regular. Já a equipe organizadora encontrou mais problemas para estabelecer um processo que pudesse ter continuidade garantida. Estas questões serão abordadas com maior detalhe no apartado das conclusões.

## 4. Conclusões

O presente estudo passou por várias modificações até se delimitar como foi colocado, foi se delineando-se conforme o trabalho de campo se desenvolvia, o fato de ter encontrado uma atividade fornecida pela associação de moradores em coparticipação de uma organização exterior à favela mas próxima dela, com pessoas vizinhas, sentou a base da versão final.

A despeito disso, é fundamental fazer uma revisão das hipóteses apresentadas no começo deste trabalho, que foram abordadas no decorrer dos capítulos que o integram, e que estão vinculadas aos objetivos da pesquisa.

Sobre a primeira hipótese, derivada da revisão teórica do conceito de Capital Social na obra de Putnam, foram encontrados novos elementos que considera-se constituem uma linha de análise diferente à do desempenho institucional que comumente se atribui ao autor: a construção de Capital Social como mecanismo de integração social.

Baseado nestes elementos, foi integrada a Ótica do Capital Social, uma proposta de referencial analítico para os processos de construção de Capital Social, corroborando assim a primeira hipótese, e sentando o precedente que possibilitou a exploração da segunda hipótese, que visava dar uma aplicação empírica a esse referencial teórico em comunidades de baixa renda em contextos desigualdade social como a das favelas cariocas.

Essa hipótese era relevante porque alguns dos elementos encontrados na revisão bibliográfica inicial indicavam que o trabalho de Putnam estava inclinado a esse tipo conjunturas. A questão era se as categorias de análise seriam congruentes com a realidade concreta das favelas cariocas e se as condições permitiriam a realização de um estudo desta natureza; que toda vez concluído significa que a segunda hipótese também é válida.

Agora bem, despeito da terceira hipótese, baseado na aplicação da Ótica do Capital Social no contexto específico da Vila Parque da Cidade, na Zona Sul de Rio de Janeiro, e do curso de horta na laje, é possível estabelecer que este

gerou condições para o aparecimento de algumas formas de Capital Social, ao menos de forma parcial.

Contudo, considera-se que experiência revisada não pode ser considerada como um caso exitoso de construção de Capital Social de integração, pois o curso não teve uma continuidade respeito do projeto como foi apresentado, pois existiram desavenças que não o permitiram.

Em relação com o anterior, foi possível o estabelecimento de relações interpessoais, de reciprocidade e confiança entre os participantes das aulas que compartilham características e trajetórias similares, o que poderia ser considerado como Capital Social de tipo ligação (bonding social capital) o processo evoluiu conforme ao revisado na teoria, com relativa facilidade.

Porém no processo de organização comunitária, foi possível observar que existe uma dificuldade para estabelecer relações horizontais entre os atores de distintas trajetórias, dificultando o desenvolvimento de capital social de tipo integração (bridging social capital).

Isso pode ser explicado pela diferença de visões, do tipo de intervenção e como ela pode e deve ser feita; a existência de uma noção de hierarquia social e até moral, em que as vozes não têm a mesma importância; em que as pessoas que tem os recursos para financiar as ações, assumem que são eles quem devem fazer as escolhas. Esse lugar de fala representa dificuldades para o estabelecimento de relações horizontais; é uma das principais barreiras simbólicas que se traduzem em empecilhos para a convivência e o desenvolvimento de confiança e empatia

Contudo, vale salientar que baseado nas entrevistas e na observação de campo, a intenção dos atores envolvidos, tanto na associação quanto no curso de horta é boa; procuram fazer alguma mudança positiva na Vila. Porém, existe uma dificuldade para a consolidação de alianças, além de que as condições estruturais são adversas.

Como resultado pode ser estabelecido que, embora existam condições e elementos para a construção de capital social de integração no contexto das favelas da Zona Sul, ainda há vários obstáculos que devem ser superados, entre

eles a visão de que os moradores de favela precisam ser dirigidos na tomada de decisões.

Adicionalmente existe na Vila Parque uma ausência de garantias de direitos civis e sociais da população, o que acaba impactando também o exercício dos seus direitos políticos; apresenta-se uma “cidadania escassa”, o que é negligenciado até certo ponto pela percepção de que a Vila não é uma “comunidade carente”, assim as características apontadas como de potencial positivo, acabam por ir a contramão dos processos de construção de capital social.

A despeito disso, existe a noção de que a cooperação social é prescindível quando se têm melhorado as condições de vida dos moradores; quando estão resolvidas as necessidades básicas e existe um aumento de renda. Essa questão foi recorrente na fala de alguns dos entrevistados, que pode estar em congruência com o estabelecido por Reis (1995).

É identificado um padrão de aproximação de corte paternalista; de ajudar, baseado na noção de “ativismo” e “boa vontade”, de filantropia, como colocado por Reis (1995); é expressado que o trabalho que se faz é em prol das comunidades, porém não é outorgada uma participação efetiva na tomada de decisões, nem fazer escolhas sobre o tipo de desenvolvimento que desejam, e através de que processos.

Com fundamento na experiência de campo e nas entrevistas, é possível estabelecer que existem dentro das comunidades de renda baixa como as favelas, cada vez mais perfis com formação profissional e com treinamento em metodologias colaborativas e coletivistas que podem ser úteis no estabelecimento de estratégias para a construção e recuperação de comunidade.

O desafio então, está vinculado a superação da visão de que as pessoas da comunidade precisam ser dirigidas ou tuteladas para a tomada de decisões. Transcender a noção de que é possível definir o que é melhor para as populações em relação a seu desenvolvimento sem sua inclusão ou consulta, sem trabalhar nos seus termos, desaproveitando recursos humanos importantes.

Esse desafio, é não apenas para os atores que chegam para trabalhar projetos nas comunidade de baixa renda, é também para os membros da diretoria, dos funcionários das instituições do estado que tem maior proximidade com a população, no caso, a prefeitura; para as autoridades acadêmicas e de distintas organizações sociais e da iniciativa privada.

Outro aspecto relevante de salientar é o interesse das pessoas em atividades de lazer e recreação como uma condição base para a realização de ações de intervenção social, mas é ainda mais importante a condição de garantir a continuidade e a aplicação da lógica do Capital Social na sua implementação.

Identificou-se a necessidade de estabelecer na execução dessas atividades de lazer, um duplo fluxo de informações e tipo de interações: a despeito da interação entre os participantes, promover um ambiente informal e descontraído que auspicie as conversas e diálogo. No que se refere aos organizadores, a função é mediar essa interação e analisar e executar o desenvolvimento do curso.

Paralelamente, existem algumas condições pelas quais as atividades promovidas pela associação de moradores, podem não estar contribuindo um maior impacto na geração de Capital Social, nem potencializando as condições que a comunidade tem para se desenvolver de melhor maneira.

A falta de estratégia para a incorporação e promoção das atividades; atualmente observa-se uma atitude passiva, em que se as coisas acontecem por acaso é bem, mas eles não correm atrás. Tem noção de que essas atividades são importantes, e os efeitos que tem na população da favela, porém parecem não ter consciência sobre a importância da reconexão social decorrente delas.

A diretoria tem pouca consciência do papel da associação para criação de identidade a partir deste tipo de atividades se fossem melhor desenhadas e executadas. Assim como dos efeitos transcendentais que tem a ausência de mecanismos de representatividade e participação dos moradores. Há também uma ausência de incentivos para o pessoal que trabalha na diretoria de trabalhar para a comunidade, o que se reflete nessa passividade e aproveitamento em função do benefício próprio dessa posição.

Há uma aparente inércia do trabalho anterior do que a associação de moradores representa, além do mais, é percebido que a posição dá acesso a certos benefícios individuais dos quais não é fácil abrir mão, situação que está vinculada com a questão anterior dos incentivos. Há um preconceito sobre a administração produto da má gestão de anteriores administrações, por exemplo a incapacidade de estabelecer parcerias e captação de recursos de fontes distintas às governamentais por falta do CNPJ da Associação inativo por incumprimento nas declarações.

Considera-se que a associação de moradores como figura associativa, não cumpre as funções que foram colocadas por Boschi (1987): não está envolvida com as instituições do Estado mas que para as questões básicas, porém também não representa à população da favela, quando trata-se da resolução de problemas que envolvem tanto as instituições do estado quanto aos moradores, o representante da diretoria não assume um papel proativo.

A presença latente e cada vez mais patente de traficantes e a percepção de violência decorrente dela, assim como o grau de influência que esses e outros grupos para estatais acabam por afetar as decisões e dinâmicas da Associação de Moradores e da população da comunidade. Ao menos no período que durou o estudo, várias das atividades foram canceladas ou sediadas em outros locais fora da favela por causa da falta de segurança, o que expressa a falta de garantias dos direitos fundamentais, como colocado no capítulo II e que também permite conferir a alteração de pacto social dentro da favela.

Assim considera-se que, a análise desta experiência do curso de horta na laje não fornece elementos conclusivos para a validação da terceira hipótese, porém representa um precedente para estudar os processos de construção de capital em outras comunidades que compartilham as características da Vila Parque, não só na cidade do Rio de Janeiro, mas outras regiões nas quais existe a convivência de assentamentos de renda baixa próximos de bairros de maior nível socioeconômico.

A despeito disso resultaria interessante explorar as conjunturas mais abastadas, para definir diferenças e pontos de encontro; determinar qual é o

impacto do nível cultural das pessoas, e se nesses contextos existe realmente uma maior propensão às relações horizontais.

Além de tudo, o presente trabalho representa um referencial sobre as formas e tipos de Capital Social dessa comunidade em particular; um momento no tempo que pode ser comparado no futuro, ou servir como antecedente para algum outro projeto de pesquisa ou intervenção social, que esteja vinculada à Vila Parque.

Considera-se que analisar as ações de intervenção social sob a Ótica do Capital Social, pode contribuir a identificar áreas de oportunidade para melhorar o trabalho e direcioná-lo mais eficientemente para gerar condições que auspiciem o estabelecimento de formas de Capital Social que são consideradas na abordagem revisada neste trabalho.

É possível concluir afirmando que, como se constrói o Capital Social? é uma questão que não tem uma única resposta, precisa ir acompanhado de um contexto: um onde, sob que condições, de que tipo e quais as formas que é possível ou pretendem-se estabelecer, e através da agência de que atores.

## 5. Referências bibliográficas

ABREU, Maurício de Almeida. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos. Rio de Janeiro. 2006.

ALKMIM, A.C.; ISMAEL, Ricardo LIMA; Paulo C.G.C. **Relatório final do diagnóstico socioeconômico Vila Parque da cidade**. Departamento Sociologia e Política PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2011.

ALMOND, G.S; VERBA, S. **The Civic Culture. Political attitudes and democracy in Five Nations**. Sage Publications Inc. California, 1989 [1963]

ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. (Org.) **Introdução. In: Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**. Belo Horizonte. UFMG, 2000.

ARAÚJO, Maria Celina Soares D'. **Capital Social**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor, 2003.

BORDIEU, Pierre. Capital social—notas provisórias. **Escritos de Educação. Petrópolis: Editora Vozes**, p. 65-9, 1999.

BOSCHI, Renato Raul. **A arte da associação: Política de base e democracia no Brasil**. IUPERJ. Ed. Vértice. São Paulo, 1987.

BOURDIEU, Pierre. **The forms of Capital**. In: Richardson, J. Handbook of theory and research for the Sociology of education. 1986.

BURGOS, Marcelo T. Bauman. **A utopia da comunidade. Rio das Pedras: Uma Favela Carioca**. PUC-Rio-Ed. Loyola. Rio de Janeiro, 2002.

\_\_\_\_\_. **Dos Parques Proletários ao Favela-Bairro. As políticas públicas nas favelas de Rio de Janeiro** IN: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos. (Org.) Um século de favela. Ed. Getúlio Vargas. Rio e Janeiro, 2004.

COLEMAN, James S. Social capital in the creation of human capital. **American journal of sociology**, v. 94, p. S95-S120, 1988.

\_\_\_\_\_. **Social Capital**. Foundations of social theory. Harvard University Press, 1990.

FAGUNDES, Bruno Flavio Lontra. **Matrizes do Pensamento Culturalista: Tocqueville e Almond e Verba**. Lua Nova, p.113-150 São Paulo. 2008.

FREIRE, De Luna, Leticia. **Favela, bairro ou comunidade? Quando uma política urbana torna-se uma política de significados**. Revista de Estudos de Conflito e controle social. Vol. 1 No. 2 UFRJ, 2008 (p 95-115)



FUKUYAMA, Francis. **Social Capital and Civil Society**, International Monetary Fund Working Paper WP/00/74. 2000.

\_\_\_\_\_. **Trust: Social virtues and the creation of prosperity**. The Free Press, New York, 1995.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo Companhia das Letras. Rio de Janeiro, 1995.

HOLSTON, James. **Insurgent citizenship. Disjunctions of democracy and modernity in Brazil**. Princeton University Press. 2008.

IBGE. Disponível em:

<[https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/sinopse/sinopse\\_tab\\_brasil\\_zip.shtm](https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/sinopse/sinopse_tab_brasil_zip.shtm)>. Acesso em: Março 2018.

KATZMAN, Ruben; RETAMOSO, Alejandro. **Aprendendo juntos. Desafios na educação a partir dos processos de segregação urbana**. Em “A cidade contra a escola” Segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina. Letra Capital. 2008

MASI, Domenico. **O ócio criativo**. Entrevista a Maria Serena Palieri; tradução Lea Manzi. Ed. Sextante. Rio de Janeiro. 2000.

OECD (2017), How's life: Measuring Well-being, **OECD Publishing**, Paris. Disponível em: <[http://dx.doi.org/10.1787/how\\_life-2017-en](http://dx.doi.org/10.1787/how_life-2017-en)> Acesso em: Março 2018.

PUTNAM, Robert D. **Bowling alone: The collapse and revival of American community**. Simon and Schuster, 2000.

\_\_\_\_\_. Commentary: ‘Health by association’: some comments. **International journal of epidemiology**, v. 33, n. 4, p. 667-671, 2004.

\_\_\_\_\_. **Jogando boliche sozinho: colapso & ressurgimento da coletividade americana**. Atuação, 2015.

\_\_\_\_\_. **Making democracy work. Civic traditions in modern Italy**. Princeton University Press. 1993.

\_\_\_\_\_. **Our kids: The American dream in crisis**. Simon and Schuster. 2015.

\_\_\_\_\_. **The prosperous community**. Social capital and Public life. The American Prospect. Vol. 4 Num. 13, 1993a.

\_\_\_\_\_. **Tuning in, tuning out: The strange disappearance of social capital in America**. APSA (1995)

PUTNAM, Robert D.; FELDSTEIN, Lewis. **Better together: Restoring the American community**. Simon and Schuster, 2009.

RAMIREZ, Jorge. **Tres visiones sobre capital social: Bourdieu, Coleman y Putnam**. Rev. Acta Republicana Política y Sociedad. Año 4 Núm. 4. 2005.

REIS, Elisa. Desigualdade e solidariedade: uma releitura do “familismo amoral” de Banfield. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 29, n. 10, p. 35-48, 1995.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **O Contrato Social**. Col. **Livros que mudaram o Mundo**. Ed. Publico. 2010.

SABREN. **Relatório para Vila Parque da Cidade**. IPP. Rio de Janeiro. Acesso e descarga. 2018.

SALEJ, Silvio. **O capital social está na moda. Análise para sua reconstrução teórica**. Dissertação de Mestrado. UFSC. 2003.

SENNET, Richard. **Rituales, placeres y política de cooperación**. Ed. Anagrama. Barcelona 2012. Original: Yale University Press, New Haven 2012.

TELLES, Maria Sarah Da Silva. **Viver na pobreza. Experiências y representações de moradores de uma favela carioca**. Saarbrücken: Novas edições acadêmicas. Rio de Janeiro, 2016.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América**. Martin Fontes Editora, São Paulo (2005)

WJP. Rule of Law Index 2017-2018. **World Justice Project**. Washington DC, 2018.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a Revolta: As organizações populares e o significado da pobreza**. Ed. Brasiliense. São Paulo, 2000.

## Anexos

**ANEXO 1.**

| <b>Pesquisa "CÓMO SE CONSTRÓI O CAPITAL SOCIAL"</b>                   |  |   |   |
|---|--|---|---|
| <b>Guia para entrevistas . Categorias de Análise.</b>                 |  |   |   |
| <b>Responsável:</b>   | Jorge Alberto Reyes Sánchez.   |   | <b>PPGCIS. PUC-Rio.</b>   |
| <b>Categorias</b>   | <b>Descrição</b>   | <b>Relevância</b>   | <b>Perguntas - Tipo</b>   |
| <b>Informação Pessoal</b>   | Fala sobre os dados da pessoa de forma individual  | Permite conhecer o perfil das pessoas entrevistadas, para estabelecer referentes demográficos e dados pessoais individuais.                             | Nome. Idade. Ocupação, status. É pai, mãe etc.<br>-Então, me fale um pouco de você, qual seu nome, o que você faz, com quem você mora, etc. fique a vontade para falar o que você quiser compartilhar sobre você.   |
| <b>Informação Morador</b>   | Informações sobre a condição de morador da comunidade Parque da Cidade.  | Fornece referentes sobre a relação dos indivíduos com a comunidade,. Pertencimento e/ou identificação.  | É morador da comunidade. Há quanto tempo. De onde você/sua família chegou, trabalha dentro da comunidade, em que parte da comunidade mora. O que acha de morar aí. Quais as principais questões sobre a comunidade. Etc.  |
| <b>Informação respeito da associação de moradores</b>                 | Informações sobre a visão que tem como moradores da comunidade sobre a associação de moradores.                              | Fornece informação sobre o nível de conhecimento e legitimidade que tem a AM no contexto da vida cotidiana dos moradores e participantes de atividades. | Você conhece o trabalho da associação de moradores. Sabe quais serviços eles fornecem, conhece às pessoas que integram o comitê? Você participou da eleição deles como representantes. Você se sente a vontade quando entra na Associação. Você tem amigos no interior da associação. Como considera o trabalho da associação de moradores. |
| <b>Informações respeito das instituições do Estado</b>                | Fornece informação sobre o contato que tenham as pessoas com as instituições do Estado ex: receber alguma bolsa ou programa. | Fornece informação sobre o nível de familiaridade das pessoas com as instituições do poder público.   | Você recebe algum benefício do governo? Bolsa família, minha casa minha vida, conhece esses benefícios, aspira a ter algum alguma vez, etc.   |
| <b>Informações respeito da convivência com outras pessoas.</b>        | Informações sobre o contato das pessoas com outras pessoas e organizações da comunidade                                      | Fornece informação sobre o nível de socialização e interação social das pessoas entre elas e com outras organizações.                                   | Pertence a alguma organização, tem alguma atividade que faça cotidianamente, o que é que você faz no seu tempo livre, com quem compartilha mais o tempo etc.  |
| <b>Informação sobre participação no Curso Horta na Laje</b>           | Informação da participação no curso fornecido pela Associação de moradores.  | Fornece dados sobre o interesse das pessoas na participação das atividades da AM decidiram participar nesse curso em particular e não em outros.        | Como você soube sobre o curso de Horta na Laje. O que você pensou quando viu o cartaz pendurado na comunidade, você considera que é produtivo ir uma vez à semana, o que você gostou mais do curso. Considera que a associação teve um role relevante durante o curso.  |
| <b>Informação sobre participação no Projeto Social parceiro da AM</b> | Informação sobre a participação no Projeto secundário ao Curso de Horta na Laje.   | Fornece informação das motivações das pessoas para participar no projeto que não foi estabelecido como tal de início.                                   | Você já conhecia o Projeto secundário. Quando você soube que formava parte desse projeto? Porque decidiu permanecer nele, considera   |